

Plano ES+Criativo: Segmento do Artesanato

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO



Instituto Jones dos Santos Neves

Plano ES+Criativo: Segmento do Artesanato

Vitória, ES, 2019. 203 p.: il. tab.

1. Economia. 2. Artesanato. 3. Cadeia produtiva. 4. Instituições.
5. Políticas Públicas. 6. Espírito Santo (Estado).

I. Silva, Nathalia Brunet Procópio. II.Título. III Série.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORA
Jaqueline Moraes Da Silva

SECRETARIA DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO
Fabrício Noronha

SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO
Bruno Lamas

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Cristina Engel de Alvarez

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Álvaro Rogério Duboc Fajardo

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
Denio Rebello Arantes

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Paulo Vellozo Lucas

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Júnia Santa Rosa

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS
Pablo Lira

EQUIPE DO PROJETO

Elaboração
Nathalia Brunet Procópio da Silva*

Colaboração

Katler Dettmann Wandekoken*
Lara dos Anjos Alves*
Maria Grijó Simonetti*
Marina Carvalho Côrtes*
Roberto Rodrigues de Souza Júnior*
Sílvia Borges Dondi Guido*

Coordenação Técnica
Angela Maria Morandi

Coordenação
Victor Nunes Toscano

Fotos
Nathalia Brunet Procópio da Silva

INSTITUIÇÃO EXECUTORA
Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN

Editoração
Arthur Ceruti Quintanilha
João Vítor André

Bibliotecário
Jair Rosário Filho

APOIO

Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo – SETADES
Secretaria da Cultura do Espírito Santo – SECULT
Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES
Observatório Itaú Cultural

* Pesquisador Bolsista FAPES.

Sumário

Apresentação	9
1. Introdução	11
2. Base Conceitual e Normativa	17
2.1. Base Conceitual do Artesanato: Discussões e Classificações	19
2.1.1. Definição e Classificação do Artesanato no Espírito Santo	25
3. As instituições e suas atuações	29
3.1. Histórico, aparato legal e regulatório da atividade	31
3.2. Instituições Internacionais	35
3.3. Instituições nacionais	36
3.4. Instituições locais	50
4. Análise da cadeia produtiva	59
4.1. Aspectos metodológicos	61
4.2. Cadeia Produtiva do Setor Artesanal	63
4.3 Distribuição regional dos artesãos	66
4.4. O perfil do artesão no Espírito Santo	67
4.4.1. O Artesanato como fonte de renda	74
4.5. Características da atividade artesanal	82
4.5.1. Principais produtos artesanais do Espírito Santo	89
4.5.2. Principais insumos e seus fornecedores	97
4.5.3. Técnicas predominantes no artesanato capixaba	102
4.5.4. Características do produto	110
4.5.5. Características da demanda e compradores	126

5. Fatores de competitividade da cadeia produtiva	147
5.1. Competitividade do artesanato capixaba	149
5.1.1. Fatores Empresariais	150
5.1.2. Fatores estruturais	152
5.1.3. Fatores sistêmicos	153
6. Proposições e diretrizes para políticas públicas	155
6.1. Análise da matriz FOFA	159
6.2. Considerações finais	166
Referências	169
Anexos.....	175
Apêndice I	191
Apêndice II.....	194

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma do MDIC e da Gerência de Artesanato do Espírito Santo – vigente até 2018	55
Figura 2 – Fluxograma da cadeia produtiva do setor artesanal	64
Figura 3 – As panelas de barro de Goiabeiras	89
Figura 4 – Casacas	93
Figura 5 – Artesanato com conchas e escamas de peixe	95
Figura 6 – Peça em biscuit e outros itens produzidos pela associação Criarte no projeto Espírito das Águas	106
Figura 7 – Toalhas produzidas pela associação Bordadeiras de Santa Cruz no projeto Espírito das Águas	107
Figura 8 – Artesanato com Fios e Tecidos.....	113
Figura 9 – Peça decorativa produzida com madeira reaproveitada pela artesã Marlúcia da Conceição.....	114
Figura 10 – Peça decorativa produzida em cerâmica pela artesã Marise Bessa.....	115
Figura 11 – Peças decorativas produzidas em papel marchê pela artesã Fátima Petrocchi	116
Figura 12 – Bolsa em couro produzida pela artesã Damaris Pereira (Art Zion.ES)	117
Figura 13 – Peças decorativas produzidas em fibras de cana de açúcar e palha de coqueiro pela artesã Cleunisce Viegas	118
Figura 14 – Peças decorativas produzidas com fios de arame pelo artesão Edvan Rodrigues.....	119
Figura 15 – Anel de prata e casca de sururu produzido pelo artesão Dirceu Borreio.....	120
Figura 16 – Colar produzido em macramê pelos artesãos Dayne Bruno e Guilherme Iriê.....	121
Figura 17 – Conjunto de colar e brinco de madeira produzido pelo artesão Lucas Pessôa.....	122
Figura A1 – Associações artesanais cadastradas no PAB.....	184

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Percentual de distribuição dos trabalhadores do setor artesanal por microrregiões do Espírito Santo, 2018.....	66
Gráfico 2 – Porcentagem de artesãos do Espírito Santo por gênero, 2018.....	68
Gráfico 3 – Porcentagem de artesão pela presença de deficiência no Espírito Santo, 2018.....	69
Gráfico 4 – Segmentação dos artesãos em situação especial no Espírito Santo, 2018.....	70
Gráfico 5 – Porcentagem de artesãos por estado civil no Espírito Santo, 2018.....	73
Gráfico 6 – Porcentagem de artesãos por local de residência no Espírito Santo, 2018.....	74
Gráfico 7 – Porcentagem do caráter primário, secundário e sazonal da atividade artesanal capixaba, 2018.....	75
Gráfico 8 – Porcentagem dos artesãos do Espírito Santo por principal fonte de renda, 2018.....	77
Gráfico 9 – Número de artesãos do Espírito Santo por renda média familiar total e apenas com artesanato em salários mínimos, 2018.....	77
Gráfico 10 – Comparativo da renda média familiar apenas com artesanato, em salários mínimos, entre artesãos e trabalhadores manuais Espírito Santo, 2018.....	78
Gráfico 11 – Quantitativo de associações artesanais por município no Espírito Santo, 2018.....	79
Gráfico 12 – Principais locais de produção adotados pelos artesãos capixabas, 2017.....	80
Gráfico 13 – Proporção de artesãos do Espírito Santo por participação em eventos, 2018.....	81
Gráfico 14 – Porcentagem de Artesão e Trabalhadores Manuais no Espírito Santo, 2018.....	82
Gráfico 15 – Tipos de produtos do setor artesanal no Espírito Santo, 2018.....	83
Gráfico 16 – Tipos de produtos do setor artesanal no Espírito Santo produzidos por artesãos e trabalhadores manuais, 2018.....	83
Gráfico 17 – Principais Tipologias de Artesanato no Espírito Santo, 2018.....	98
Gráfico 18 – Quantidade de produtos artesanais de acordo com as principais técnicas do artesanato no Espírito Santo, 2018.....	103
Gráfico 19 – Proporção do artesanato capixaba por funcionalidade, 2018.....	110

Gráfico 20 – Preço médio dos produtos comercializados por tipologia na ArteSanto, 2015, 2016 e 2017	125
Gráfico 21 – Preço médio dos produtos comercializados por categoria na ArteSanto, 2015, 2016 e 2017	133
Gráfico 22 – Relação entre valores investidos e arrecadados durante a ArteSanto 2015, 2016 e 2017.....	135
Gráfico 23 – Número e percentual de artesãos individuais participantes por tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017	136
Gráfico 24 – Percentual de arrecadação total por tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017.....	137
Gráfico 25 – Valores totais arrecadados por tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017.....	137
Gráfico 26 – Valor médio de vendas por artesão em cada tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017	138
Gráfico 27 – Número e percentual de artesãos participantes por tipologia, Fenearte 2018.....	143
Gráfico 28 – Comparativo dos valores médios arrecadados por artesão em cada tipologia entre ArteSanto 2017 e Fenearte 2018.....	144

Lista de Quadros

Quadro 1 – Tipologias artesanais, segundo o PAB	21
Quadro 2 – Unidades produtivas artesanais premiadas no prêmio Sebrae TOP, 2010, 2012, 2014, 2016.....	109
Quadro 3 – Valores totais comercializados na ArteSanto em 2015	124
Quadro 4 – Valores totais comercializados na ArteSanto em 2016	124
Quadro 5 – Valores totais comercializados na ArteSanto em 2017.....	124
Quadro 6 – Resumo dos Fatores Empresariais do Setor Artesanal no Espírito Santo	150
Quadro 7 – Resumo dos Fatores Estruturais do Setor Artesanal no Espírito Santo.....	152
Quadro 8 – Resumo dos Fatores Sistêmico do Setor Artesanal no Espírito Santo	153
Quadro 9 – Matriz FOFA do setor artesanal do Espírito Santo.....	159
Quadro 10 – Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas aos apoios institucionais e aspectos regulatórios	161
Quadro 11 – Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas à aspectos de articulação setorial	162
Quadro 12 – Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas à capacitação.....	163
Quadro 13 – Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas a aspectos de comercialização e nichos de mercado.....	163
Quadro 14 – Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no ES relativas a aspectos de visibilidade em meios digitais.....	164
Quadro 15 – Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no ES relativas a aspectos de identidade e tradição do artesanato	165
Quadro 16 – Projetos relacionados ao artesanato contemplados pelos Editais de Cultura do Estado de 2009 a 2017.....	191
Quadro 17 – Relação e quantitativo de produtos artesanais no Espírito Santo - 2018.....	194

Lista de Tabelas

Tabela A1 – Rol de técnicas artesanais.....	177
Tabela A2 – Relação de ocupações (CBO 2002) relativas à atividade artesanal	180
Tabela A3 – Denominação de comunidades artesanais no Espírito Santo	182
Tabela A4 – Quantitativo de produtos artesanais do ES por técnica utilizada, 2010-2018	185
Tabela A5 – Critérios de avaliação dos produtos artesanais do ES.....	187

Apresentação

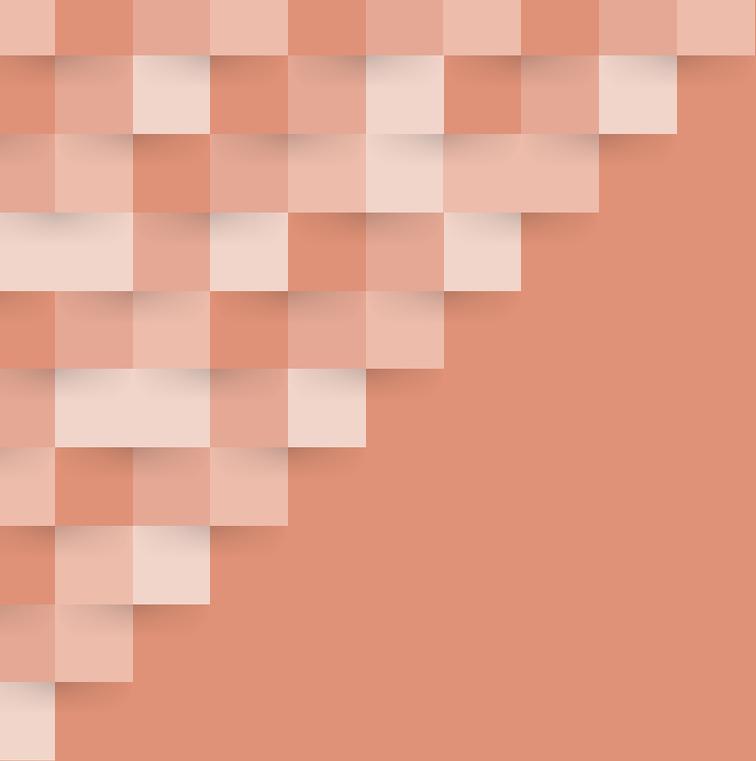
O presente relatório apresenta o estudo da cadeia produtiva do Artesanato Capixaba no âmbito do Projeto de Pesquisa Aplicado ao Plano ES Criativo, política executada pela Secretaria de Cultura do Espírito Santo (SECULT). Este projeto de pesquisa foi executado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e contou com a parceria da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo – SETADES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES e Observatório Itaú Cultural.

Entre os meses de abril de 2018 e 2019, a equipe de bolsistas se dedicou a entender as características da cadeia produtiva do Artesanato Capixaba, marcado por forte tradição e que produz ícones da cultura capixaba, como é o caso das panelas de barro. Se baseando em um diagnóstico detalhado, foi possível mapear os principais fatores de competitividade para desenvolvimento do setor. Essas atividades forneceram informações valiosas para que, junto com diversos artesãos, fosse possível refletir sobre o futuro do setor no Espírito Santo. Dessa maneira, mais que um levantamento de dados, foi estimulado aos participantes uma análise crítica sobre as principais forças e fraquezas e sobre as oportunidades e ameaças que podem impulsionar ou impedir seu crescimento. Esse exercício culminou na elaboração de 19 propostas, com a definição do escopo de intervenção para os agentes, tanto públicos quanto privados, em diversas áreas como capacitação, comercialização, etc.

Esse trabalho só foi possível de ser realizado por conta do esforço árduo de toda equipe do projeto, em especial, a bolsista selecionada para desenvolver a pesquisa nesta área, Nathália Procópio, que dedicou-se inteiramente a conduzir as atividades e redigir este relatório. Também vale a pena mencionar os esforços da Jacqueline Chiabay e da professora Angela Maria Morandi (*in memoriam*), que contribuíram com seu conhecimento para o grandecimento da pesquisa.

Espero que tenham uma boa leitura.

Victor Nunes Toscano
Coordenador da Pesquisa



1

Introdução

O artesanato nasce com a necessidade da humanidade de prover-se de utensílios de uso rotineiro e de adornos que carregam diferentes simbologias no interior de comunidades tribais. Tradicionalmente atrelado ao modo de vida e as matérias-primas locais, o artesanato expõe, há séculos, a capacidade produtiva e criativa como forma de expressão, de trabalho e resolução das limitações cotidianas (ILLUSTRATUS, 2010).

Na contemporaneidade, o trabalho artesanal tem encontrado espaço nas novas lógicas de mercado e consumo, compondo um nicho promissor que articula a produção local ao mercado global. Esta articulação, todavia, é balizada por tensões tanto nos processos de incorporação da visão empreendedora às práticas tradicionais, quanto pela desvalorização do que é produto da cultura popular. Desta forma, o artesanato reclama atenção como uma atividade complexa que movimenta, ao mesmo tempo, os campos econômico, social e cultural.

No contexto do Espírito Santo, por muito tempo se vem indagando sobre a essência cultural do estado e refletindo a dificuldade de percepção de seus ícones coletivos, tanto internamente, quanto nas projeções externas sobre o território local (VASCONCELLOS, 2008). Neste âmbito, é inegável o papel que as expressões culturais populares têm exercido no Espírito Santo, essencialmente nas últimas décadas, no delineamento de elementos identificadores e na construção de sentidos de pertencimento no mosaico nada coeso que é característico da plural cultura capixaba (SILVA; 2018; VASCONCELOS, 2008).

Neste processo, reitera-se a contribuição dos Patrimônios Culturais do estado, como as Paneleiras de Goiabeiras, com seus peculiares e centenários modos de fazer das panelas de barro, registrados como Patrimônio Imaterial em 2002. Também destaca-se o Congo, registrado em 2014 e que tem nas bandas, na casaca e nas máscaras do congo rural, elementos que particularizam a manifestação em relação às congadas mineiras e de outras regiões do Brasil.

Ambos Patrimônios, entre saberes e fazeres de heranças multiétnicas pré-coloniais e coloniais, têm difundido elementos da cultura do Espírito Santo no próprio estado e Brasil afora, através das festas, da gastronomia e, sobretudo, do artesanato. A casaca e as panelas de barro, ao lado da diversa produção artesanal do Espírito Santo, como os trabalhos produzidos a partir das escamas de peixe, os

produtos têxteis, as fibras vegetais, as madeiras de embarcações, a cerâmica, entre outros, têm ocupado casas, museus, lojas e galerias pelo país, aproximando tradição e contemporaneidade. São artefatos que atravessam o cotidiano mecanizado e, muito além da difusão iconográfica, comunicam novos valores de consumo e de práticas produtivas, resgatam histórias e fortalecem memórias coletivas. Deste modo, os tais se constituem como campo estratégico de desenvolvimento local pautado em princípios social e ambientalmente equilibrados.

Comportando mais de 10 mil trabalhadores ao longo dos últimos 10 anos, o Espírito Santo ocupa a 3ª posição em densidade de trabalhadores no setor, segundo o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab). O vigor e a diversidade da produção artesanal capixaba contrastam, todavia, com a ausência de informações e indicadores precisos sobre a atividade. Desta forma, esta pesquisa, vinculada ao Plano ES Criativo, buscou caracterizar o setor artesanal no estado, com base em sua cadeia produtiva, e propor ações e diretrizes voltadas à superação dos entraves e potencialização das oportunidades do setor.

O “ES Criativo” é um programa de iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, envolvendo outras secretarias do Estado do Espírito Santo, como Trabalho, Educação, Turismo e Desenvolvimento, além de parcerias com instituições públicas e privadas, com o intuito de direcionar ações para a melhoria da eficiência e o aumento da competitividade de segmentos da Economia Criativa no estado. Adotando como princípios norteadores a diversidade cultural, a inclusão produtiva e social, a sustentabilidade e a inovação, o foco está na geração de trabalho e renda nos setores da economia criativa e na ampliação do acesso a bens e serviços dos setores criativos.

Nas primeiras etapas do programa, foram delimitados os segmentos prioritários da Economia Criativa no estado, a saber: artesanato, audiovisual, gastronomia e tecnologias da informação e comunicação. A pesquisa aplicada ao Plano ES Criativo dá seguimento às pesquisas já executadas e objetiva realizar profundo diagnóstico destes segmentos, a fim de prover informações mais detalhadas e auxiliar a formulação da política pública para esses setores.

O diagnóstico do setor artesanal a ser apresentado teve como principal fonte de dados o Sicab, que possibilitou o delineamento dos perfis dos trabalhadores e a caracterizações do

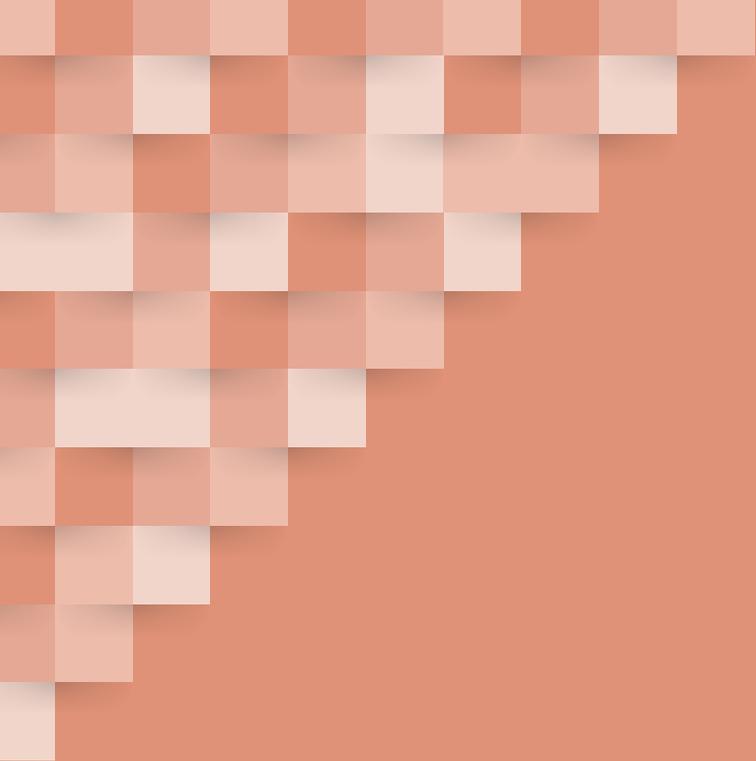
artesanato no Espírito Santo. Além do Sicab, foram consultados, também, dados da plataforma RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e do Portal do Empreendedor. Ainda na composição das informações, ampliando o aporte qualitativo e participativo da pesquisa, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas e oficinas de planejamento com artesãos e outros trabalhadores integrantes do meio.

Na condução do trabalho, o ponto de partida foi a abordagem do setor artesanal como integrante da Economia Criativa, categorizado no escopo dos “Patrimônios Culturais” (UNCTAD, 2010; IJSN, 2016). Destarte, o relatório a seguir organiza-se a partir da delimitação dos conceitos e classificações que nortearão as futuras ações, considerando as discussões e marcos já instituídos sob o setor. Pondera-se, fundamentalmente, tanto as especificidades regionais, quanto as novas diretrizes e expectativas de desenvolvimento pautadas na economia dos produtos da criatividade e da cultura.

Em seguida à discussão conceitual e regulatória, apresentam-se as principais instituições atuantes no setor, com foco no âmbito nacional e estadual, apontando suas incumbências e realizações. Em consequente, traçada a cadeia produtiva do artesanato no Espírito Santo, descortinam-se as características da produção artesanal no estado, indicando as principais regiões produtivas, classificações e tipologias predominantes. No que se refere aos agentes do campo, apresentam-se informações que vão do número de artesãos, local de moradia, composição familiar, renda, etc. até os aspectos relacionados propriamente ao ofício, como locais de produção, formas de organização, rendimento com a atividade, formas e aspectos da comercialização, dentre outros.

Por fim, são explorados os fatores de competitividade do artesanato capixaba, articulados às análises FOFA¹ e as visões construídas coletivamente, compondo, assim, o panorama que embasou as proposições de políticas públicas, sintetizadas ao final. No cenário posto, o imperativo é a superação do perfil secundário e do acento de subsistência da atividade artesanal, caminhando ao reposicionamento do artesanato enquanto produto identitário e territorial, importante locus de empregabilidade e de produção cultural no estado, gerador de capital econômico, social e cultural.

¹ Do inglês SWOT: Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. Significado: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.



2

Base Conceitual e Normativa

2.1. Base Conceitual do Artesanato: Discussões e Classificações

Na esfera nacional, a principal referência na regulamentação e, conseqüentemente, na conceituação da atividade artesanal é o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Atualmente, o PAB se encontra sob responsabilidade da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, do Ministério da Economia (ME). Os conceitos norteadores do setor foram definidos em 2010 com o lançamento da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (MDIC, 2010). Posteriormente, em 2012, a Base foi complementada com especificações relativas às técnicas empregadas na produção, pautadas como referências à sistematização e cadastro dos produtos (MDIC, 2012). Em 2018, uma nova Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (MDIC, 2018) foi lançada, atualizando e implementando as publicações anteriores.

O Termo de Referência do Artesanato (SEBRAE, 2004; 2010), elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, também traz conceituações sobre a produção artesanal nacional. O documento, que conta com duas versões, é atualizado tendo como referências as discussões do setor e as próprias conceituações abordadas pelo PAB. Ambos estabelecem conceituações que abarcam desde a definição do que é e de quem faz o artesanato, as formas de organização destes profissionais, às caracterizações da atividade e dos produtos.

Com diferenças basicamente quanto às nomenclaturas, neste trabalho foram tomadas como aporte conceitual central das discussões as definições do PAB. A escolha se deu tendo em vista que este constitui-se como o instrumento oficial da atuação pública do setor, orientando, também, os registros do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), principal base de dados e informações sobre o setor no Brasil.

Segundo o PAB designa-se como artesanato:

“[...] toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade” (MDIC, 2018).

Dessa forma, o artesanato caracteriza-se, essencialmente, por seus aspectos técnico, manual, criativo, simbólico e cultural.

A produção artesanal pode ser compreendida a partir de quatro principais categorizações (MDIC, 2010; 2012; 2018): a) as técnicas, que identificam pelo processo produtivo o pertencimento do produto à atividade enquanto tal, observando-se os modos de saber e fazer, combinados aos meios de produção e materiais utilizados; b) a tipologia, relacionada à matéria-prima predominante; c) a classificação por origem, que enquadra o produto a partir da origem e das influências incididas sobre os artesãos produtores; e d) a classificação por finalidade, que qualifica os produtos a partir dos usos e destinos no mercado consumidor. Para além destas, existem, ainda, as classificações dos diferentes agentes produtivos, bem como as formas organizativas condizentes ao campo institucionalizado do artesanato.

O rol das técnicas artesanais conta com mais de cinquenta técnicas principais, além das variações destas e de técnicas consideradas como complementares (Anexo - tabela A1). As definições descrevem brevemente os modos de fazer característicos de cada técnica, como, também, indica as aplicações e finalidades mais comuns, com o objetivo de facilitar a identificação destas no ato do cadastramento junto ao Sicab. Designando um conjunto de condutas, procedimentos e habilidades que combinam um meio de produção predominantemente manual às matérias-primas, pode-se citar, a título de exemplificação, o bordado, que conta com mais de vinte variações; cerâmica; ourivesaria; papietagem; marchetaria; etc. (MDIC, 2018).

Quanto à tipologia, os produtos são segmentados tomando como referência a origem da matéria-prima predominante. Desta forma, o PAB (MDIC, 2018) distingue a tipologia entre três grandes grupos: matérias-primas naturais (de origem animal, vegetal e mineral), manufaturadas (artesanal, industrial e com processos mistos) e sintéticas, conforme pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1 | Tipologias artesanais,
segundo o PAB

Subgrupos	Tipologias – Grupos Principais		
	Matéria-prima Natural	Matéria-prima Manufaturada	Matéria-prima Sintética
Origem Animal	<ul style="list-style-type: none"> • Carcaça; • Casca; • Casco; • Cera; • Concha; • Couro e Pele; • Crina e Pelo; • Dente, Chifre e Osso; • Escama; • Pena e Pluma 	<ul style="list-style-type: none"> • Couro e Pele; • Fio de Lã; • Seda 	<ul style="list-style-type: none"> • Fio e Tecido; • Couro Sintético; • Materiais Sintéticos
Origem Vegetal	<ul style="list-style-type: none"> • Casca, Caule e Raiz; • Cera, Massa e Resina; • Fio e Fibra; • Flor, Folha e Fruto; • Látex, Balata; • Madeira; • Semente 	<ul style="list-style-type: none"> • Borracha; • Fio e Tecido; • Massa; • Mdf, Aglomerado e Compensado; • Papel 	
Origem Mineral	<ul style="list-style-type: none"> • Areia; • Argila; • Pedra 	<ul style="list-style-type: none"> • Cerâmica; • Metal; • Vidro 	

Fonte: Elaboração própria: Com base em MDIC (2018)

Já a classificação do produto artesanal orientada pela origem aponta para os valores e peculiaridades dos modos de produção e dos próprios produtores, assim como seus potenciais representativos. Deste modo, a classificação busca contemplar os valores históricos e culturais do artesanato no tempo e no espaço onde é produzido. Sob estes entendimentos, têm-se, assim, o artesanato: tradicional, indígena, quilombola, de referência cultural e contemporâneo-conceitual.

O artesanato tradicional guarda relações com as culturas e identidades locais, referindo-se ao conjunto de artefatos representativos das tradições de determinados grupos. Incorporadas ao cotidiano destes, as produções são indissociáveis dos seus usos e costumes. Caracterizando-se, principalmente, por um modo de aprendizagem de origem familiar ou comunitária, favorece a transferência de saberes de técnicas, processos e estéticas. O artesanato tradicional é assinalado, portanto, por seu valor cultural, exercendo importante papel na preservação da memória cultural de comunidades, transmitida de geração em geração.

Já os artesanatos indígena e quilombola, especificados por reconhecimentos étnico-raciais, resultam, respectivamente, do trabalho produzido por membros de etnias indígenas e remanescentes dos quilombos, sendo, geralmente, produções coletivas que se dão de acordo com a divisão de trabalho, particulares das práticas em seus agrupamentos. Geralmente incorporados ao cotidiano das comunidades, nos produtos artesanais destas categorias são sobressaltados os valores de uso e as relações sociais e culturais dos produtores. Os produtos desta categoria são identificáveis pelos Selos Indígenas e Quilombola, instituídos e emitidos, respectivamente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Portaria Interministerial nº 2, de 3 de dezembro de 2014) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Portaria nº 22, de 14 de abril de 2010).

No que tange ao artesanato de referência cultural, a característica central é o intento de resgate ou releitura dos elementos culturais tradicionais da região em que está inserido. A nova base conceitual acrescenta, ainda, que os produtos podem fazer referências às culturas estrangeiras, desde que estas tenham sido assimiladas por localidades com tradição imigratória.

Os artesanatos de referência cultural resultam, muitas vezes, de intervenções planejadas sob a influência de designers, outros profissionais e instituições do ramo, objetivando, por exemplo, diversificar e agregar valor aos produtos, otimizar os processos produtivos com observância aos traços culturais no intuito de adaptá-los às demandas do mercado e ao público consumidor. Desta forma, entende-se o artesanato desta categoria sendo concebido pela articulação das práticas e técnicas artesanais a estudos de tendências e necessidades de mercado. Dentre as demais classificações, é

abalizada por seu caráter competitivo no mercado, acentuada pelo potencial de ampliação da atividade artesanal brasileira.

Por fim, e por outra via, face às transformações econômicas, políticas e sociais da contemporaneidade, se reconhecem, também, as novas produções destes contextos que resultam em objetos produzidos como meios de afirmação de estilo de vida moderno, valores e afinidades culturais ou, ainda, como forma de expressão artística. Assim, o artesanato contemporâneo-conceitual se dá na aproximação entre tradição e inovação, ancorando-se nesta última como característica principal e elemento distintivo.

Além destes, há o reconhecimento do que se concebe como arte popular sob o domínio do artesanato. Segundo definições do PAB (MDIC, 2012; 2018), é caracterizada pela beleza e complexidade estética, por produção não seriada e destituída de um objetivo primário de ganho econômico.

Partindo para a categorização dada pela finalidade, que agrupa os produtos de acordo com a destinação e os usos, o artesanato pode ser identificado como: adornos, acessórios e vestuários (jóias, bolsas, etc.); decorativo (quadros e vasos, etc.), educativo (jogos e outros objetos com metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem); lembrança/souvenir (objetos diversos, como chaveiros com representações de símbolos da cultura local); lúdico (bonecos, máscaras, instrumentos, brinquedos, etc.); profano (esculturas fálicas e outros diversos objetos artesanais e/ou de arte popular, que retratam cenas do cotidiano do homem ou animal voltado para a sexualidade); religioso/místico (oratórios, estandartes, mandalas, etc.); e utilitário (panelas, bandejas, etc.).

Principalmente no âmbito das políticas públicas incididas no setor, houve investidas não apenas nas conceituações e classificações do artesanato, como também, na definição dos produtos que não se enquadram enquanto tal e, de modo análogo, como se definem e organizam seus agentes produtores. Neste sentido, distinções são pontuadas, por exemplo, entre artesanato, arte popular, trabalhos manuais e, ainda, entre o artesão, mestre artesão e trabalhadores manuais. Vale ressaltar que, apesar da atual Base Conceitual não explorar questões relativas aos trabalhos manuais, as normativas anteriores traziam classificações e definições e estes, então, se fizeram presentes nas estatísticas disponíveis até o ano de 2018.

O artesão, o mestre e o artista popular, resguardam tênues distinções que não conflitam entre si, em termos de direcionamento das ações públicas ao setor. Pelo entendimento, o artesão é o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima em produto final, dominando todo o processo, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que estes não caracterizem automatização da produção.

Para além, o mestre artesão, é aquele que foi notabilizado em seu ofício, tendo legitimidade e reconhecimento pela comunidade a qual pertence, sobressaindo-se pela transmissão dos seus saberes às gerações futuras. Já o artista popular domina os processos produtivos tal e qual o artesão ou mestre, todavia se debruça em criações livres e autorais, produzindo peças únicas e expressivas do universo da cultura popular. É comum que estas peças sejam incorporadas e replicadas por outros artesãos e, dessa forma, a reprodutibilidade, ainda que em baixa escala, caracteriza o artesanato e a criação define o objeto da arte popular.

Por outro lado, os trabalhadores manuais, em geral, estão relacionados a produções que apesar de demandarem habilidades manuais, não constituem técnicas específicas, envolvendo processos de simples montagem ou com predomínio de maquinários, sendo comum o uso de moldes e padrões encontrados já prontos no mercado. Desta forma, os trabalhos manuais, por vezes entendidos como “artesanato doméstico”, são identificados por não requererem processos criativos autênticos, pelo uso de matérias-primas industrializadas ou semi-industrializadas, por receber influências globais e, portanto, não necessariamente imbuídos de aspectos regionais e expressividade cultural.

Nas definições dadas pelo PAB (MDIC, 2010) aos trabalhos manuais são empregados, também, juízos de valor que o caracterizam de forma genérica como econômico e simbolicamente inferiores ao produto genuinamente artesanal. Outro aspecto central de sua caracterização é a escala produtiva que, pela combinação do modo de produção e natureza da matéria-prima, em geral, atinge volume de produção superior ao do artesanato e, dada a maior reprodutibilidade, enseja um baixo valor agregado. Deste modo, pode-se afirmar que os trabalhos manuais se relacionam com o mercado artesanal sob assimetrias em termos de preço e outras naturezas.

No que se refere às formas de organização tem-se: artesãos individuais, associação, cooperativa, grupos de produção artesanal, sindicato, federação e confederação. Os indivíduos podem ser artesãos ou mestres artesãos, que atuam sozinhos; os grupos de produção artesanal são organizações informais que produzem coletivamente constituídas, principalmente, por membros de uma mesma família ou comunidade, podendo variar o tempo de dedicação entre eles.

As demais formas organizativas seguem os moldes formal e legalmente estabelecidos. As associações devem ser regidas por estatutos próprios, sem fins lucrativos, instituídas com objetivos de representar politicamente e defender os interesses dos associados como, por exemplo, a ampliação de renda por meio da comercialização artesanal e aperfeiçoamento técnico. Já as cooperativas artesanais, em conformidade com a natureza desse tipo de organização, têm por objetivo principal ganhos econômicos e satisfações socioculturais. Devendo contar com um mínimo de 20 integrantes para sua consecução, buscam melhorias na eficiência dos processos produtivos, na otimização e redução de custos em toda cadeia produtiva. Os sindicatos, pessoas jurídicas de direito privado, atuam na defesa de interesses econômicos e laborais, representando, no contexto, os artesãos como categoria profissional. A Federação, aglutinando associações representativas da atividade artesanal, tem base regional ou estadual e a Confederação coliga as Federações estabelecendo fins comuns.

2.1.1. Definição e Classificação do Artesanato no Espírito Santo

Durante a realização desta pesquisa, a regulamentação e a promoção do desenvolvimento do setor de artesanato no Espírito Santo esteve sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), por meio da Gerência de Artesanato Capixaba e Microcrédito, estabelecida como unidade representativa do PAB em nível estadual desde 2016².

No que se refere às definições adotadas pelo estado, verifica-se que, com a revogação da Normativa Setades nº 2 de 19 de agosto de 2010, não há oficialmente instituída uma normati-

²O texto produzido pela pesquisa se refere a ano de 2018, não englobando as mudanças institucionais ocorridas em 2019, tanto em nível federal, quando estadual.

zação que estabeleça critérios e procedimentos que atendam e regulamentem o setor com base nas especificidades locais. Nesse sentido, os conceitos de artesanato, de artesão e trabalhadores manuais, entre outros adotados pela Setades, são consonantes com as definições dadas pelo PAB na esfera nacional.

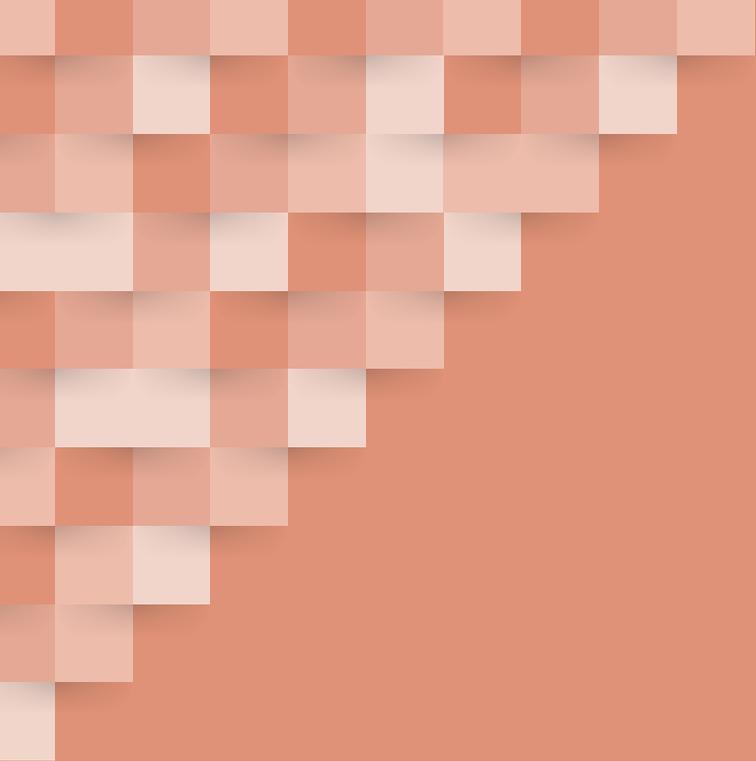
As produções que não atendem às especificações das regulamentações, eventualmente, eram instruídas ao enquadramento com o Programa, quando entendidas enquanto potenciais artesanatos. Para as demais situações, os trabalhadores poderiam também ser direcionados a outros órgãos. Um exemplo é a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), autarquia do Governo voltada ao desenvolvimento de pequenos negócios, com atuação, em ramos como o da Economia Solidária, onde não se tem foco em delimitações e prescrições quanto aos tipos de produtos atendidos.

Afora as normatizações empreendidas pelo poder público que buscam amparar os artesãos e legitimar suas produções como pertencentes a uma esfera simbólica própria da cultura e do imaginário artístico popular, as dinâmicas de mercado, a disponibilidade tecnológica e a própria criatividade, acrescentam outros tipos de produtos ao setor artesanal que não são necessariamente enquadráveis nas definições do PAB. Deste modo, definir o setor artesanal passa por acolher as diretrizes do PAB mas, também, atentar à existência de outros perfis de produtos e produtores que integram sua cadeia. É o caso, por exemplo, de produtos como sabonetes e outros itens de cosméticos artesanais, estampas em serigrafia, etc., que não são entendidas enquanto produtos artesanais (MDIC, 2018), mas, integram a cadeia produtiva do setor, ao passo que são integradas pelo mercado e senso comum enquanto composições pertencentes ao meio.

Vale ressaltar, para o âmbito da Economia Criativa, que por sua dupla natureza mercantil e intangível não se pretende prescritiva, nem normativamente (BRASIL, 2011), predeterminar um escopo de produtos artesanais, uma vez que esta seria uma ação contraditória, dada as múltiplas possibilidades abertas pelo fazer criativo. Todavia, há que se balizar, também, que o artesão tem requerido seu lugar enquanto categoria profissional e é reconhecido através da Carteira Nacional de Artesão. Assim, o artesão e o artesanato, sob determinadas diretrizes, são objetos de política específica da União. Situado enquanto setor criativo, cabe, então, manter-

se abertura às possibilidades, compreendendo, entretanto, as diferenças entre as produções e seus produtores que implicam diretamente na ramificação dos papéis e ações institucionais, na busca por equacionar as interferências da esfera pública no setor artesanal com as proposições relacionadas à Economia Criativa.

Pressupondo transversalidade, o setor artesanal e a Economia Criativa mobilizam diferentes pastas e setores, para além das da cultura que lhes são latentes, incorporando-se às políticas de trabalho e empreendedorismo, de turismo, de desenvolvimento social, as políticas de apoio à pesquisa, ciência e tecnologia, dentro outras. Define-se, portanto, para o Espírito Santo, que a posição do artesanato enquanto setor criativo potencial se dá pela expressividade econômica da atividade, mas também pelo entendimento do seu potencial para o desenvolvimento social e cultural.



3

As instituições e
suas atuações

3.1. Histórico, aparato legal e regulatório da atividade

As primeiras ações sistematizadas para o setor do artesanato brasileiro foram criadas no final da década de 1970, com a instituição do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA). Este programa é consequente do Centro Nacional de Referência Cultural, projeto idealizado por Aloísio Magalhães e alocado no Ministério do Trabalho. Posteriormente revogado pelo Decreto de 21 de março de 1991, instituiu-se o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), vinculado ao Ministério da Ação Social (MAS), apresentando ao longo dos anos diversas mudanças ministeriais. Com o Ministério extinto em 1995, o PAB por meio do Decreto nº 1.508/95³ passou a ser coordenado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT).

Antes disso, entretanto, de acordo com o histórico levantado por Seraine (2009), nos anos de 1950 o setor artesanal brasileiro cresceu espontaneamente. Neste período, nacionalmente, a atuação do Estado no âmbito das políticas culturais é marcada por incipiência e fragilidade. Todavia, as ações registradas anteriormente que visavam, sobretudo, à construção de uma identidade nacional comum ao povo brasileiro, imprimiram certa visibilidade ao folclore e as culturas populares. Somadas aos ideais desenvolvimentistas da época, influenciaram a implementação de ações assistenciais, educacionais e de fomento à atividade artesanal, como meio alternativo de ocupação familiar, principalmente no meio rural (BEZERRA; BARBALHO, 2015; SERAINE, 2009). Dentre as instituições envolvidas estavam o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibccc), filiado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Comissão Nacional de Folclore (CNF), a Companhia Nacional de Educação Rural (CNER), o Ministério da Educação (MEC), a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), o Ministério da Agricultura (MA) e outras (SERAINE, 2009).

Nos anos 1960, a atividade começa a ser pautada como oportunidade de emprego e renda e a assumir, então, uma relativa relevância econômica (SERAINE, 2009). Nos anos seguintes, na década de 1970, realizaram-se dois Encontros Nacionais de Artesanato por iniciativa do Ministério do Trabalho (MTB), onde discutiram-se assuntos como cadastramento, cooperativismo, capacitação, comercialização e fomento da atividade. O segundo encontro, em 1977, estabele-

“ Nos anos 1960, a atividade começa a ser pautada como oportunidade de emprego e renda e a assumir, então, relevância econômica ”

³ Decreto nº 1.508 de 31 de maio de 1995.

“ Nos anos de 1990 é que se inicia um processo de ruptura do viés assistencialista das políticas antecedentes, inaugurando, ao menos discursivamente, o encontro entre o artesanato e a perspectiva do empreendedorismo, sob prerrogativas da geração de emprego e renda. ”

leceu as linhas centrais que nortearam a concepção do PNDA, ainda no mesmo ano.

Com o PNDA em operação na década de 1980, a atividade artesanal passou a receber mais atenção do poder público, assim como cresceram também as iniciativas da rede privada e as de organizações não governamentais incidentes no setor (SERAINÉ, 2009). Entretanto, Seraine (2009) recorda que o governo sucessor reconheceu que, apesar dos esforços empreendidos, o Programa ainda vinha sendo incipiente em proporcionar melhorias nas condições de vida e na realidade socioeconômica dos artesãos, assim como em ressaltar seu papel central na preservação dos valores culturais.

Diante das interpretações do cenário social como desfavoráveis aos artesãos e as críticas ao modelo vigente, no início dos anos 1990, então, dá-se a criação do PAB. Diferindo do PNDA, o PAB fora estabelecido no MAS, sob justificativas, principalmente, da necessidade de diminuição das questões de marginalidade e vulnerabilidade social dos trabalhadores do setor, entendidas como fatores que freavam o desenvolvimento da atividade, dadas as precárias condições de produção e limitações de acesso a mercado (SERAINÉ, 2009). Todavia, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores Artesãos do Brasil (CNARTS, 2015), o afastamento do programa do MTB, implicou, sobretudo, em retrocessos ao reconhecimento e regulamentação do artesanato enquanto profissão, questões em pauta até os dias atuais.

Em continuidade, ainda em meados dos anos 1990, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o PAB deixa o MAS e migra para o MICT. Segundo Seraine (2009), é neste período que se inicia um processo de ruptura do viés assistencialista das políticas antecedentes, inaugurando, ao menos discursivamente, o encontro entre o artesanato e a perspectiva do empreendedorismo, sob prerrogativas da geração de emprego e renda. Transição, em muito, impulsionada pelo novo foco em estratégias de alavancar a economia com base em estabilização da moeda e incentivo aos setores privados.

Na prática, todavia, na opinião de servidores atuantes à época, a ocupação do Artesanato junto ao espaço ministerial do Turismo acabou por frear o desenvolvimento do setor e, ainda, reduziu o orçamento destinado às suas ações (ENTREVISTAS, 2018). Situação assinalada como ainda mais evidente quando considerados os impactos no Espírito Santo, cujas políticas de turismo são alvos de críticas, tendo a

associação com o artesanato marcada por descontinuidades das ações (ENTREVISTAS, 2018).

Na transição de mandatos, concomitante ao avanço para os anos 2000, a estrutura ministerial apresentou novas mudanças. O MICT, primeiramente, foi transformado em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e, posteriormente, a Medida Provisória nº 2.123-27/2000⁴, acrescentou as políticas relativas ao comércio exterior. Contudo não houve modificações na sigla da pasta, assim como permaneceu também como gestora do PAB.

Em 2010, o PAB lançou, através da Portaria SCS/MDIC nº 29, de 05 de outubro de 2010, a “Base Conceitual do Artesanato Brasileiro” que dispunha sobre normatizações e conceitos sobre o artesanato, buscando padronizar e estabelecer parâmetros da atuação do Programa pelo território nacional. Desta forma, o PAB instituiu, também, o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) possibilitando um cadastro unificado dos artesãos, com a finalidade de reunir informações e constituir uma base de dados sobre o artesanato brasileiro.

Em 2012, através da Portaria SCS/MDIC nº8, de 15 de março de 2012, acrescentou-se à Base, a descrição das técnicas de produção artesanal, a serem identificadas e incorporadas ao cadastramento dos artesãos junto ao Sicab. No mesmo ano, a Portaria nº14 – SCS/2012⁵, instituiu a Carteira Nacional do Artesão e a do Trabalhador Manual. Este instrumento ampliou garantias e possibilidades aos trabalhadores artesãos e manuais, como a participação em cursos, feiras e outros eventos promovidos pelo PAB e a comprovação de exercício profissional. Vale ressaltar que a administração do Sistema, a emissão das carteiras, tal como o desenvolvimento de ações e projetos em consonância com o PAB, são de responsabilidade das Coordenações Estaduais do Artesanato, que estão representadas em cada uma das 27 unidades federativas do Brasil.

Ainda na esfera federal, através do Decreto nº 8.001, de 10 de maio de 2013, a gestão do PAB passou a ser competência da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República – SMPE/PR, criada pela Lei nº 12.792/2013⁶. E, em 2017, com a SMPE/PR passando a integrar a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Programa vem sendo coordenado através do seu Departamento de Empreendedorismo e Artesanato, que atua “por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de

⁴ Medida Provisória nº 2.123-27 de 27 de Dezembro de 2000.

⁵ Portaria nº14 – SCS de 16 de Abril de 2012.

⁶ Lei nº 12.792 de 28 de março de 2013.

mecanismos regulatórios e fiscais, do acesso a crédito e a novos mercados e da melhoria da competitividade e da capacitação” (MDIC, 2018).

Sob o cenário de pautas políticas e regulamentações, tem-se a Frente Parlamentar Mista do Artesão e Apoio do Artesanato Brasileiro, cuja coordenação é de responsabilidade de Deputado eleito no Espírito Santo. Cabe mencionar, nesse sentido, que desde 2015, com a sanção da Lei nº 13.180/2015⁷, que tramitava desde 2010, o ofício de artesanato foi devidamente reconhecido como categoria profissional. Todavia, apesar de sancionada, a lei encontra-se suspensa devido a divergências quanto a inconstitucionalidade do art. 3o, que vincula a renovação da Carteira Nacional do Artesão à comprovação de contribuições à Previdência Social. Afora este impasse, com a aprovação da nova Portaria a expectativa do setor é de que a Lei tenha subsídios para vigorar.

Nos últimos anos discutiu-se sobre alterações na Base vigente, enfatizando-se a necessidade de revisão dos conceitos e diretrizes e da ampliação da participação das entidades e cidadãos interessados no processo de formulação. Nesta perspectiva, em 2017, foi lançada uma consulta pública com objetivo de acolher opiniões e contribuições dos profissionais do setor para constituição da Nova Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Segundo a atual coordenadora do PAB no Espírito Santo, que atua desde a década de 1980 no setor no Estado, as coordenações estaduais estiveram envolvidas nas discussões por meio de grupos de trabalhos, no qual integrou o de normatizações.

Dessa forma, paulatinamente, as novas perspectivas e ponderamentos foram incorporadas à dinâmica do setor e, em agosto de 2018, a publicação da Portaria nº 1.007-SEI/2018⁸, oficializou as mudanças e estabeleceu, também, a criação da Comissão Nacional do Artesanato.

O novo Programa do Artesanato Brasileiro articula-se sobre quatro eixos de atuação principais:

- 1) Fortalecimento Setorial, com ações que incluem a criação do Fórum Nacional de Artesanato;
- 2) Acesso a mercado, viabilizando a participação em feiras e eventos para comercialização da produção, reconhecimento de espaços e abertura de linhas de crédito para o setor;
- 3) Sistematização, por meio da ampliação e atualização da base de dados do Sicab; e

⁷ Lei nº 13.180, de 22 de Outubro de 2015.

⁸ Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018.

4) Capacitação, voltada tanto para a qualificação das técnicas, quanto para gestão da produção e, ainda, ao incentivo e promoção de intercâmbios.

Dentre as principais alterações em relação à Base anterior estão o aumento no rigor classificatório do produto, que incorre na distinção entre artesanato e trabalhos manuais, ancorada não apenas na interpretação das peças isoladamente, mas enfatizando-se os aspectos culturais e identitários expressos e pelas técnicas e ferramentas empregadas. Por conseguinte, os trabalhadores manuais, antes aceitos no Programa, ainda que com ressalvas, segundo a nova regulamentação, não terão mais direito ao cadastro junto ao Sicab para renovação e/ou obtenção da carteira de artesão. Outrossim, deverão empreender esforços de adaptação de suas produções para a condição de artesanato ou recorrer a outros meios de apoio e fomento. De modo similar, a nova base conceitual acentua a necessidade de formalização dos núcleos de artesão, sob a forma de associações ou cooperativas, devendo estas manterem-se regularizadas fiscal e juridicamente para que possam beneficiar-se das ações do PAB.

3.2. Instituições Internacionais

Antes de apresentar as demais instituições atuantes no setor na esfera nacional, convém destacar, no âmbito internacional, a atuação de entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU), a UNESCO e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que reconhecem áreas como artesanato e pequenas manufaturas como estratégicas para a valorização da diversidade e desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Estas instituições realizam importantes contribuições no direcionamento das diretrizes e políticas adotadas pelo país nas áreas de educação e cultura, bem como em ações que visibilizam e oportunizam o artesanato brasileiro no exterior.

Há, também, as instituições de crédito e financiamento que, ainda que pouco recorridas pelo Estado, podem integrar-se ao setor. Por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que atua visando o desenvolvimento de iniciativas multilaterais na América Latina e Caribe, através de empréstimos, subsídios e cooperações técnicas, entendendo como desafios centrais o combate à exclusão social e a desigualdade, a baixa produtividade e inovação e as limitadas integrações econômicas regionais. De modo correlato,

dá-se, também a atuação do Banco Mundial, integrante do Sistema das Nações Unidas, que em 2018, por exemplo, através de acordos de empréstimos com órgãos dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, viabilizou a participação de artesãos e realização de Feiras de Artesanato em municípios do Brasil. Nesta perspectiva de atuação, em nível nacional, pode-se citar o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), e, em nível local, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) que oferece linhas de crédito especiais para o setor.

3.3. Instituições nacionais

Afora o MIDC que, como já mencionado, estabeleceu nacionalmente as políticas públicas direcionadas ao setor do artesanato através da gestão do PAB, no âmbito da pasta cultural, nos últimos anos, a Secretaria da Economia da Cultura (SEC), vinculada ao extinto Ministério da Cultura (MinC), foi a responsável pela coordenação do Colegiado Setorial do Artesanato. O Colegiado é parte integrante da estrutura do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e é formado por artesãs, artesãos e representantes governamentais, atuando na participação e promoção de debates e análises, acompanhando e fornecendo subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas ao setor.

Resultante destas articulações entre sociedade civil e poder público, em 2016 foi lançado o “Plano Setorial do Artesanato 2016 a 2025” (PSA), objetivando assinalar lacunas, caminhos e soluções para o ramo, incluindo perspectivas da capacitação à criação, da promoção à comercialização, sob a premissa de que o desenvolvimento cultural do país advenha integrado ao desenvolvimento do artesanato brasileiro (BRASIL, 2017).

O PSA se fundamenta pela própria Constituição nacional⁹ que determina que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, apoiando e difundindo às manifestações culturais. Por conseguinte, se ancora, também, no Plano Nacional de Cultura – PNC, estabelecido pela Lei nº 12.343/2010¹⁰. Dessa forma, o PSA foi elaborado sob a perspectiva de complementação e articulação com as determinações do PNC.

O PSA estabelece objetivos e metas de atuação sobre a cadeia produtiva do setor, abrangendo o período de 2017 a 2025,

⁹ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

¹⁰ Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010.

apontando seis eixos para ações estratégicas: 1) Criação/Produção; 2) Formação/Capacitação; 3) Divulgação; 4) Distribuição/Comercialização; 5) Fortalecimento do artesanato; 6) Economia, sustentabilidade ambiental e inovação. Entretanto, pelo que se aferiu no Espírito Santo, o PSA não tem impactado as ações direcionadas para o setor. Tal que, os principais agentes representativos e organizadores da atividade no estado desconhecem e/ou não participaram do seu processo de elaboração (ENTREVISTAS, 2018).

Para além, há, ainda, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFC), instituição pública federal, que desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento de expressão dos saberes e fazeres do povo brasileiro. Um dos programas é a Sala do Artista Popular (SAP) voltado para produção, pesquisa, difusão e fomento de artesanato e arte popular e que mantém um espaço de comercialização com mesmo nome no Rio de Janeiro desde 1983. São anualmente cerca de nove exposições, que trazem, a partir do contato entre obra, artista e público, um resultado duradouro para artesãos e artistas populares que participam a partir de convites para novas exposições em outros locais, encomendas de lojistas, contratação para demonstração da técnica e contratação para palestras e cursos por outras entidades. Em 2007, foi realizada a exposição “Festas e Artesanatos em Terras do Espírito Santo” com exposição e vendas de objetos de celebrações populares tradicionais capixabas.

Outra atuação do CNFC foi na criação do Programa de Promoção do Artesanato Tradicional e Cultural (Promoart), executado pela Associação Cultural Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro (Acamufec). O programa teve duas fases, sendo uma entre 2009 e 2013 e a outra entre 2015 e 2016 – chamada pelos órgãos de fase atual - por meio de convênios, primeiro entre o MinC e o BNDES e depois entre o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) e a empresa Vale S/A.

A primeira fase do projeto atuou em 75 municípios apoiando 65 polos produtores de artesanato tradicional, um deles do Espírito Santo chamado, pelos organizadores, de Cerâmica de Goiabeiras. O Promoart atuou em três linhas de ação: apoio ao processo de produção; investimento em canais de escoamento da produção; e divulgação e promoção do artesanato. O projeto apontou também para a perspectiva de divulgação a partir do registro da história e da memória de

alguns polos e artesãos e de linguagens gráficas utilizadas em artesanatos tradicionais pelo país. Este arquivo ajuda a preservar, divulgar e enaltecer técnicas e características singulares de um grupo ou região.

Com incidências mais específicas, outros setores públicos nacionais também foram identificados, como a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, por meio da sua Subsecretaria de Agricultura Familiar que lançou em 2009 o Programa Talentos do Brasil, resultante de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Turismo e do Desenvolvimento Agrário. O Programa, ainda vigente, tem como objetivo geral a inserção de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, onde o artesanato rural está inserido como um dos eixos de atuação.

Atualmente o Programa apoia 16 grupos de produção artesanal do meio rural dos estados de Tocantins, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro e Pará. O intuito é estimular a estruturação e produção de forma sustentável, com foco no mercado e na gestão participativa. Segundo as Diretrizes do Programa, as ações visam à troca de conhecimentos, a valorização da identidade cultural, a geração de emprego e renda, além da promoção da participação desses grupos em feiras nacionais e internacionais.

Na esfera das entidades paraestatais, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) tem importante atuação no artesanato. As ações do Sebrae direcionadas ao setor tiveram início ao final da década de 1990, com a criação do Programa Sebrae de Artesanato. Em 2004, o Sebrae lançou um Termo de Referência, articulando demandas diagnosticadas às estratégias e prioridades da instituição, bem como, estabelecendo parâmetros de atuação e classificações dos produtos e produtores. O objetivo era sistematizar, configurar e integralizar as ações pelo território nacional. Em 2010, o Termo de Referência foi reformulado, revisando conceituações e eixos e estratégias de ação. Vale ressaltar, que apesar da não especificação das referências utilizadas para construção do Termo, o mesmo alinha-se na maioria dos aspectos conceituais, à Base Conceitual estabelecida pelo governo federal.

Segundo suas diretrizes, a atuação do Sebrae no setor artesanal tem como objetivo principal desenvolver o artesanato de modo integrado, sendo concebido como gerador de inovação, de negócios e de empreendedorismo, ressaltado

“ O Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) tem importante atuação no artesanato. ”

por sua importância simbólica e mercadológica. Desde 2012, as ações são focadas no reposicionamento mercadológico do artesanato brasileiro (SEBRAE/ES, 2017). As estratégias mais recentes reiteram as relações entre produção e mercado e as ações têm dirigido atenção para reforçar o artesanato como um segmento de mercado economicamente relevante, orientando os artesãos e entidades quanto às estratégias de competitividade, propondo o aperfeiçoamento e criação de novas práticas para o setor e chamando atenção para temas como originalidade e identidade na produção (SEBRAE, 2016).

No Espírito Santo, o Sebrae tem atuação de mais de 40 anos, possuindo, além da sede em Vitória, nove Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), localizadas nos municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guaçuí, Guarapari, Linhares, Nova Venécia, São Mateus e Venda Nova do Imigrante. Independentemente do setor, as ações do Sebrae tem como prioridade a capacitação e formalização. No artesanato, assim sendo, as ações visam, a priori, a capacitação do artesão para o mercado através da oferta de palestras como a “Design e Artesanato” e “Artesanato Competitivo” e oficinas que integram o “Programa de Gestão no Artesanato” cujos temas abrangem criatividade, identidade, processo, formação de preço, embalagem e comercialização.

Estes são os chamados “produtos de prateleira”, que se direcionam à capacitação de grupos interessados, com turmas entre 20 e 25 artesãos (ENTREVISTAS, 2018). Existem, também, as consultorias, com objetivo de propor e desenvolver intervenções para produtos artesanais, com vista à melhoria da qualidade e posicionamento no mercado. Segundo a Gerência do Artesanato do Sebrae no estado, estas ofertas encontram-se disponíveis tanto para requisição de grupos e artesãos individuais, quanto para órgãos municipais interessados em capacitar os produtores locais (ENTREVISTASG, 2018).

Além dos produtos de prateleira, o Sebrae/ES desenvolve outras ações através do Programa Sebrae de Artesanato, como o Projeto Brasil Original, que integra uma política nacional adotada pela entidade para o setor. O Projeto foi iniciado em 2015, sob a prerrogativa de aproveitamento da visibilidade e oportunidades de negócios em decorrência dos eventos esportivos internacionais de grande porte ocorridos no Brasil, como as Olimpíadas, Copa das Confederações e Copa do Mundo. O projeto foi desenvolvido em 12 estados e, no Espírito Santo, contou com a participação de cerca de 200 artesãos.

O projeto teve duração de três anos, de 2015 a 2017, tendo sido iniciado com uma curadoria prévia, em parceria com a Setades e com a Federação de Artesãos do Espírito Santo (Feartes), a fim de identificar trabalhos artesanais com potenciais de inovação, qualidade, representatividade e uso de matéria-prima local. Posteriormente foram realizadas palestras, oficinas e consultorias junto aos artesãos, passando pelo estudo das iconografias regionais, até chegar em proposições de melhorias no design e criação de novas peças e coleções. Por fim, um catálogo foi elaborado, apresentando os produtos desenvolvidos separados por tipologias e informações dos artesãos e/ou grupos produtivos.

Envolvendo diferentes perfis de artesãos, de acordo com opiniões aferidas com participantes, para alguns, o projeto foi uma importante ferramenta no estímulo à criatividade relacionada a identidade local e a melhoria da qualidade final dos produtos (ENTREVISTAS A, 2018). Por outro lado, entretanto, há também críticas que resvalam na homogeneização das representações dado o incentivo das consultorias ao uso das iconografias mesmo para aqueles artesãos cujas produções eram dotadas de autenticidade e expressão própria (ENTREVISTAS A, 2018).

Existem, também, projetos de menor abrangência, desenvolvidos sob demanda de outras instituições que atuam junto à grupos específicos. É o caso do Projeto “Espírito das Águas” em Aracruz, uma parceria da Suzano SA com o Sebrae/ES, e do Projeto Tamar no distrito de Povoação/ES. Na região impactada ambiental e socialmente pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco, o Projeto Tamar constatou a necessidade de promover a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, diante da perda das fontes de renda tradicionais, dado que os pescadores ficaram impedidos de trabalhar diante das condições insalubres das águas, da mortandade dos peixes e da eminência de intoxicações. Assim, identificou-se um grupo de mulheres interessadas na realização de atividades artesanais, com as quais o Sebrae/ES tem atuado. Nestes tipos de projeto a atuação do Sebrae/ES volta-se às consultorias, desenvolvimento técnico, pesquisas de matérias-primas e à criação de coleções em consonâncias com as características ambientais e culturais das regiões.

Retornando às ações executadas em âmbito nacional, em 2016 o Sebrae inaugurou o Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (Crab), na Praça Tiradentes no Rio de

Janeiro. O Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (Crab) se propõe a transformar o artesanato brasileiro em objeto de desejo e, assim, aumentar o seu valor de mercado. O Crab conta com um Espaço Multiuso comportando um auditório e Foyer, o Espaço Conexões com a mídia-teca e uma praça interna, o Espaço Oficinas, o Espaço Gastronômico, uma sala de Exposições onde são realizadas exposições de produtos artesanais, definidas a partir de recorte temático e curadoria específica e, ainda, uma Loja Evento, que é um espaço sofisticado de comercialização das peças artesanais.

Os produtos capixabas já estiveram presentes tanto nas exposições, como é o caso da exposição “A Potência do Objeto”, que contou com os trabalhos de bordado tradicional de artesãs de Aracruz/ES e do Grupo das Bordadeiras de Santa Cruz/ES; Da exposição “Origem Vegetal – A Biodiversidade Transformada”, que reuniu trabalhos de artesãos de todo país no intuito de apresentar um panorama atual do artesanato brasileiro; Da exposição “Feito Aqui”, de 2017, que exibiu as Panelas de Barro de Goiabeiras, juntamente com outros sete produtos artesanais brasileiros que foram os primeiros a conquistar o selo de Indicação Geográfica (IG), concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Por fim, estiveram presentes na exposição “A Casa Bordada”, que já foi montada no Museu A CASA, em 2017, e posteriormente no Crab, tendo ficado aberta à visitação até novembro de 2018. Com curadoria de Renato Imbroisi, a exposição trouxe ao público artesanatos que representam o histórico da técnica do bordado no Brasil. Renato Imbroisi também atuou como consultor e coordenador do Projeto Brasil Original no Espírito Santo e levou à exposição trabalhos que foram desenvolvidos durante o Projeto, como a Coleção de Pássaros da Associação Mãos de Fada do Caparaó/ES, além dos trabalhos de outras sete unidades produtivas do estado. Segundo informações da Gerência de Artesanato do Sebrae/ES, o artesanato capixaba também tem representantes entre os produtos comercializados na loja do Crab (ENTREVISTAS G, 2018).

O Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro ainda tem ações que buscam levá-lo para além de seu espaço físico: o “Crab WEB”, um sítio eletrônico¹¹ no qual é possível acessar programações atuais e anteriores e demais conteúdos ligados ao setor; e o “Crab Expande” que busca estabelecer diálogos com outras instituições e setores da economia

“ O Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro. se propõe a transformar o artesanato brasileiro em objeto de desejo e, assim, aumentar o seu valor de mercado. ”

¹¹ <http://www.crab.sebrae.com.br>

criativa, dentro e fora do Brasil, por meio de ações que envolvem a realização e participação em debates, palestras, rodadas de negócios, exposições, etc.

Além destas, o Sebrae promove em edições trienais o “Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato”. Criada em 2006, a premiação tem como objetivo reconhecer e destacar as cem melhores unidades de produção artesanal brasileira, enfatizando aspectos relativos à qualidade do produto final, às capacidades produtivas e práticas de gestão adotadas. A ação não prevê premiação em dinheiro, mas aos vencedores são concedidos o custeio de passagens e hospedagem para o evento de premiação, a participação em ação de promoção comercial realizada pela entidade, exposição de seus produtos em eventos comerciais de abrangência nacional, a divulgação dos produtos no Catálogo do Prêmio e a permissão do uso, por três anos, do selo “Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato” para as 100 unidades premiadas (SEBRAE, 2018). No Espírito Santo, ao longo das quatro edições já realizadas, onze unidades produtivas foram contempladas, uma delas premiada em duas edições e outra em três.

Estratégias específicas de acesso à mercado também são desenvolvidas e completam o ciclo de atuação da instituição sobre o setor: diagnóstico, capacitação/intervenção, promoção e comercialização. Dentre as ações de estímulo ao comércio no artesanato, pode-se citar: a aquisição parcial de stands em feiras regionais e nacionais. No Espírito Santo, a política de comercialização em feiras é prescindida da elaboração de um calendário de interesses dentre aquelas feiras apoiadas pelo Sebrae Nacional, bem como, de outros eventos que sejam apontados pelos artesãos (ENTREVISTAS G, 2018). Em geral, a entidade arca com uma parcela dos custos e os artesãos interessados complementam o custo restante (ENTREVISTAS A;G, 2018).

Há, também, a realização de “Rodadas de Negócios” que consistem na promoção do encontro dos artesãos com lojistas. No estado, a ação teve uma primeira experiência que satisfaz as expectativas de vendas e negócios futuros, contando com a participação de aproximadamente 12 lojistas, sendo 10 de outros estados. Segundo o Sebrae/ES novas edições já estão sendo articuladas, entretanto, há um desafio quanto à mobilização e geração de interesse nos lojistas locais.

Por fim, complementando as iniciativas, existem ainda as chamadas “missões”, ações em que se promove a visita

guiada de artesãos em feiras e outros espaços de promoção e comercialização do artesanato. O objetivo, segundo a gestora, é fazer com que os participantes se atentem às tendências, observem os modos de exposição dos produtos, visualizem a estrutura e os públicos do evento, de modo que possam assimilar referências e analisar a possibilidade de participação futura. Nas missões, em geral, há contribuição de 50% dos custos por parte dos grupos interessados. Dentre as missões realizadas pelo Sebrae/ES, integrantes do já citado projeto “Espírito das Águas” foram levados para conhecer a Feira Nacional de Artesanato do Espírito Santo (ArteSanto); e outros grupos visitaram o Crabe e a Fenearte.

Partindo para o âmbito da capacitação técnica, ou seja, voltada ao aprendizado e aperfeiçoamento das técnicas de produção artesanal, o segmento conta com a atuação do Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Há também a participação de outras instituições do chamado “sistema S” que promovem cursos e oficinas em diversas áreas, incluindo segmentos específicos do artesanato como *patchwork*, *biscuit*, estamparia, entalhe em madeira, etc.

De abrangência nacional, estas instituições atuam por meio de unidades estaduais, tendo, então, diferentes ofertas, focos e periodicidades a depender das políticas e demandas de cada localidade. Dentre as unidades do “Sistema S” no Espírito Santo, o Senar/ES é a que apresenta maior incidência no setor do artesanato, ofertando cursos gratuitos periodicamente em diferentes municípios, com cargas horárias entre 16, 60 e 120 horas. O ensino e a capacitação incluem artesanato em fuxico, em biscuit, em fibra de bananeira, em tricô e crochê, em fibra de coco, entre outros, totalizando doze modalidades. Identificou-se, também, a oferta de cursos livres pagos por parte do Senac/ES, como crochê em fio de malha e bordado com pedrarias, dentro do segmento da Moda, e artesanato com madeira, integrando o segmento de Artes e Design.

No que diz respeito aos mecanismos de proteção legal do produto artesanal e resguardo da cultura imaterial, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) exercem importantes papéis para reconhecimento e proteção dos saberes e fazeres locais.

O INPI é responsável pela concessão do selo de IG, que pode ser entendido como uma forma de propriedade intelectual,

distinguindo determinados produtos e serviços de uma dada localidade. Uma indicação geográfica pode ser atribuída a produtos que detêm uma origem geográfica específica e que possuem qualidades, reputação e/ou características essencialmente atribuíveis a esse lugar originário e seus povos (OMPI, 2016). Como o próprio INPI define: “quando qualidade e tradição se encontram num espaço físico a IG surge como fator decisivo para garantir a diferenciação do produto [...] comunicando que certa região tem capacidade de produzir um artigo diferenciado e de excelência” (INPI, 2018). Deste modo, artesanatos produzidos com recursos naturais, com qualidades derivadas da sua origem geográfica, estão suscetíveis ao registro.

Como discutido pela própria Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, 2016), as IGs não protegem diretamente os próprios conhecimentos ou *know-how* associados ao artesanato, que podem, muitas das vezes, ser pertencentes ao domínio público, que possibilita o uso sem restrições e necessidade de atribuição de autoria. Todavia, as indicações podem contribuir à proteção indireta, frente à possíveis práticas comerciais fraudulentas, protegendo a reputação construída ao longo dos anos e salvaguardando um nicho de mercado, pela reiteração da qualidade e das características exigidas (OMPI, 2016).

Prevista na Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), a IG constitui-se como uma ferramenta de valorização de produtos vinculados a determinados territórios, contribuindo para agregação de valor ao produto e proteção da região produtora. A IG tem duas categorias: Denominação de Origem e Indicação de Procedência. Os produtos artesanais são enquadrados na segunda, que ressalta a tradição produtiva e o conhecimento público de que o produto de uma determinada região possui qualidade e processos diferenciados, protegendo a relação entre o produto e sua reputação.

O Espírito Santo foi pioneiro no recebimento do selo no que se refere ao produto artesanal, tendo sido registrado, em 2011, as primeiras IGs de produtos do Artesanato Brasileiro, no qual se concedeu a Indicação de Procedência às Painelas de Barro de Goiabeiras, cuja matéria-prima é extraída do Vale do Mulembá. Para esse reconhecimento o INPI leva em consideração a herança histórico-cultural do produto, a área de produção definida, a tipicidade, a autenticidade, a disciplina quanto ao método de produção e a notoriedade no cenário nacional.

“ O Espírito Santo foi pioneiro no recebimento do selo de indicação geográfica para produtos artesanais com as Painelas de Barro de Goiabeiras. ”

Para além dos aspectos geográficos, os modos tradicionais peculiares de produção, as origens étnicas, bem como as formas de transmissão da técnica configuram outros aspectos distintivos que constituem patrimônios culturais. O ofício das paneleiras recebeu o registro de “Bem Cultural de Natureza Imaterial” concedido em 2002 pelo Iphan, representando o primeiro bem desta natureza registrado no Brasil. Pesquisado a partir da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, o reconhecimento se deu por sua representatividade na cultura afro e indígena, identificada como uma atividade tradicionalmente feminina, perpassada sob o domínio familiar e comunitário. Consequente deste processo, em 2006, o Iphan publicou o “Dossiê IPHAN 3: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras” (IPHAN, 2006), inaugurando o Livro de Registro dos Saberes e reunindo uma série de informações sobre a atividade¹².

Ainda que com atuações menos diretas, pode-se mencionar outras instituições que têm ações ou projetos que tangenciam o artesanato. Como exemplos o Ministério da Educação (MEC) com a oferta de cursos de formação inicial e continuada¹³ em artesanato através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Funarte com apoio a eventos que contemplam o artesanato, a Fundação Banco do Brasil com apoio e patrocínio e o BNDES com apoio, patrocínio via Fundo Cultural e com o Crédito para Economia Criativa, que abarca o artesanato.

Quanto às organizações da sociedade civil, os primeiros movimentos de articulação política da classe apontam para 1987 quando houve a 1ª reunião dos Artesãos do Brasil, em São Paulo, e a criação da União Nacional dos Artesãos, a qual nos anos seguintes foi responsável pela organização do Congresso dos Trabalhadores Artesãos (Contrarte). Nos anos 1990, alguns projetos de lei foram propostos em busca da regulamentação da profissão de artesão, entretanto, tendo sido arquivadas, não se constatou avanços expressivos à época. Posteriormente, aumentando a mobilização, criou-se nos anos 2000 o Fórum Nacional Pró Regulamentação da Profissão do Artesão, resgatando as reivindicações que, segundo a CNARTS relata, ficaram estagnadas nos anos anteriores (CNARTS, 2015).

Em 2009, fundou-se a CNARTS que, desde então, assume o papel de representação e defesa de garantia de direitos da classe dos artesãos. Atualmente, a CNARTS passa por um processo de reorganização interna, conforme pautas da 2ª

“ O ofício das paneleiras recebeu o registro de “Bem Cultural de Natureza Imaterial” concedido em 2002 pelo Iphan, representando o primeiro bem desta natureza registrado no Brasil. ”

¹² Mais detalhes da atividade das Paneleiras serão explorados em sessão posterior.

¹³ Os cursos estão inseridos no eixo-tecnológico “Produção Cultural e Design”, a saber: Artesanato indígena, artesão à mão e artesão em pintura em tecido.

Assembleia Ordinária. Cabe pontuar, que dentre os membros da atual diretoria¹⁴, tem-se duas artesãs do Espírito Santo, vinculadas à Feartes, ocupando a vice-presidência e a tesouraria da Confederação. Segundo a vice-presidente da CNARTS, que preside a Federação capixaba, existe um diálogo aberto e respeitoso entre a representação federal e os artesãos do Espírito Santo, onde a atuação da Feartes tem reconhecimento pela organização e trabalho exercido no estado (ENTREVISTAS, 2018).

A CNARTS tem como pautas principais a regulamentação da profissão do artesão, através da aprovação da Lei nº 13.180/2015¹⁵; a criação da Secretaria Nacional do Artesanato; a ampliação do orçamento público destinado ao setor; o fortalecimento das representações de classe estaduais; e o estabelecimento de políticas públicas contínuas apartadas de foco assistencialista. Outras pautas da CNARTS são a criação do Museu do Artesanato Nacional; Calendarização das feiras nacionais; Ocupação de espaços públicos para comercialização dos produtos artesanais, bem como a ampliação da participação direta das artesãs e artesãos na discussão e execução dos projetos governamentais.

Já no âmbito das associações, identificam-se iniciativas que apoiam e promovem o artesanato em escala nacional. Dentre elas, pode-se citar A CASA – Museu do Objeto Brasileiro, associação civil sem fins lucrativos, inaugurada em 1997 como Centro Cultural e que, em 2004, firmou-se como Casa-Museu. A atuação de A CASA visa ao reconhecimento, à valorização e ao desenvolvimento da produção artesanal e do design brasileiros. A instituição promove regularmente exposições físicas e virtuais e é responsável pela realização bienal do Prêmio Objeto Brasileiro que, em 2018, completou a sua 6ª edição. Dentre as exposições realizadas pelo Casa, identificou-se participações de produtos capixabas na “Cerâmicas do Brasil”, realizada em 2015, e a “A Casa Bordada”, em 2017; já em relação à premiação, até o momento não houve vencedores capixabas, entretanto, o Projeto “Novas Marias” desenvolvido em regiões rurais do estado, esteve entre os 8 finalistas, integrando a exposição do 2º Prêmio do Objeto Museu A Casa, em 2010.

Outra importante instituição não governamental é a Artesanato Solidário (Artesol), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que atua para valorização e promoção do artesanato tradicional brasileiro, sob os pilares

¹⁴ Diretoria eleita para o exercício de 2017 a 2020.

¹⁵ Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015.

da capacitação, fomento cultural e econômico e políticas públicas. Nesse sentido, trabalha através da realização de consultorias, projetos institucionais e culturais que envolvem ações de capacitação, comercialização, realização de exposições, festivais, seminários e pesquisas para o setor (ARTESOL, [s.d.]). A Artesol é oriunda de um projeto de 1998, desenvolvido no âmbito do Programa Comunidade Solidária, do governo federal. O Projeto de Artesanato Solidário foi concebido, à época, como um dos programas de combate à pobreza, direcionado às áreas com população com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (RAMOS, 2013).

Segundo informações do portal da Rede Artesol (2018), a organização tem como propósito “apoiar a salvaguarda do fazer artesanal de tradição, promovendo a autonomia dos artesãos e o desenvolvimento socioeconômico dos grupos produtivos”, priorizando estratégias calçadas na sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural das comunidades. Desde 2002, constituída como organização da sociedade civil, a Artesol apresenta hoje mais de 100 projetos desenvolvidos no Brasil, 25 mil beneficiados indiretamente e 17 estados contemplados (RAMOS, 2013). A Artesol tem, ainda, relevância internacional, sendo uma das organizações creditadas pela Unesco para fornecer serviços de consultoria ao Comitê Intergovernamental, para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Além da execução de projetos junto às comunidades artesanais pelo país, vale destacar dentre as atividades da organização consolidadas em 2017, a Artiz, uma loja-conceito viabilizada em parceria com um *shopping center* em São Paulo, pautada na promoção do comércio justo e ético. Outro exemplo é a Rede Nacional do Artesanato Cultural Brasileiro (Rede Artesol) encabeçada com pesquisas de mapeamento e organização de dados realizados desde 2014. Deste modo, constitui um instrumento de conexão dos agentes da cadeia produtiva do setor por meio da consolidação de uma comunidade de membros e parceiros registradas no portal, o qual envolve artesãos, lojas, espaços culturais, associações e programas de fomento. Dentre os capixabas que fazem parte da Rede estão a Associação Anchietaense de Artesanato, a Associação Criarte e Associação das Paineiras de Goiabeiras.

Outra instituição de relevância nacional é a Rede Asta, que oficialmente foi fundada em 2005 com apoio a 35 mulheres. A Rede Asta é um negócio social que tem como missão principal a redução da desigualdade social e apoio às mulheres

produtoras, com foco no empreendedorismo feminino e no consumo consciente. A entidade trabalha com reaproveitamento de resíduos, que são utilizados para a fabricação de brindes e outros itens utilitários. O nicho de mercado são os clientes corporativos que tem buscado opções de ações promocionais cada vez mais inovadoras e carregadas de valores socioambientais. Integrante do Programa de Economia Circular (CE100 Brasil) da Ellen MacArthur Foundation, uma instituição inglesa que busca estimular a Economia Circular¹⁶, a rede já atendeu grandes marcas como L'Oréal, Fundação Volkswagen, Fundação Coca-Cola, Santander, dentre outras (ASTA, [s.d.]; FARIA, 2017).

Atualmente a Asta gerencia 74 grupos produtivos, compostos por 1.234 mulheres artesãs, onde todo lucro das vendas é empregado na própria rede (FARIA, 2017). Convém enfatizar a perspectiva adotada pela entidade no que se refere ao universo artesanal: não necessariamente direcionada aos aspectos culturais e tradicionais do artesanato, o foco está no modo de produção em baixa escala, com práticas sustentáveis e benefícios sociais. Nesse sentido, o lema levantado pelo negócio “bom, bonito e do bem” reforça um caminho em que o artesanal é sobressaltado por seu potencial de equilíbrio entre qualidade, estética e valores sociais, que contrasta com os modos usuais de produção de brindes, configurando-se, assim como vantagens competitivas no mercado cooperativo.

Componentes da esfera privada, com fins lucrativos, algumas entidades têm se destacado na atuação junto ao mercado artesanal. A ênfase é dada, principalmente, na realização de feiras e outros eventos de cunho comercial, aproximando produtores dos públicos consumidores e pautando novas práticas de consumo. Neste sentido, pode-se mencionar a Rede Manual, que atua na reunião e fortalecimento de artesãos contemporâneos e pequenos empreendedores, tendo como objetivo ressignificar o artesanato brasileiro e realizar o Mercado Manual. Este é um evento de comercialização de produtos artesanais autorais que conta com uma programação que contempla também gastronomia, música, oficinas, etc., realizadas em locais nobres como a Pinacoteca de São Paulo, o Museu Inhotim e o Shopping Morumbi.

Outros exemplos são a “Feira na Rosebaum” que reúne artesãos, artistas e designers independentes, buscando abranger desde comunidades criativas tradicionais do Brasil a artistas e designers contemporâneos; e a “Feira Jardim

¹⁶ Para maiores informações do conceito acessar: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular-1/conceito>

Secreto” voltada à promoção e comercialização do artesanato contemporâneo que conta, também, com a Casa Jardim Secreto, onde há uma loja colaborativa e espaço para realização de oficinas, *workshops* e bate-papos, voltados tanto para capacitação dos artesãos, quanto para o público em geral. O espaço foi inaugurado em 2017, viabilizado por meio de plataforma virtual de financiamento coletivo. Vale ressaltar, a concentração destas iniciativas, de visibilidade e alcance nacional, no eixo Rio-São Paulo. Atenta-se, também, à natureza independente desses eventos, cuja participação dos artesãos se dá por submissão a curadorias próprias das iniciativas e mediante pagamento de taxas e/ou percentuais de venda aos organizadores.

Por fim, ainda no âmbito nacional, porém com vistas à exportação, pode-se citar a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Trata-se de um serviço social autônomo que atua na promoção da internacionalização de diversos setores, incluindo os da Economia Criativa.

Dentre as ações constatadas no estado, pode-se citar a participação da unidade produtiva familiar Valdete Almeida de Rio Novo do Sul no evento “Maison Object de Paris” em 2013; da unidade produtiva Couros e Tramas da artesã e designer Jacqueline Chiabay, no MoMA Brasil Destination com comercialização na MoMA Store em 2008/2009, na Expo Milão em 2015, ambas oportunizadas por projetos do Sebrae/ES. Esta mesma unidade teve, também, coleção selecionada pela curadoria da Apex para exposição Be Brasil que aconteceu em abril de 2019, durante Salone del *Mobile*, em Milão, na Itália.

Apesar destas realizações, o setor artesanal, ainda se vê pouco amparado em termos de informações e procedimentos que visem ao alcance de mercados internacionais, onde poucos artesãos e unidades conseguem inserção. Diante da problemática, foi criada em 2010, a Associação Brasileira de Exportação do Artesanato (Abexa), com o objetivo de aproximar artesãos e artistas (na condição de vendedores) de compradores nacionais e internacionais. A principal ação concentra-se na plataforma online de divulgação dos produtos, entretanto, não há disponíveis boletins e outras publicações ou indicativos das parcerias e movimentações proporcionadas pela entidade. No Espírito Santo, foram identificados dezesseis artesãos cadastrados na Abexa.

3.4. Atuação das instituições locais

O histórico das ações para o artesanato no Espírito Santo, aponta para a importância de três Secretarias de Estado: a Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social (SEBS), que abrigou as primeiras ações relacionadas ao artesanato, ainda nas décadas de 1970 e 1980; a Aderes que, entre os anos de 2012 e 2016, foi a responsável pela regulação do setor; e a Setades que, como já apontado em sessão anterior, é o atual órgão responsável por essa regulação, por intervir e executar ações de desenvolvimento do setor artesanal no Espírito Santo.

A SEBS, criada pela Lei nº 3.043 de 1975, e extinta em 1989, tinha um escopo amplo de atuação, abrangendo campos como cultura, esportes, lazer, iniciativas de assistência social e ação comunitária e, ainda, questões concernentes às esferas de trabalho e habitação popular. Mesmo diante da aglutinação de setores díspares, a SEBS conseguiu contribuir para o desenvolvimento do artesanato, com a realização em 1977, de uma ampla pesquisa de diagnóstico do artesanato capixaba (FJSN, 1978), visando suprir as lacunas de informações sobre o setor e avançar nas ações que, até então, estiveram limitadas ao ensino das técnicas como meio de diminuição da mão-de-obra ociosa do estado.

A coleta dos dados foi feita a partir da aplicação de questionário e entrevistas junto a 422 artesãos, abrangendo tópicos de identificação do artesão, do artesanato, níveis de produção e comercialização e situações demográficas e socioeconômicas. Vale ressaltar que, na ausência de um sistema de cadastro unificado, a participação de outras instituições à época foi salutar no fornecimento de endereços e contatos destes trabalhadores, tais como: Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), Prefeituras Municipais e Empresa de Assistência Técnica e Rural (Emater), além do contato direto nos bairros e comunidades.

Os resultados obtidos apontavam um estado geral de desconhecimento do artesanato capixaba, dentro e fora do estado. Todavia, revelavam, também, na percepção das pesquisadoras, a existência de artesanatos expressivos culturalmente e que vinham ganhando reconhecimento, como: as Painéis de Barro, o artesanato de Antônio Rosa de Conceição da Barra, o artesanato indígena e dos chamados meninos de Ocibra¹⁷, em Cariacica.

As funcionalidades – utilitárias e decorativas; os perfis de locais de produção – sem separação entre residência e local

¹⁷ Obra Comunitária de Itanguá e Nove Brasília. Instituição de natureza particular que atuava pela melhoria da qualidade de vida da população carente moradora do entorno.

de trabalho; bem como, predomínio da produção individual, mantiveram-se os mesmos e podem ser entendidos como características espontâneas da atividade artesanal. Como constata-se na fala de um artesão entrevistado:

"[...] sou artesão individual, só eu sozinho. Mas participo das lojas que tem [...] No individual, assim, eu acho melhor. Se eu coloco hoje um pra me acompanhar pra produzir, vai dar uma diferença no meu artesanato. Eu venho trabalhando há anos pra conseguisse resultado"(ENTREVISTAS, 2018).

Ainda que possa representar expressões coletivas, o artesanato carrega as peculiaridades de quem o fez. Cada artesão tem uma identidade, um modo particular de reproduzir e criar a cultura na qual se insere. Deste modo, a busca por articular formas organizativas de produção e/ou comercialização coletivas, em geral, é mais pelo fortalecimento dos grupos e inserções mercadológicas do que necessariamente pela dinâmica da produção existente. No artesanato tradicional, por exemplo, onde o domínio familiar é predominante, ainda que possa deter um caráter coletivo na transmissão dos saberes, o ambiente produtivo concentra-se sob a esfera dos lares.

Por outro lado, a problemática hoje enfrentada em relação aos trabalhos manuais, aos ensinamentos superficiais de técnicas, e a utilização exacerbada de ferramentas mecanizadas e matérias-primas industrializadas, que descaracterizam o processo e produto artesanal não constituíam preocupação: à época, mais de 80% aprendiam com a prática e produziam com o auxílio de ferramentas rudimentares. Sobre o último aspecto, cabe o destaque de que 14% fabricavam o próprio instrumento e apenas 4,5% utilizavam alguma ferramenta mecânica.

Ainda assim, dentre as matérias-primas predominantes, os fios eram as que concentravam maior percentual, atingindo 58,5%, seguido da também expressiva presença de fibras – 55,5%; barro – 42%; madeira – 40%; couro – 39% e, em menores recorrências, metal, contas, sementes e produtos do mar que somavam 18%. Com exceção da fibra vegetal, a grande maioria das matérias-primas eram, mesmo ainda na década de 1970, adquiridas no comércio, correspondendo a 85% da forma de aquisição. Relacionando ao perfil tipológico do artesanato capixaba na atualidade, constata-se o desaparecimento do couro, a inserção dos materiais sintéticos, a diminuição do uso de praticamente todas as matérias-primas, excluindo-se os fios e tecidos.

No que se refere ao perfil do artesão, comparativamente ao cenário atual, houve crescimento expressivo da participação

da mulher na execução da atividade artesanal. Ainda que antes também fosse maioria, passou do percentual de 54 para 84. Quanto à posição social, chamava a atenção o número de artesãos que não possuíam documentos de identificação, sem os quais não usufruiriam dos direitos sociais básicos, atestando uma condição real de marginalidade. Atualmente, pode-se dizer que esta perspectiva de inclusão sócio democrática vem sendo satisfatoriamente efetivada entre a classe de trabalhadores artesãos, sob a qual a emissão da Carteira Nacional de Artesão indica mais que o atendimento dos direitos básicos, mas avanços em torno do reconhecimento e da valorização da profissão e da garantia de direitos trabalhistas.

Outro dado com relevância comparativa é o percentual de trabalhadores que possuem outras atividades como prioritárias: diminuindo de 52,4% para 44,2%. Uma redução de menos de 10 p.p. em 40 anos, escancarando o desafio a ser enfrentado de consolidação da profissão de artesão, sobretudo, da abertura de possibilidades que concretizem a geração de renda digna para estes trabalhadores.

O diagnóstico realizado levou à criação no ano seguinte, 1978, do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato, inicialmente com proposta de atuação restrita à Vitória e região metropolitana. A prerrogativa era de aprimoramento da experiência para, depois, expansão do Programa para as cidades do interior. No decorrer da década de 1980, foi lançado o Atlas Folclórico do Brasil – Espírito Santo (FUNARTE, 1982), considerado um dos estudos mais completos do artesanato folclórico no estado (SENAC; SEBRAE/ES, 2001). Posteriormente foi implantada em Vitória, a Casa do Artesão, todavia, extinta ainda na década de 2000. Segundo servidores à época, o período foi caracterizado por instabilidade política no setor, influenciadas pelas mudanças nos governos estaduais e, sobretudo, pelas alterações ministeriais que incidiram sob o PAB.

No final dos anos 1990, com a Lei Complementar nº 145/1999, foi criado no Espírito Santo a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, a atual Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades). Desde então, as competências da mesma se alteraram, mas a Secretaria segue como responsável pela formulação, coordenação, planejamento, articulação e execução de políticas públicas voltadas ao trabalho, incumbida das ações em prol do desenvolvimento do setor artesanal.

Passados os anos 1990, o início dos anos 2000 marcaram um novo ciclo na gestão pública do setor no Espírito Santo. O Decreto 624, de 4 de março de 2001, criou a carteira estadual de identificação do artesão e incluiu o artesanato nas normas de circulação de mercadorias, com a possibilidade de emissão de notas fiscais. Vale ressaltar que ainda não havia sido criada a carteira nacional do artesão. Deste modo, as medidas contribuíram tanto para o reconhecimento profissional da atividade artesanal no Espírito Santo, quanto na ampliação das oportunidades de circulação e comercialização dos produtos artesanais capixabas para fora do estado.

Desde então, o setor experimenta oscilações, passando por períodos de descontinuidade em planejamentos traçados e perda de informações significativas sobre o setor, com as constantes mudanças na administração. Durante os períodos de maior estabilidade e avanços, se destacam, principalmente, a expansão do alcance das atividades pelo interior do estado e a consolidação da Coordenação de Artesanato, que até hoje sustenta o reconhecimento do seu papel para e pelos próprios artesãos. Neste período, dá-se, também, a fundação da Federação de Artesãos do Espírito Santo (Feartes), contando com o auxílio e incentivo da coordenação.

À Setades, através da Gerência de Artesanato, competia a orientação, execução e manutenção dos cadastros no Sicab, assim como o fornecimento das carteiras de artesão no Espírito Santo. Ademais realizava seleções, feiras e outras ações que viabilizam o comércio dos produtos artesanais no estado, apoiando, também, a participação de artesãos em eventos fora do Espírito Santo, como a Fenearte, em Recife, considerada a maior feira de artesanato da América Latina.

Em 2012, todavia, a Gerência de Artesanato foi transferida para a Aderes, autarquia do estado, saindo, então, da administração direta para indireta. Segundo relatos acolhidos, a mudança para a Aderes pode ser visualizada com pontos positivos e negativos. Por um lado, houve continuidade na elaboração e publicação do Catálogo do Artesanato Capixaba (2012), junto com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEADH). A autonomia administrativa e o orçamento mais robusto foram aspectos que contribuíram para o aumento das ações e ampliação das possibilidades de comercialização do artesanato capixaba. Por outro lado, com a Aderes abrigando, também, a pasta da Economia Solidária, as ações da Gerência tendiam a ser menos criteriosas no que diz respeito às prerrogativas do PAB. Dessa

3. As instituições e suas atuações

forma, como na esfera nacional houve, também, a instituição da Carteira do Trabalhador Manual, agora já extinta. Em agosto de 2018, as ações se condensavam para o atendimento das demandas dos diversos trabalhadores do setor sem que essas se atentassem às suas disparidades econômicas e simbólicas.

Em 2016, através do Decreto nº de 3954-r, de 17 de março de 2016, a Gerência de Artesanato retornou para a Setades. As mudanças, ainda que não tenham representado grandes rupturas ou direcionamentos distintos no que concerne as perspectivas de atuação adotadas para o setor do artesanato, tiveram implicações para a gestão das informações e indicadores do setor ao longo dos últimos anos que se encontram dispersos entre as entidades.

A missão da Setades, segundo a Gerência de Artesanato é, primeiramente, reconhecer os artesãos e os trabalhadores manuais que trabalham com artesanato e credenciá-los com a carteira de artesão. Em seguida, a preocupação maior é criar pontos de comercialização e contribuir para o aumento da renda destes trabalhadores. Além disso, busca-se, também, incentivar a melhoria da qualidade do artesanato no estado, bem como impulsionar a cultura do consumo artesanal pelos capixabas. Este último é apontado com um dos grandes desafios, juntamente com o reconhecimento e valorização da diversidade cultural do estado.

Representando importantes feitos à ampliação dos canais de comercialização do produto artesanal capixaba, em 2016 e 2017, a Setades firmou parcerias e viabilizou a abertura de duas lojas de artesanato em Vitória, que seguem em funcionamento. Uma está localizada no Shopping Vitória, sob atual coordenação da lamonde Design de Eventos Ltda – ME¹⁸ e outra no Horto Mercado¹⁹, sob responsabilidade da Feartes. Neste ímpeto, em 2018, a Gerência também iniciou articulações para inserção do artesanato do Espírito Santo em site de vendas da Apex, assim como, esboçou projetos para inclusão de pequenas feiras de artesanato nos eventos oficiais do estado. Ambos, entretanto, ainda não possuem previsão de execução.

A estrutura da Gerência de Artesanato é apontada como deficitária diante da dimensão do setor e das ações executadas. Em termos de recursos humanos, a equipe de trabalho é composta por seis pessoas, sendo apenas dois efetivos, relativos aos cargos técnicos de cadastramento do artesão, um de gerência, um de coordenação, um de assessoria e uma

¹⁸ Empresa associada ao ES Convention & Visitors Bureau na categoria Organizadores de Eventos que atualmente é responsável, além da gestão da loja, pela realização da ArteSanto – Feira Nacional de Artesanato do Espírito Santo.

¹⁹ O Horto Mercado é um espaço comercial localizado na Enseada do Suá, que dispõe de bares e restaurantes, lojas e um supermercado. É considerado um equipamento com potencial para visitação turística.

vaga de estágio. A constante mudança nos cargos de coordenação e gerência, sob influência das coligações políticas, é pontuada como um fator desestabilizante, que acaba por restringir o desenvolvimento de novos projetos e repercute na morosidade dos planejamentos já traçados. O orçamento também é considerado insuficiente e empecilho à inovação. Atualmente a maior parcela é destinada à realização da ArteSanto, seguido das feiras de Guarapari e Sabores da Terra. (Ver Figura 1.)

Figura 1 | Organograma do MDIC e da Gerência de Artesanato do Espírito Santo – vigente até 2018



Fonte: Elaboração própria; adaptada de Barros (2006).

Junto à Setades, outras instituições²⁰ podem ser destacadas como potenciais parceiras, como a Feartes e o Sebrae/ES – já explorado anteriormente e, em âmbito de governo, a própria Aderes e as Secretarias de Turismo e de Cultura do estado.

A Feartes foi fundada em 2011, inicialmente impulsionada por três membros, contando com o apoio da Coordenação Estadual de Artesanato. Atualmente a Feartes possui 25 associações afiliadas, que contribuem com cerca de R\$ 20,00 mensais para manutenção da entidade. Segundo a atual presidência, o papel da Federação está ligado tanto à representação política dos artesãos, quanto a ações efetivas em

²⁰ Estão em andamento, também, negociações para o estabelecimento de um Conselho Estadual de Artesanato.

termos de comercialização, divulgação, capacitação e qualificação do artesão. A Feartes é responsável por negociar a participação em feiras nacionais, pela realização da Feira de Artesanato de Guarapari, pelo auxílio na formalização das associações e pela gestão da Loja de Artesanato do Horto Mercado.

Na configuração vigente, compete a Aderes, então, não mais a gestão do setor artesanal. Todavia, ainda resguardando aproximações, se responsabiliza por ações de desenvolvimento e fomento da economia solidária, fortalecimento e inclusão de grupos produtivos, como associativismo e cooperativismo, que são formas organizativas recorrentes no campo do artesanato. Neste sentido, as articulações junto à Setades se dão, por exemplo, na absorção de indivíduos e grupos que desenvolvam trabalhos manuais e/ou semi-industriais, mas que não são concernentes aos critérios estabelecidos na determinação do produto artesanal – acentuados tanto nas características do modo de produção, quando nos aspectos culturais que expressam. Outra articulação fora realizada na capacitação e orientação de grupos de produção e entidades artesanais nos processos de formalização e regularização fiscal. Também, em movimento inverso, na inclusão de núcleos representantes da economia solidária nos circuitos de feiras e eventos regionais promovidos em prol do artesanato.

A Secretaria de Estado de Turismo (Setur/ES), apesar de reconhecer o artesanato capixaba como elemento distintivo e agregador à cultura do estado, integrando-o dentre os atrativos do Programa “Descubra o Espírito Santo”, não tem desenvolvido ações interligadas com o setor. A Setur/ES era responsável pela Expotur, feira de turismo do estado que contava com apresentações culturais e feira de artesanato. Entretanto, com a descontinuidade do evento, poucas ações e articulações foram identificadas entre a pasta do turismo e do artesanato. Neste sentido, as gestoras estaduais comentam da necessidade de reaproximação e delimitamento de ações que contribuam para o desenvolvimento de ambos setores.

A Secretaria de Estado da Cultura (Secult/ES), por sua vez, também é apontada como tendo atuação pontual articulada à Setades e ao setor de modo mais amplo. A ação mais direta constatada é a da cessão de técnico para composição das curadorias de seleção de artesãos. Em termos de atuação indireta, pode-se citar a obtenção de recursos através dos

editais. Não há, todavia, edital específico para o setor de artesanato. Atualmente os produtores e artesãos encontram espaço de participação nos editais de Culturas Populares e Tradicionais, Diversidade Cultural Capixaba e Mestres da Cultura Popular. Todos guardam afinidade apenas com o artesanato tradicional e, o último citado, não acolhe projetos, sendo voltado ao reconhecimento de mestres da cultura popular.

No apêndice I, apresenta-se o levantamento dos projetos contemplados relativos ao setor artesanal desde a implantação da política de editais pela Secult/ES. Em oito anos, foram contempladas 24 propostas, sendo 15 projetos, 6 premiações de mestres e três apoios à locomoção, no total de R\$ 322.165,84. Observa-se a predominância na realização de oficinas que, em geral, consistem em ações de curto prazo e impacto. Verifica-se, também, a titulação de mestres que, ainda que desenvolvam atividades artesanais, têm sua trajetória reconhecida pela atuação em outras esferas da cultura popular, como no caso dos mestres de capoeira e de congo.

Ainda dentre as instituições parceiras, pode-se citar o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) que é uma autarquia responsável pelos serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural no âmbito do Espírito Santo. Segundo informações do portal eletrônico²¹, o foco de sua atuação é a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias rurais e, para tal, as ações contemplam uma gama de atividades produtivas e de processos de organização social e econômica que viabilizam o desenvolvimento rural.

No âmbito do artesanato, o Incaper possui ações de capacitação e articulação, com uma agenda de cursos e oficinas voltados ao ensino de técnicas artesanais e gestão da atividade econômica, além de iniciativas que auxiliam na participação dos artesãos residentes nas zonas rurais em feiras e eventos locais e regionais, lojas e outros espaços de comercialização.

Segundo informações fornecidas pela Gerência de Assistência Técnica e Extensão Rural do Instituto, em 2017, foram 231 artesãos atendidos, distribuídos em 22 municípios do estado. Dentre os municípios que apresentaram maior número de atendimentos, tem-se Guaçuí, Irupi, Pancas, Alfredo Chaves, Piúma, Nova Venécia, Linhares, Castelo e

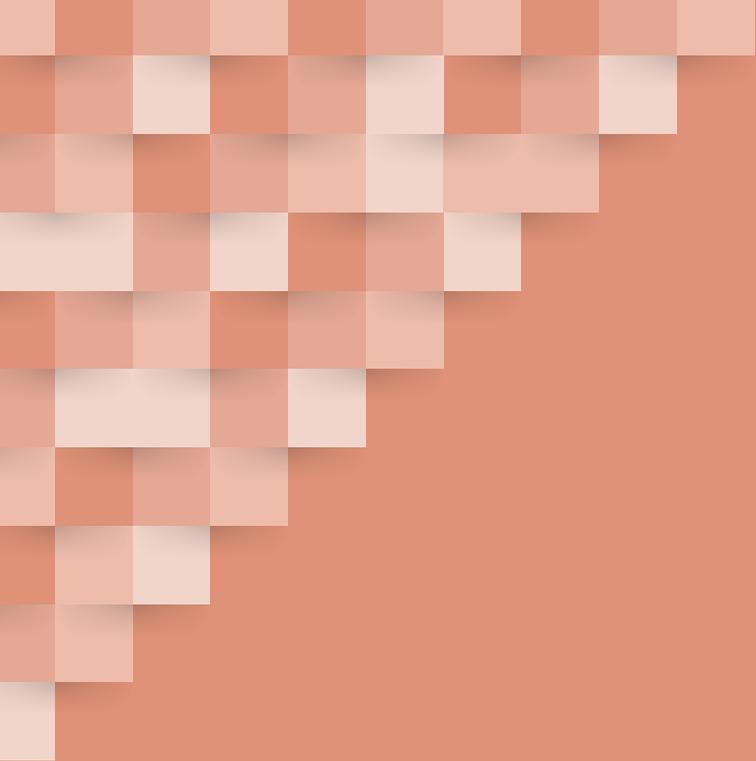
²¹ Para mais informações acessar: www.incaper.es.gov.br.

Brejetuba (INCAPER, 2018). Assim, atuando de modo descentralizado, as ações se direcionam/alcançam a grupos produtivos, associações, comunidades quilombolas, escolas e artesãos independentes que habitam as zonas rurais do Espírito Santo e que podem ter, na percepção do Incaper, na atividade artesanal fontes alternativas de renda, tal como no Turismo Rural e na Agroindústria.

Dentre as ações, a principal é o Projeto Cores da Terra, que teve início em 2007, a partir de uma parceria entre o Incaper e o Departamento de Solos da Universidade de Viçosa/UFV. O projeto, premiado em 2009 pela proposta de inovação na categoria Tecnologia Social pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), tem como objetivo ensinar técnicas e estimular a produção e aplicação de tintas fabricadas com pigmentos naturais extraídos dos solos (INCAPER, 2014). O projeto, que reforça o baixo custo de produção, as perspectivas da sustentabilidade, bem como os potenciais de valorização da cultura local por meio da origem do material, tem foco tanto em artesãos especificamente, como em pintores, artistas plásticos e agricultores familiares, com desdobramentos que podem abranger desde pintura residenciais, a produtos artesanais e das artes plásticas.

As técnicas de extração e aplicação são repassadas por meio de oficinas e cursos ministrados por técnicos do Incaper. Para além do Projeto Cores da Terra, outras ações são desenvolvidas voltadas ao manejo de matérias-primas como fibra de bananeira, fibra de taboa e de cana-de-açúcar e ensino de técnicas artesanais, como costura, crochê, bordado, e pintura em tecido. Nestas e demais outras modalidades as oficinas são ministradas em parceria com unidades regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), prefeituras, principalmente através de Secretarias de Assistência Social (Cras), Secretarias de Assistência Social, Sindicatos Rurais, da própria Setades, dentre outros grupos interessados.

Das representações estaduais das entidades de abrangência nacional como da Rede "S", tem maior atuação o Senac/ES e O Senar/ES que oferecem formação técnica nos cursos de madeira, costura e bordado.



4

Análise da cadeia produtiva

4.1. Aspectos metodológicos

A descrição e análise da cadeia foram elaboradas com base, inicialmente, nos dados extraídos do Sicab, possibilitando o delineamento dos perfis socioeconômicos dos trabalhadores do setor, bem como a caracterização dos modos de produção e dos produtos artesanais do estado. Segundo os dados, considerando o período de 2010 a 2018, o Espírito Santo conta com 9.384 cadastros, sendo 7.292 artesãos e 2.092 registros de trabalhadores manuais (SICAB, 2018). Todavia, dentre os cadastros ativos em 2018, tem-se 2.863 artesãos e 850 trabalhadores manuais, representando a população total atual dos trabalhadores do setor.

Para além, buscando o aprofundamento e a atualização das informações, considerando a população ativa dos trabalhadores do segmento e a ampliação da base qualitativa da pesquisa, foram aplicados questionários com 408 artesãos. A seleção da amostragem se deu por conveniência, abrangendo trabalhadores de 30 municípios distintos do estado e, ainda, realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 atores identificados ao longo do processo como representativos da cadeia, englobando artesãos individuais, representantes de associações, Federação e dos poderes públicos estadual e municipal²².

Comparativamente aos registros do Sicab, os dados extraídos dos questionários mantiveram similitudes no que se refere à classificação dos produtos quanto às tipologias, técnicas e funcionalidades predominantes no estado, assim como nas questões de renda e posicionamento da atividade enquanto secundária em termos de prioridade de trabalho e composição de renda. Sob estes dois últimos aspectos, cabe frisar que, mesmo com as ações direcionadas ao setor que vem sendo implementadas em âmbito nacional e estadual nos últimos anos, os impactos evidentes destas ainda não são notados. Desta forma, reitera-se a necessidade do estabelecimento de políticas locais de apoio ao desenvolvimento do setor e, no que cabe aos dados, preservar a análise longitudinal tomando como referência as informações do Sicab que representam a população artesanal dos últimos 10 anos.

Ainda na composição das informações, no intuito de pluralizar a participação e possibilitar a construção coletiva de perspectivas para o setor, foram promovidas três oficinas, nos municípios de Vitória, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim que, ao todo, contaram com 43 participantes.

²² À título de organização e compreensão dos conteúdos extraídos das entrevistas, adotamos como referência os termos "Entrevistas A" para designação das entrevistas com artesãos e associações artesanais e "Entrevistas G" para designação das entrevistas realizadas com gestores das diversas esferas.

Em paralelo a estas fontes, inicialmente foram consultados, também, os dados contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2018), na Classificação Brasileira de Ocupações (MTE, 2018) e no Portal do Empreendedor (MEI, 2018). A extração das informações priorizou contabilizar e relacionar os estabelecimentos e os vínculos registrados no segmento, tendo como ponto de partida a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e CBOs levantados nas etapas prévias da pesquisa aplicada ao plano “ES Criativo”.

Foram consideradas duas classes principais: *“Fabricação de Produtos Cerâmicos não-Refratários não Especificados Anteriormente”* e *“Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, exceto Móveis”*. No que se refere às ocupações foram consideradas 65 modalidades relativas à atividade artesanal (ANEXO II).

Dentre as CNAEs consideradas, no ano de 2016, constam registrados 40 estabelecimentos no Espírito Santo. Vale destacar que deste total 35 foram enquadrados na CNAE de *“Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente exceto móveis”*, enquanto apenas 05 relativos à *“Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente”*. Na observação dos vínculos existentes, correlacionados com as CNAEs consideradas, os dados apontaram para 611 vínculos, dos quais 440 relacionados à CNAE de *Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente*. Outras 171 estão relacionadas à *Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis*.

Sob este cenário, questiona-se a relação entre o número de estabelecimentos registrados para a CNAE de produtos cerâmicos e a quantidade de vínculos existentes. O número elevado de vínculos contrasta com a própria caracterização da atividade artesanal no estado, que não abriga unidades produtivas artesanais com esta capacidade de absorção de trabalhadores (SICAB, 2018). Verificou-se, também, que apenas um estabelecimento responde por 389 registros destes vínculos. Tendo sido possível a identificação deste²³, constatou-se que a mesma atua no setor de cerâmica industrial, não estando, portanto, associada ao segmento artesanal.

De acordo com os dados apresentados, o contingente de estabelecimentos e de vínculos estritamente relacionados às possíveis ocupações de artesãos, é significativamente

²³ Oxford Porcelanas Espírito Santo Ltda., CNPJ 19.934.117/0001-70

inferior aos registros de trabalhadores do segmento encontrados no Sicab (2018) para o estado do Espírito Santo. Desta forma, aferiu-se que no segmento artesanal há predomínio do trabalho individual e independente.

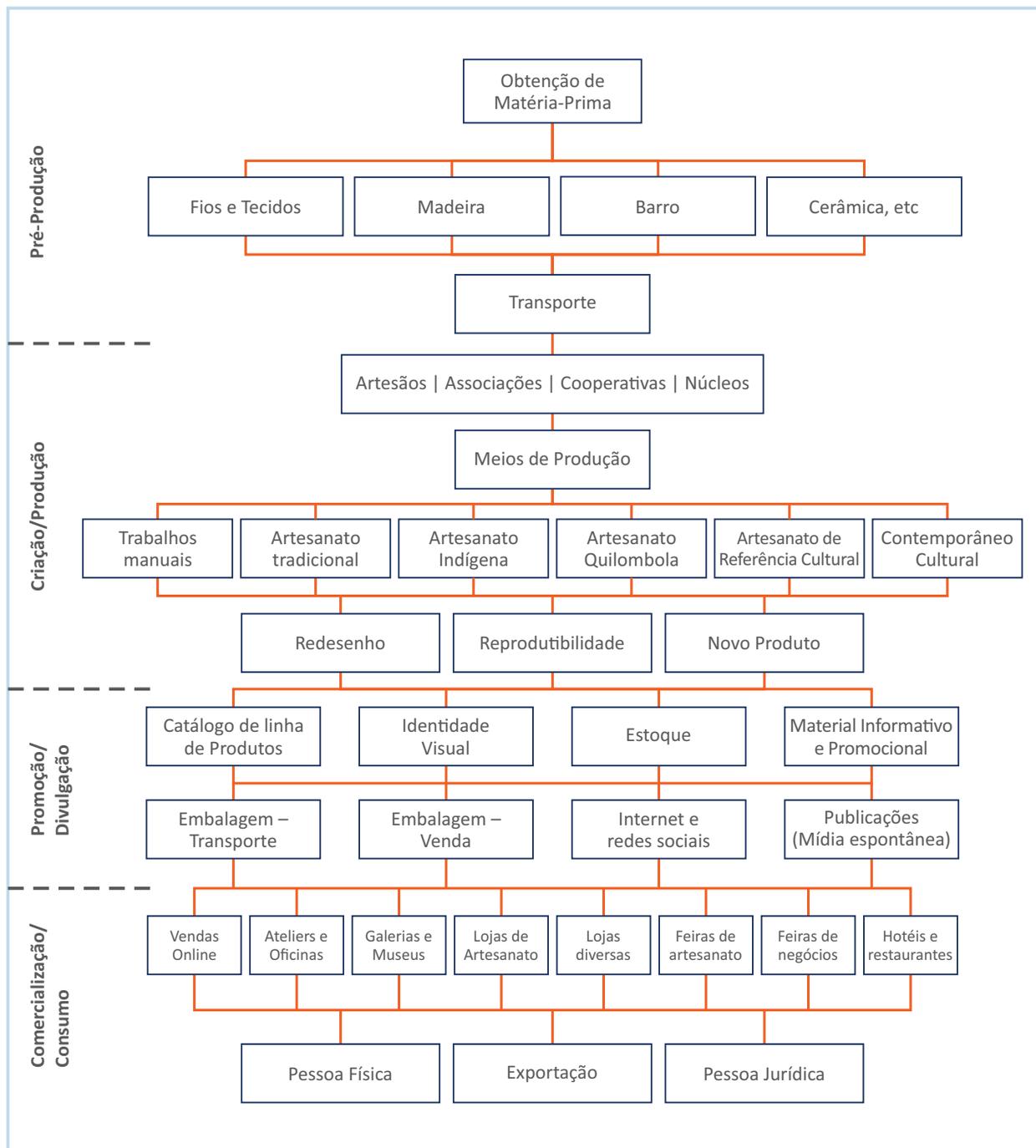
No que se refere, então, ao número de microempreendedores individuais, tem-se registro no estado de 508 profissionais, levando em consideração apenas as duas CNAEs anteriormente mencionadas. Expandindo o escopo para outras classificações de registros observadas, e que potencialmente guardam relação com o setor artesanal, como *Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente*, *Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria* e *Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes*, somam-se aos registros mais 1.001 profissionais, totalizando 1.509 microempreendedores registrados no setor.

De modo geral, ponderemos que dada a peculiaridade do segmento, que comporta atividades e ocupações similares a de outros, tendo basicamente no modo de execução da mesma a sua característica distintiva, os dados extraídos da RAIS e do Ministério do Trabalho poderiam não corresponder efetivamente à realidade do setor, ao passo que no processo de extração das informações há indissociabilidade com as atividades industriais. Reitera-se, então, que estas fontes lançaram luzes às percepções sob o segmento artesanal, todavia, o Sicab se destaca como a fonte de dados mais assertiva para o propósito de diagnóstico do setor artesanato no estado do Espírito Santo.

4.2. Cadeia Produtiva do Setor Artesanal

Uma cadeia produtiva é um conjunto de etapas sequenciais, sob as quais se articulam desde o processamento dos insumos básicos até a consecução do produto final, considerando também a distribuição e a comercialização. Para o delineamento da cadeia produtiva do setor do artesanato, tomou-se como referência o modelo proposto por Barros (2006), acrescido de adaptações baseadas na dinâmica local e nas regulamentações vigentes (MDIC, 2018), conforme disposto na Figura 2.

Figura 2 | Fluxograma da cadeia produtiva do setor artesanal



Fonte: Elaboração própria; adaptada de Barros (2006).

A cadeia produtiva do artesanato é um complexo híbrido (BARROS, 2006), que toma como ponto de partida diversas matérias-primas. Constitui-se, também, sob formas plurais de processos e organização, direcionando-se, enquanto produto final, ao atendimento de diferentes mercados.

Na etapa pré-produtiva os olhares às formas de obtenção das matérias-primas, tal qual sua proveniência e ciclo de extração e/ou de transporte até as mãos dos artesãos, trazem informações do volume e disponibilidade destes insumos, das conexões locais, tanto com o ambiente natural, quanto com entidades de apoio logístico, órgãos fiscalizadores e fornecedores de matérias-primas processadas, reutilizáveis e/ou recicláveis que servem de base ao artesanato. Tais visualizações abrem espaço, por exemplo, às análises de aspectos da viabilidade e sustentabilidade da atividade e, ainda, das relações guardadas entre a materialidade do fazer artesanal, sazonalidades e potencialidades locais.

No que concerne à etapa de criação e produção, o perfil socioeconômico dos artesãos, as formas de organização entre si, as estruturas e condições materiais de trabalho, assim como as peculiaridades dos processos criativos e executivos, lançam luzes à caracterização do produtor, da produção e do produto artesanal. Abrangendo questões que vão desde a descrição da classe trabalhadora, à categorização dos produtos artesanais do estado e aos processos produtivos que englobam técnicas e referências empregadas, acentuando a interpretação das dimensões subjetivas no âmbito das identidades e tradições culturais locais. Nesta etapa, portanto, efetiva-se a produção do artesanato, proveniente de processos que direcionam à reprodução dos objetos já criados e/ou ao redesenho para geração de novos produtos a serem comercializados.

Na etapa seguinte, promoção e divulgação, os aspectos da inserção mercadológica assumem centralidade. Ademais, abrangem itens como embalagem, precificação, identidade visual, estratégias e canais de comunicação, entre outros, que resvalam no escoamento dos produtos e os arrolam com o mercado consumidor.

Findando a cadeia, a etapa de comercialização e consumo expõe relações das destinações dos produtos, destacando os pontos e os tipos de venda, bem como os públicos e os espaços de absorção. Vale lembrar que, permeando as diferentes fases, encontram-se as instituições e os aparatos

regulatórios que configuram os mecanismos, as disposições legais, as redes e os espaços de organização da atividade artesanal, que juntos norteiam a dinâmica da cadeia.

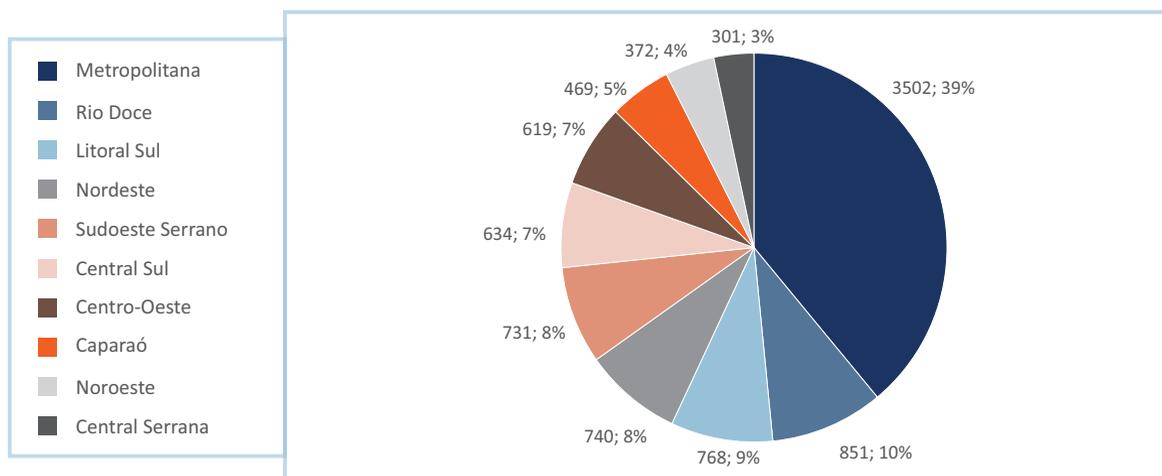
4.3. Distribuição regional dos artesãos

O Espírito Santo é o 15º estado em população (IBGE, 2018), todavia, desponta como o 7º em trabalhadores vinculados ao artesanato quando considerados os cadastros registrados no Sicab (2018) desde sua implementação até maio de 2018. Já em proporção à população total, o estado ocupa a 3ª posição em densidade de trabalhadores no setor: são 2,33 trabalhadores para cada mil habitantes, posição superada apenas pelo estado de Alagoas e pelo Distrito Federal (SICAB, 2018).

O estado do Espírito Santo possui 78 municípios e está dividido em dez microrregiões de planejamento (GEOBASES, 2018). Nesta divisão, a distribuição regional de trabalhadores do setor exibe a maior concentração na microrregião Metropolitana, onde estão localizados 39% dos trabalhadores. Todavia, é importante ressaltar que este número é inferior ao percentual de habitantes da população total residente na região²⁴, sugerindo que a atividade tem ocorrência proporcionalmente superior nos municípios interioranos. Além disso, os dados indicam uma distribuição relativamente homogênea de trabalhadores entre as demais microrregiões, conforme pode ser verificado no Gráfico 1:

²⁴ Segundo dados do IBGE (2017), 48% da população do Espírito Santo está na microrregião metropolitana, composta por sete municípios: Vitória, Serra, Cariacica, Fundão, Viana, Vila Velha e Guarapari.

Gráfico 1 | Percentual de distribuição dos trabalhadores do setor artesanal por microrregiões do Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Deste modo, o artesanato constitui-se no estado como uma atividade profissional que ao longo dos anos agregou um significativo contingente de pessoas. Assim, tem sido pautado como um setor com potencial tanto na geração de renda e empregabilidade, quanto como vetor estratégico para a valorização de territórios e desenvolvimento local, a partir da sua compreensão no âmbito da Economia Criativa.

Nessa perspectiva, reitera-se o artesanato enquanto objeto territorial (VEGA TORRES, 2015). Ou seja, compreendido a partir dos seus vínculos de contexto local, resultante de práticas culturais, tradições e técnicas partilhadas, impressas em diferentes formas de transmissão de saberes e fazeres, de difusão dos valores e utilização dos dispositivos locais. Assim, tal como descreve Chitti (2003), uma das principais características do objeto artesanal é a tipicidade, que demanda a existência de aspectos regionais como meio espontâneo, ou não, de diferenciação das peças produzidas pelos diferentes grupos e regiões artesanais.

A tipicidade, portanto, opera à luz de conceitos de território e territorialidade (HAESBAERT, 2014; SANTOS, 2006). Os tais englobam, para além das clássicas abordagens físico-geográficas, incidências político-econômicas e, sobretudo, para o caso do artesanato, dimensões históricas e culturais, que os identificam enquanto espaços de embates, partilhas e produções simbólicas, permeados por sentidos de pertencimento e formação identitária (SILVA, 2014a). Neste sentido, entende-se como sendo intrínseco ao objeto artesanal a capacidade de representar e expressar materialmente quem o produz e/ou o local onde é produzido.

A seguir, então, avançando para a caracterização do setor no Espírito Santo, subsidiando o diagnóstico com base na cadeia produtiva, apresentam-se os dados extraídos do Sicab (2018) no que se refere ao perfil dos trabalhadores, as principais estatísticas do setor e dos produtos artesanais no estado.

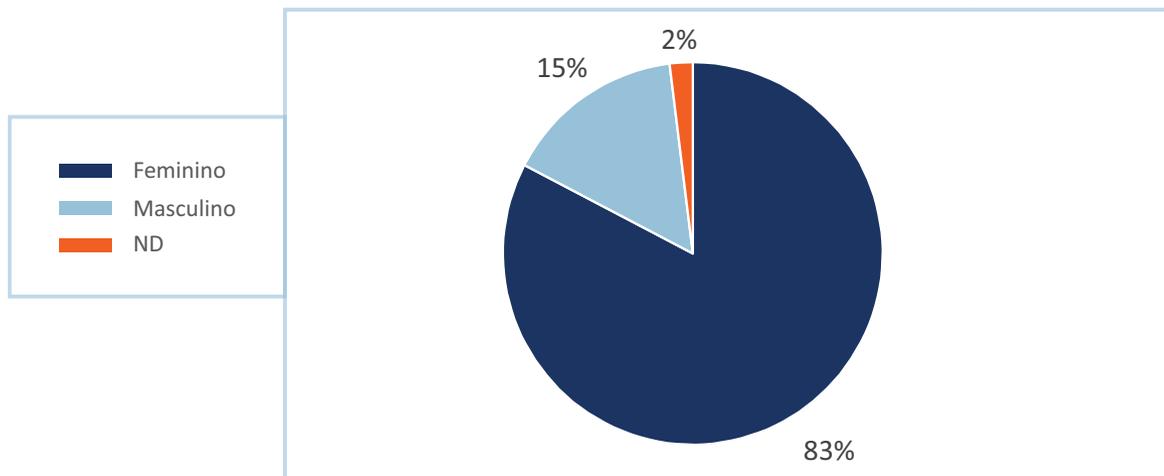
4.4. O perfil do artesão no Espírito Santo

Buscando traçar o perfil do artesão no estado do Espírito Santo, foram extraídos dados relativos ao gênero, zona de residência, relação de dependentes, dentre outros. Os dados que serão apresentados a seguir levam em consideração o total de cadastros contabilizados até maio de 2018, computando 9.384 entre artesãos e trabalhadores manuais.

Como forma de sintetizar a exposição dos dados e compreendendo, também, que há imbricações entre as duas categorizações de trabalhadores, utilizou-se o termo artesão para designar o conjunto entre artesãos e trabalhadores manuais. É importante salientar que os dados foram analisados considerando artesãos/trabalhadores em blocos distintos, e em conjunto. Para a maioria das informações não foram constatadas diferenças substanciais entre ambos. Neste sentido, distinções foram exploradas apenas quando eventual aspecto denotou relevância comparativa.

O Gráfico 2 mostra o percentual de artesãos por gênero. Do total considerado, 7.757 são mulheres, 1.445 são do sexo masculino e 182 não declararam a informação.

Gráfico 2 | Porcentagem de artesãos do Espírito Santo por gênero, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

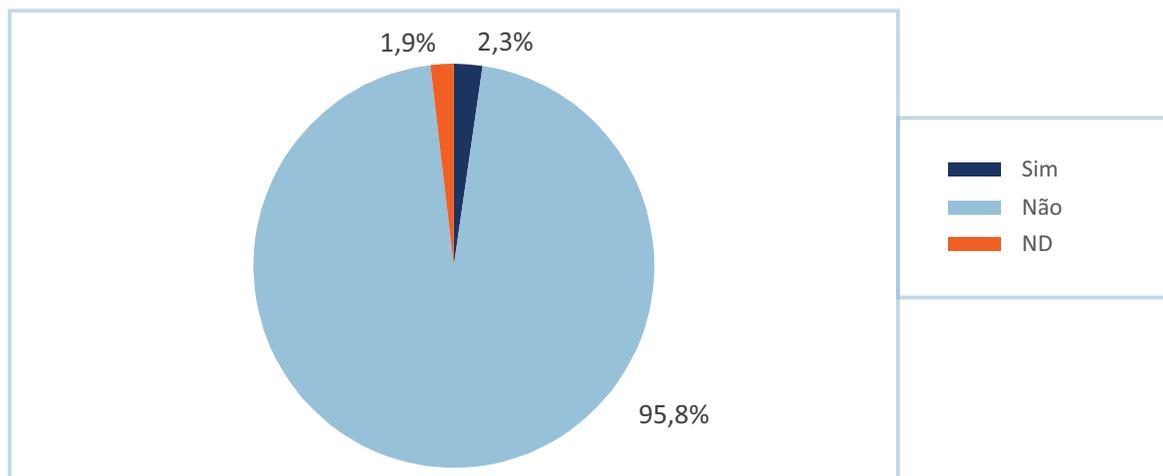
As mulheres predominam dentre os artesãos capixabas representando mais de 80% dos registros no sistema. Este alto percentual de participação feminina também é verificado no cenário nacional que, em pesquisa amostral realizada em 2013 (SEBRAE, 2013), aferiu que 77% dos trabalhadores do setor são mulheres. Já se comparado ao panorama geral de ocupação por gênero nas atividades criativas no Brasil (IJSN, 2017), que registra 57% de ocupação masculina e 43% de feminina, o setor artesanal está acima da média na participação das mulheres.

Vale destacar que mesmo a economia contemporânea, em que novas bases econômicas estão sendo pautadas, este setor se estabelece sob um sistema patriarcal, onde as relações de gênero são mantidas como fator incidente sobre as esferas de trabalho. Isto acaba por produzir assimetrias materiais e simbólicas nos sujeitos trabalhadores, onde a mulher ocupa papéis econômico, político e social subalternizados (YANNOULAS, 2002; FIGUEIREDO et al, 2015).

Nesse sentido, promover o desenvolvimento da atividade artesanal pode arremeter contribuições na atenuação das desigualdades de gênero e ampliação da geração de renda, autonomia financeira e melhoria do padrão de vida econômico das mulheres e suas famílias (FIGUEIREDO et al., 2015). Ainda que de imediato possa não conduzir à emancipação destas, por latentes os acentos de desvalorização e má remuneração (SICAB, 2018) que incorrem sobre as atividades entendidas enquanto “domínios femininos”, é importante consolidar a atividade artesanal enquanto campo profissional e de ação empreendedora.

Desvinculando-se da questão de gênero e seguindo para outros aspectos de caracterização do perfil dos trabalhadores, os próximos gráficos representam, respectivamente, os artesãos que declararam possuir alguma deficiência física e aqueles considerados em situações especiais. Em valores absolutos, 214 artesãos afirmam possuir alguma deficiência, representando 2,3% do total de cadastros computados (Gráfico 3).

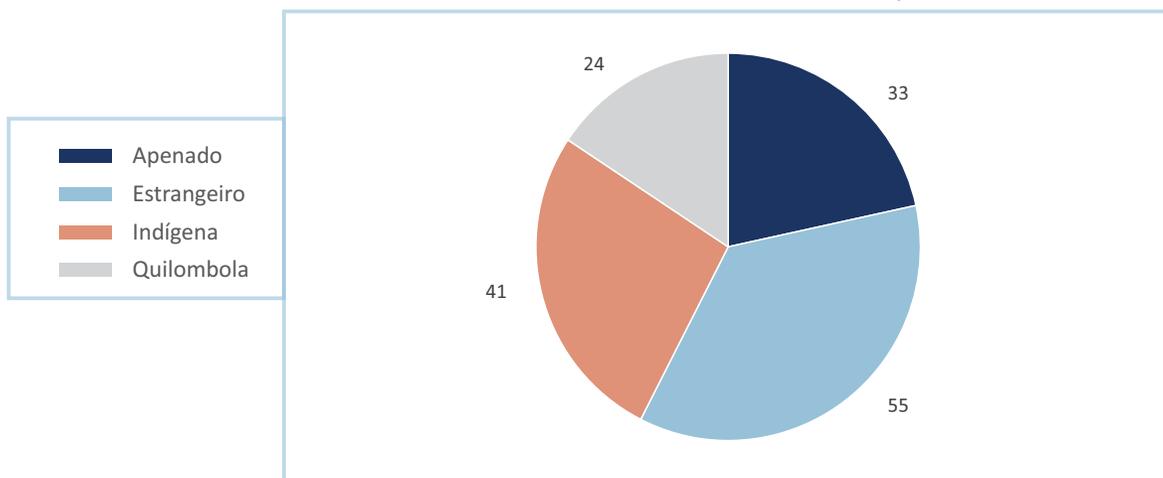
Gráfico 3 | Porcentagem de artesão pela presença de deficiência no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

O sistema também fornece o quantitativo de artesãos em situação especial no Espírito Santo, a saber: apenados, indígenas, quilombolas e estrangeiros com visto. Dentre um total de 153 artesãos em situação especial, o Gráfico 4 apresenta o número absoluto de indivíduos em cada categoria situacional. Os dados apontam uma população diminuta de artesãos quilombolas, a menor dentre as quatro situações. De modo correlato, a participação dos povos indígenas inserida no circuito artesanal do Espírito Santo, também é pequena, mas relativamente superior à participação quilombola.

Gráfico 4 | Segmentação dos artesãos em situação especial no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Deve-se ressaltar que, no Espírito Santo, encontram-se certificadas quarenta e duas comunidades remanescentes de quilombo, segundo a Fundação Palmares (Anexo - Tabela A3) e, pelo menos, nove aldeias indígenas concentradas no município de Aracruz. Estas informações são relevantes para reflexão sobre a baixa inserção e participação destes grupos na produção artesanal no estado, sobretudo, na relação com o artesanato tradicional e com os valores culturais inerentes à atividade. Vale ressaltar, que estes grupos constituem, atualmente, comunidades autônomas que enfrentam situações de disputa territorial e que, através do artesanato, articulado à outras iniciativas, podem encontrar meios de sustentabilidade, preservando-se princípios de alteridade e identidade.

Chama atenção ainda, além do sistema computar sob o mesmo parâmetro minorias étnicas como apenados e estrangeiros, não haver registros, por exemplo, de artesãos brasileiros residentes, porém não naturais do local. Ou seja, não nascidos no Espírito Santo, mas que tiveram suas Carteiras de Artesãos registradas ou transferidas para o estado.

No que se refere à situação de apenados, vale mencionar a existência de projetos desenvolvidos em penitenciárias do estado, regulamentados conforme consta na Lei Complementar nº 761 de 2014. Os objetivos são tanto a melhoria da autoestima e da qualidade de vida dos internos, como, também, a geração de renda com a comercialização das peças e na remissão da pena por dias trabalhados (SEJUS, [s.d.]).

Segundo informações da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS, [s.d.]), o projeto “Reabilitarte”, desenvolvido no município de Viana/ES na Penitenciária de Segurança Média I, conta com a participação de 50 detentos e é direcionado aos internos com idade acima de 50 anos, ou que possuam algum tipo de problema de saúde. Em 2013, o projeto recebeu menção honrosa na categoria Projeto Humanizador, do Prêmio Humaniza, direcionado ao reconhecimento de ações desenvolvidas pelos servidores que contribuem para a melhoria e a humanização do sistema prisional capixaba. De modo geral, neste projeto o artesanato é estimulado, principalmente, enquanto atividade terapêutica e social.

Já o projeto “Marcenaria Jequitibá”, da Penitenciária Estadual de Vila Velha III tem direcionamento mais comercial e atende a seis detentos que atuam de forma voluntária na produção de móveis, utilizando estrados de madeira doados por parceiros. Os internos produzem bancos, aparadores, mesas, vasos de plantas, dentre outros itens que se destinam a vendas, com valor revertido às famílias dos detentos e, eventualmente, a doações e exposições. Durante as cinco edições já realizadas da ArteSanto, a Sejus contou com *stands* para comercialização dos artesanatos produzidos nos projetos e, na última edição, em 2017, os móveis ficaram também em exposição durante o evento. Além destas ações vinculadas, os móveis que compõem a estrutura da loja de artesanato do Horto Mercado, foram adquiridos do projeto “Marcenaria Jequitibá”.

Além desses, há ainda o projeto “Novas Marias”, desenvolvido em parceria com o Ateliê Couros e Tramas, cuja equipe é formada por mulheres artesãs, donas de casa e agricultoras das regiões rurais de Guarapari, Marataízes, Anchieta e Viana, sob a coordenação da artesã e designer Jacqueline Chiabay. O projeto Eco-Social, como é chamado, utiliza os resíduos da produção em couro do ateliê para confecção de produtos como bolsas e bijuterias, através do emprego de técnicas como crochê, tricô, macramê, tressê, bordados, etc.

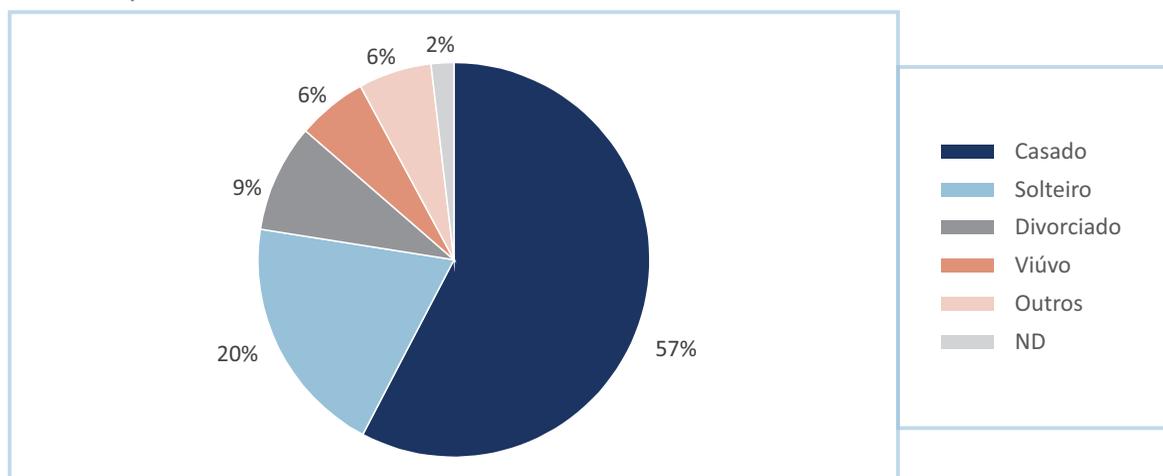
O objetivo do projeto é oportunizar, através do artesanato, trabalho e renda para mulheres dentro do sistema prisional capixaba e, também, promover a ressocialização pelo trabalho. Teve início em 2008, no Presídio Feminino de Tucum, em Cariacica, sendo que entre 2010 e 2014 foi desenvolvido junto à Penitenciária feminina de Cariacica (PFC) e de 2014 a 2017 na Casa de Detenção Provisória Feminina de Viana (CDPVV). Ao longo destes anos, segundo a coordenadora, o projeto capacitou cerca de 80 mulheres. Em 2018, o Ateliê Couros e Tramas estabeleceu parcerias, também, com o Projeto Marcenaria Jequitibá, citada anteriormente.

Nem todos os participantes dos projetos estão registrados enquanto artesãos no SICAB, o que pode explicar a disparidade numérica entre o número de participantes e a contagem da situação “apenado”. No caso da concessão da carteira de artesão para apenados, a Setades, através da Coordenação de Artesanato, atua atendendo às solicitações dos projetos e avalia individualmente os interessados.

Retomando a caracterização do perfil, com foco em aspectos familiares dos artesãos do Espírito Santo, as informações a seguir expõem a distribuição por estado civil, número de dependentes, local de residência e renda média da família.

O Gráfico 5 mostra a expressividade do número de trabalhadores casados, correspondendo a 57,7% do total. No âmbito nacional, este perfil é similar (SEBRAE, 2013a). Os indivíduos divorciados, viúvos e com outros arranjos familiares representam 20,7% do total de artesãos, assim como os solteiros que são aproximadamente 20% do total. Os outros 1,9% não declararam seu estado civil.

Gráfico 5 | Porcentagem de artesãos por estado civil no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Outra informação relevante para o desenho familiar e para a distribuição de renda é o número de dependentes dos artesãos capixabas. Chama atenção, todavia, o número de não declarantes desta informação, 2.102 artesãos, correspondendo a 22% do total. Dos 7.282 registros com declaração, os artesãos que não possuem dependentes são maioria, representando 48% dos declarantes. Os artesãos com 1 dependente correspondem a aproximadamente 25%, enquanto dois ou mais somam 26%. Apenas 2% dos artesãos informaram possuir acima de 4 dependentes em seu núcleo familiar.

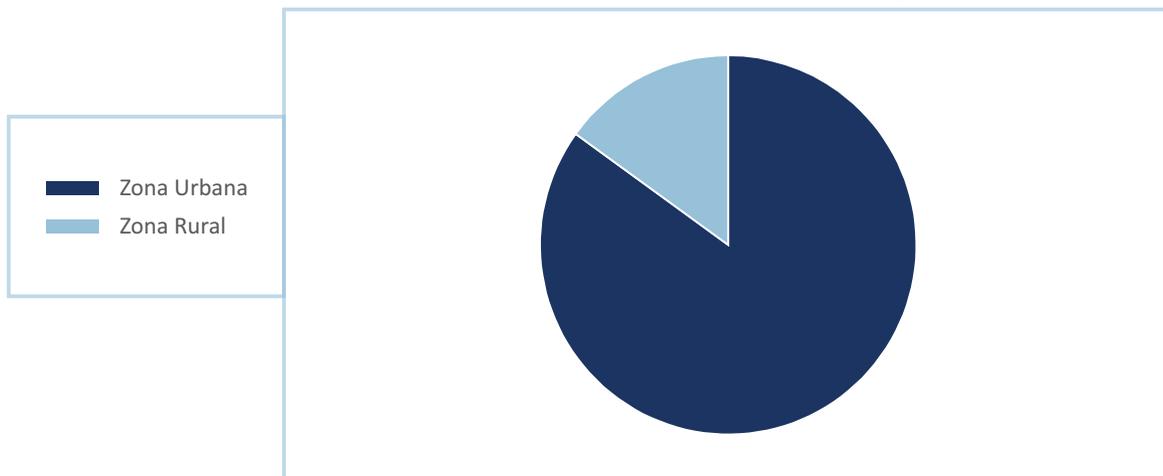
Informações como idade, cor/raça e escolaridade, infelizmente não constam no sistema cadastral, configurando limitação à descrição do perfil. De acordo com a pesquisa O Artesão Brasileiro (SEBRAE, 2013a), no cenário nacional, em 2013, a faixa etária predominante era de 50 anos ou mais, representando 53% dos artesãos. Em seguida, a faixa de 35 a 49 anos, com 37% e os demais 10% de 18 a 34 anos. Quanto à escolaridade, 51% possuíam até o ensino médio, 22% possuíam ensino superior, 20% apenas o fundamental e 6% eram pós-graduados (SEBRAE, 2013a).

Em comparativo, de acordo com os dados da pesquisa de escolaridade do Instituto Data Popular (EBC, 2018), realizada no mesmo ano da pesquisa com os artesãos, 36% dos trabalhadores brasileiros tinham ensino médio completo ou

incompleto, 14% possuíam formação superior completa e, com a maior concentração, 43% possuíam ensino fundamental incompleto ou completo. Nota-se, dessa forma, que ainda que a profissão de artesão não requeira, necessariamente, educação formal, os índices de escolaridade destes trabalhadores são superiores à média nacional no que diz respeito às formações média e superior.

Por fim, no que diz respeito ao seu local de domicílio, 85% dos artesãos capixabas residem em zonas urbanas, ao passo que 15% moram na zona rural, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 | Porcentagem de artesãos por local de residência no Espírito Santo, 2018

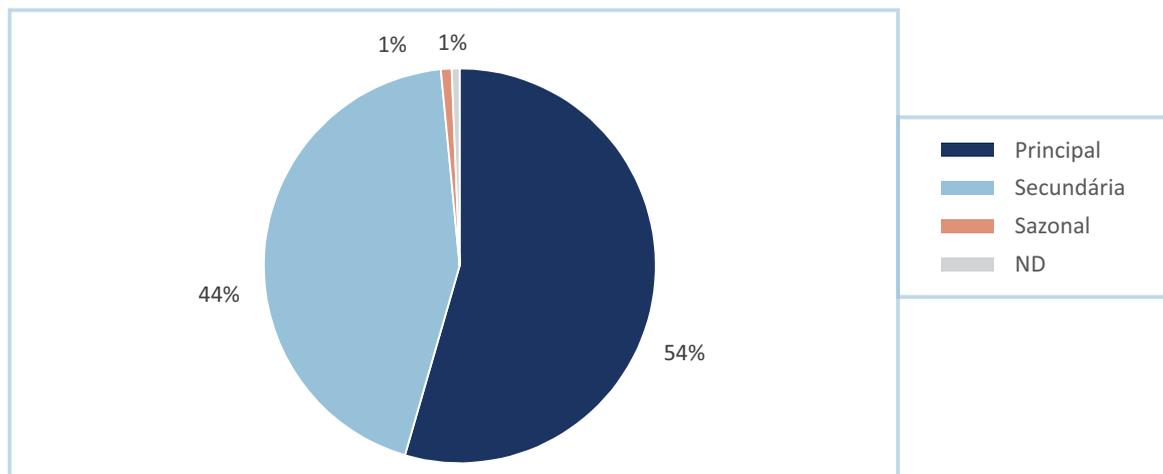


Fonte: Elaboração própria (2018)

4.4.1. O Artesanato como fonte de renda

A seção em sequência busca complementar o perfil do artesão capixaba no que concerne à sua participação e envolvimento com a atividade. Para tal, parte da identificação se o artesanato é atividade primária, secundária ou apenas sazonal para esses trabalhadores, seguindo de observações relativas aos vínculos com associações e outras organizações de apoio, bem como seu local de produção predominante. Além disso, computou-se, também, o percentual de participações em eventos, tanto de capacitação quanto de comercialização.

Gráfico 7 | Porcentagem do caráter primário, secundário e sazonal da atividade artesanal capixaba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

O Gráfico 7 mostra que a proporção dos cadastrados que têm o artesanato como atividade principal, 54,5%, é muito próxima dos que a desempenham como secundária, 43,9%. Apenas 1% dos artesãos capixabas exerce a atividade em caráter temporário, denotando que a sazonalidade não é um fator preponderante para a produção artesanal no estado. Por outro lado, quando indagados sobre tempo, em horas, dedicado à atividade, depara-se com uma concentração de mais de 39% que têm dedicação superior a 7 (sete) horas por dia. Em comportamento decrescente, aproximadamente 30% dedicam até 7 (sete) horas e 26% até 4 (quatro) horas. Os demais têm dedicação esporádica ou apenas sob demanda.

Essa relação contrastante entre o elevado caráter secundário e as muitas horas de trabalho exercidas, podem levar a algumas reflexões como: o caráter complexo e minucioso dos processos, principalmente, os que utilizam matérias-primas naturais, a exemplo, da produção dos artesanatos em escama de peixe – que envolvem um lento processo de limpeza das escamas e posterior coloração, dos artesanatos em madeira, em fibras de taboa, fibras de bananeiras, etc.

Dá muito trabalho: tira a capa, fica o tronco. Tritura, ferve, espreme, depois desfia à mão, depois faz a massa usando cola. [...] Um produto não fica pronto em um dia. Vão fazendo em etapas. O produto tem que se secar. Se chover, demora mais ainda (ENTREVISTASA, 2018).

Buscando superar esta dificuldade, para alguns segmentos, principalmente em períodos pré-feiras, é comum contar com o auxílio de familiares durante a produção:

[...] a gente não tem dificuldade de vender, temos dificuldade é de produzir! Porque não pode ser industrial, tem que ser manual. Minha filha me ajuda, minha esposa, ajuda. Meu genro trabalha com marcenaria planejada, mas tem uma partezinha de artesanão [...](ENTREVISTAS A, 2018).

Ele faz mais as peças de madeira, eu fico mais na parte de lixar e buscar os paus. Eu deixo ele livre, à medida do possível estou junto com ele, mas ele fica mais concentrado e livre, eu já faço as correrias... Tem que resolver isso, resolver aquilo...Trabalhamos aqui na parte da roça do nosso quintal, então a gente se divide, mas ficamos mais focados mesmo na parte do artesanato (ENTREVISTAS A, 2018)

Outro ponto a ser visto, também, é a aproximação entre trabalho e prazer na produção artesanal, bem como a busca pela satisfação pessoal, que não mede esforços e tempo despendido ao processo ou mesmo não se organiza sob a lógica tradicional do tempo trabalho em escala diária, como se pode notar nos relatos abaixo:

“ Eu gosto de trabalhar na cerâmica por prazer. ”

Eu gosto de trabalhar na cerâmica por prazer. Eu não gosto de pegar encomenda. Minhas peças são únicas, eu faço no que vem na minha cabeça, no que tô afim. Na verdade, é a cerâmica que me direciona. Às vezes estou fazendo uma peça aí já vem na minha cabeça de fazer dessa cor, quero essa textura, se não fica bom eu vou mudando, faço outra forma. Eu não trabalho com modelo padrão. Cheguei na cerâmica e não parei mais, virou uma paixão (ENTREVISTAS A, 2018)

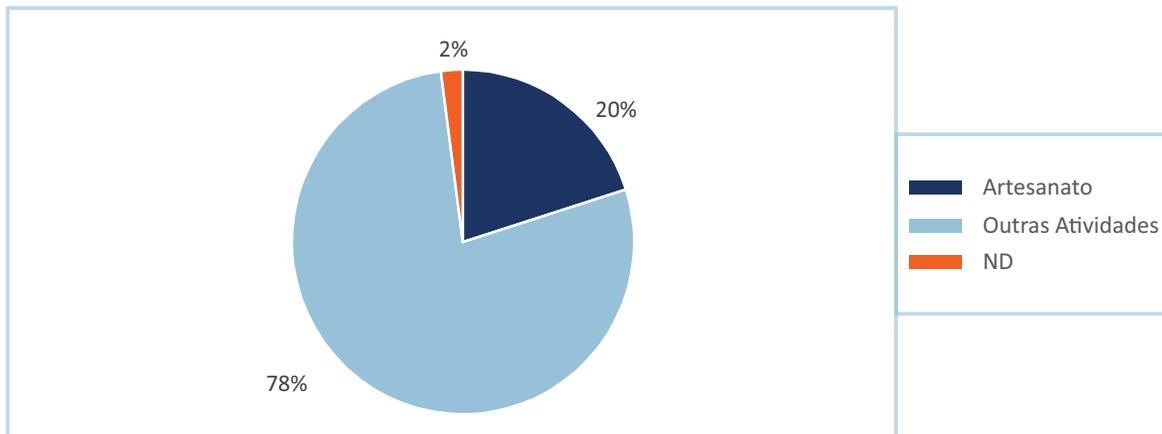
A associação é uma terapia. Quando tira o dia para vir, sai da rotina. É algo diferente [...] Trabalha uma vez por semana, o dia todo. Só trabalhamos juntas, pra conversar bastante (ENTREVISTAS A, 2018).

Em contrapartida, quando se traça a relação entre os dados de tempo de trabalho, do caráter principal da atividade com a origem da principal fonte de renda, constata-se que, mesmo representando a principal atividade dos trabalhadores, o artesanato não se constitui como a principal fonte de renda para a grande maioria dos artesãos do Espírito Santo. Trazendo, assim, um alerta quanto aos aspectos comerciais da atividade.

O perfil do artesão, no que tange à sua renda, predominam os que exercem o artesanato como atividade de fonte secundária-

ria. No Gráfico 8, visualiza-se que quase 80% dos artesãos indicam exercer outras atividades como principal fonte de renda, ao passo que apenas 20% têm o artesanato como principal fonte de renda.

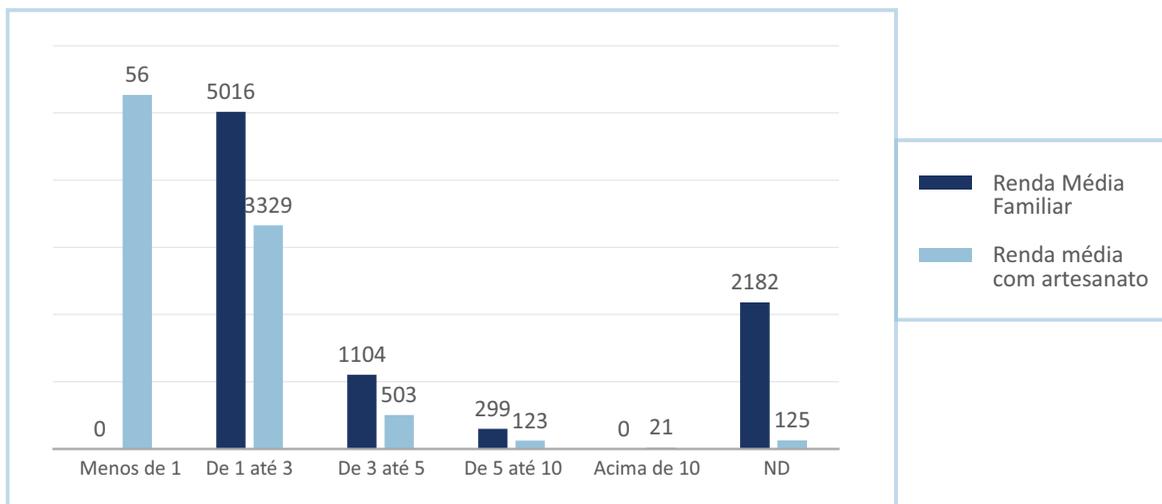
Gráfico 8 | Porcentagem dos artesãos do Espírito Santo por principal fonte de renda, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Uma vez identificado que a principal fonte de renda das famílias dos artesãos capixabas tem origem em outra atividade além do artesanato, vale destacar a renda média familiar em sua totalidade. O Gráfico 9 mostra, em intervalos de salários mínimos, quais faixas de renda média concentram os ganhos familiares dos artesãos no Espírito Santo.

Gráfico 9 | Número de artesãos do Espírito Santo por renda média familiar total e apenas com artesanato em salários mínimos, 2018

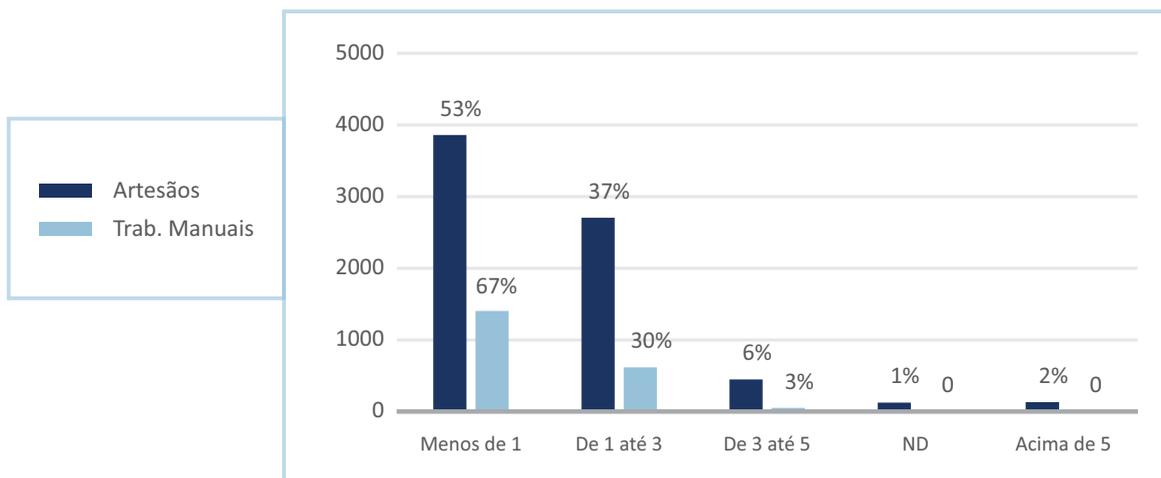


Fonte: Elaboração própria (2018)

Nota-se que, mesmo considerando a totalidade da renda, as famílias não alcançam patamares elevados de rendimentos. A maioria concentra-se na faixa de 1 até 3 salários mínimos, representando 58,3% dos artesãos. Quando considerada apenas a renda do artesanato a maior concentração se dá no estrato de menos de 1 salário mínimo, indicando que a atividade tem sido pouco rentável para os trabalhadores, sendo condizente, também, com a característica de atividade secundária apresentada anteriormente. Aproximadamente 25% do total de cadastros não informaram seus rendimentos o que, mais uma vez, condiciona menos precisão aos dados.

Visualizando a renda média apenas com artesanato separadamente entre artesãos e trabalhadores manuais, em se tratando apenas dos trabalhadores manuais, o percentual relativo ao estrato de menos de 1 salário mínimo amplia-se para 67,3%. Apesar da concentração se manter, para ambos, ainda nos estratos mais baixos, a distinção revela que nos estratos de valor superior a participação do artesão é maior.

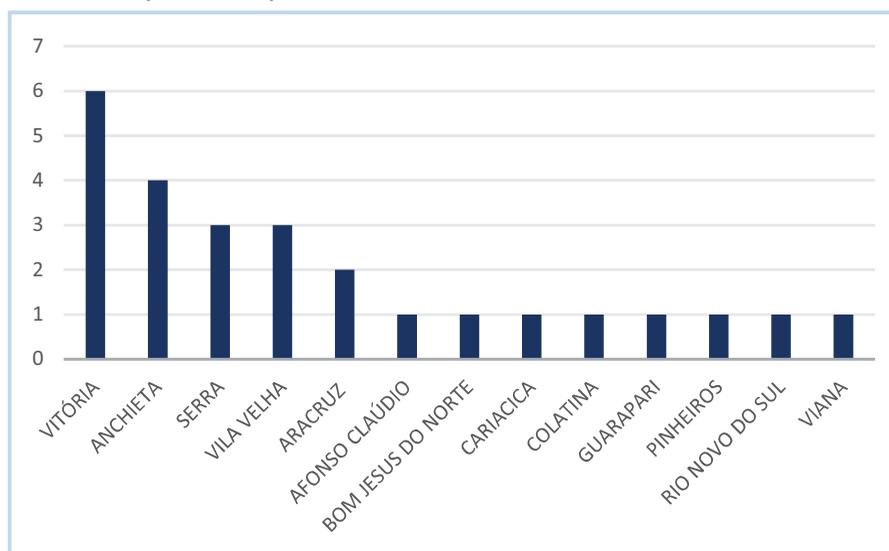
Gráfico 10 | Comparativo da renda média familiar apenas com artesanato, em salários mínimos, entre artesãos e trabalhadores manuais Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Quanto à forma de organização, mais de 80% dos artesãos capixabas afirmam não possuir vínculos com nenhuma organização. Em uma perspectiva cartesiana de análise, esses dados podem indicar pouca cooperação entre os agentes do segmento e coloca em xeque a representatividade das instituições de apoio. Dos que mantêm algum tipo de vínculo, aproximadamente 77,0% estão ligados a associações, totalizando 1.207 artesãos associados. Os demais 22,6% organizam-se em núcleos de produção, entre outras formas. Não se constatou no estado, todavia, a existência de cooperativas. Identificou-se no Espírito Santo, a partir do cadastro no SICAB (2018), 28 associações artesanais (Anexo - Tabela A4), distribuídas em 13 municípios (Gráfico 11).

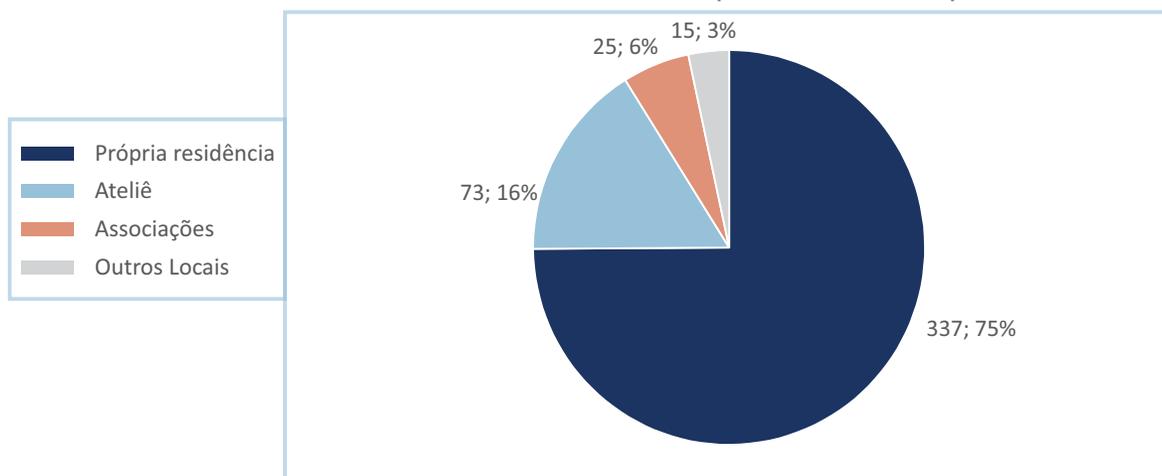
Gráfico 11 | Quantitativo de associações artesanais por município no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Refletindo os modos de organização, a escolha da própria residência predomina como local de produção. Como mostra o Gráfico 12, 75% dos artesãos informaram, durante a pesquisa realizada nas feiras de artesanato em 2017, produzir em seu próprio lar, os demais dividem-se entre associações, ateliê próprio e outros locais diversos. A produção na própria residência vai ao encontro também da observância da característica de organização familiar da atividade no estado. Artesãos entrevistados relatam que, principalmente, quando da véspera de feiras e eventos, contam com o auxílio de filhos, cônjuges e outros parentes próximos na intensificação da produção.

Gráfico 12 | Principais locais de produção adotados
pelos artesãos capixabas, 2017



Fonte: Elaboração própria (2018)

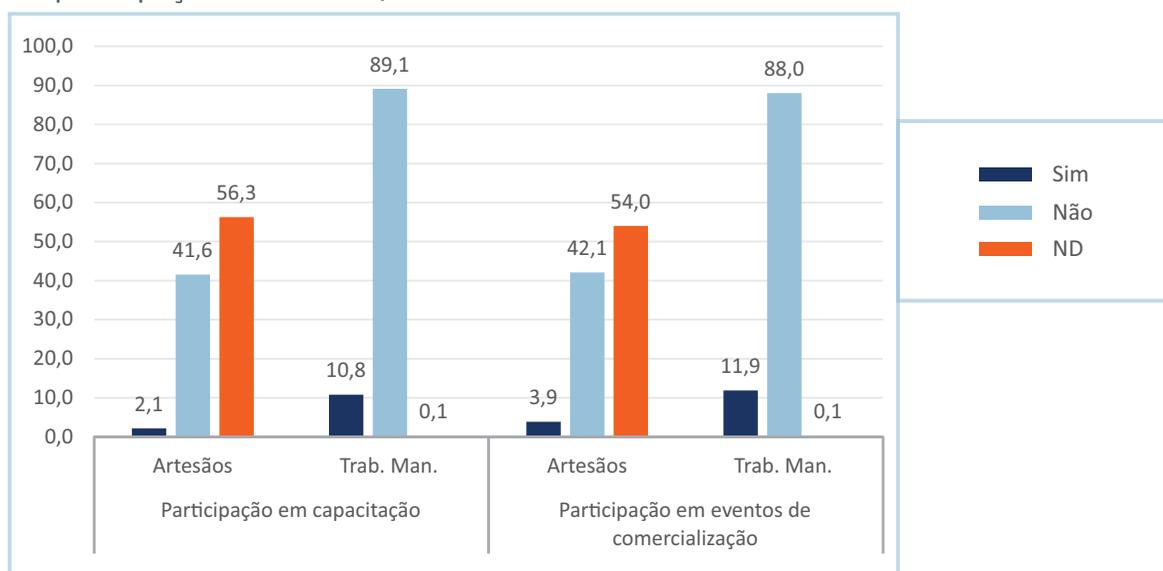
“ Eu achei que não tinha o menor talento, mas, graças a deus está no DNA, eu sentei e elas tiveram toda paciência do mundo para me ensinar. Isso eu tinha uns 18 anos [...] e estou com 39 agora. ”

Por outro lado, o perfil colaborativo parece não predominar quando externo ao domínio doméstico, segundo assinaram os artesãos nos encontros realizados (OFICINAS, 2018). Dentre os fatores que enfraquecem o setor estão, por exemplo, a desarticulação interna entre os trabalhadores. No cenário, ainda que se reconheça a Federação e outras instituições de apoio como atuantes neste e em outros aspectos, aponta-se a necessidade de fortalecimento do compartilhamento de experiências e conhecimentos entre os artesãos, principalmente no que se refere às oportunidades de mercado e aspectos de formalização. Em algumas situações, como das participações em feiras e outros eventos, nota-se, ainda, a noção de concorrência entre alguns artesãos participantes.

Quanto às formas de aprendizagem do ofício artesanal, há um cenário de diversidade no estado e, também, de sobreposição e complementariedade entre estas. Pelo aferido nos questionários, 50% dos artesãos declaram ter aprendido sozinhos, ou seja, são autodidatas; 35% indicaram que o artesanato é uma tradição familiar, tendo sido aprendido com parentes próximos; 31% dizem ter aprendido em cursos; 18% afirmam ter aprendido o ofício como aprendizes de mestres artesãos e 9% com vizinhos e ou membros da comunidade; 3% não declararam ou aprenderam de outra forma não listada.

Outra informação coletada é a participação dos artesãos em eventos de capacitação e comercialização. De modo geral, a porcentagem dos cadastrados que informam participar desses eventos é muito baixa, sendo apenas 5,7% presentes em eventos de comercialização e 4,1% para os eventos de capacitação. Mais de 50% informam não participar de evento algum. Porém, muitos dos cadastros não apresentam resposta à questão sendo, mais de 40% não definidos (ND) para ambos eventos. Desde modo, uma análise mais precisa sobre este aspecto fica comprometida. Em todo caso, julga-se relevante exibir em separado os dados relativos aos artesãos e trabalhadores manuais, que revelam a baixa taxa de não declaração por parte dos trabalhadores manuais e, ao mesmo tempo, a ausência expressiva destes tanto em eventos de capacitação, quanto em eventos de comercialização, conforme pode ser visualizado no Gráfico 13.

Gráfico 13 | Proporção de artesãos do Espírito Santo por participação em eventos, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

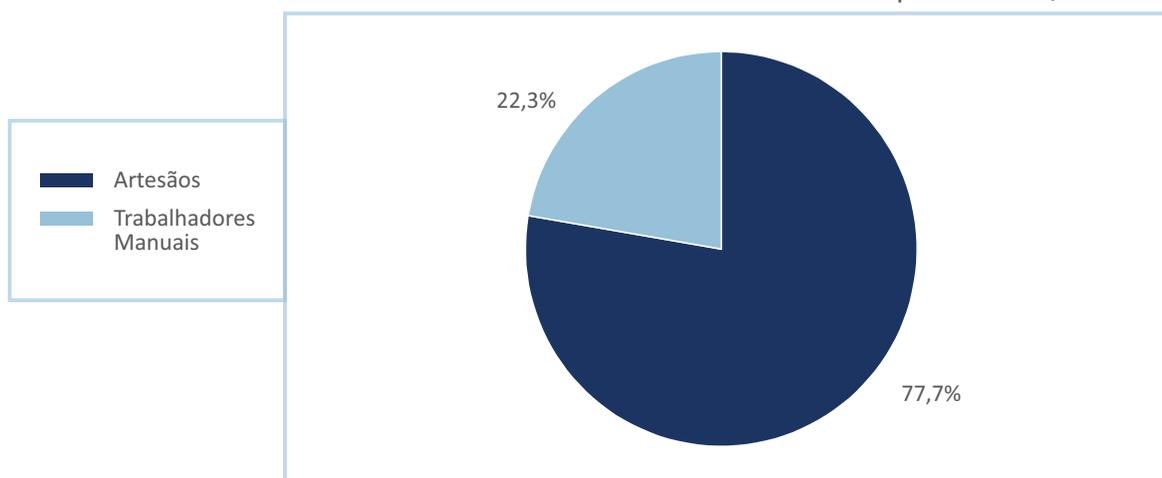
Diante das informações expostas, faz-se necessária a adoção de estratégias que mobilizem e instiguem a participação e o envolvimento destes profissionais em ações que contribuam para a melhoria das suas condições de vida por meio do desenvolvimento da atividade artesanal, atentando-se às questões de qualidade do produto final e acesso a canais de comercialização.

Tendo traçado o perfil e apresentado os aspectos básicos dos processos produtivos e organizativos do artesão capixaba, a sessão seguinte, avançando nas descrições, aborda as principais estatísticas do setor e caracteriza os produtos artesanais no Espírito Santo.

4.5. Características da atividade artesanal

Através dos dados da Carteira Nacional do Artesão pôde-se levantar a proporção de trabalhadores manuais e artesãos no estado do Espírito Santo, como mostra o Gráfico 14.

Gráfico 14 | Porcentagem de Artesão e Trabalhadores Manuais no Espírito Santo, 2018

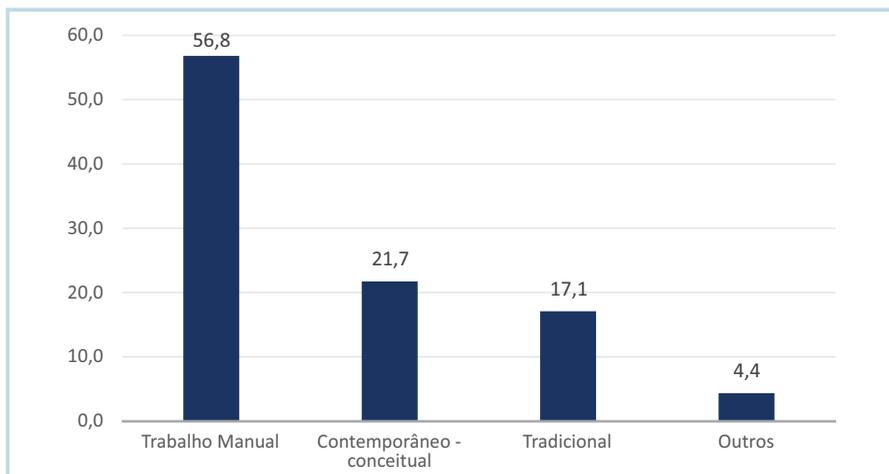


Fonte: Elaboração própria (2018)

Dado um total de 9.384 cadastros de 2010 a 2018, os trabalhadores manuais representam 22,3% desse número, contabilizando 2.092 registros. Já os artesãos compreendem 7.292 cadastrados, representando 77,7% do total registrado no Espírito Santo. Considerando apenas as carteiras válidas no ano de 2018, a proporção entre ambos praticamente não sofre alterações.

Em somatório geral, todavia, quando mensurados os tipos de produtos produzidos no estado, mais da metade - 56,8% - são compostos por trabalhos manuais, controvertendo o prognóstico de que uma maioria em artesãos corresponde a uma maioria em produtos delimitadamente artesanais. Conforme se visualiza no Gráfico 15:

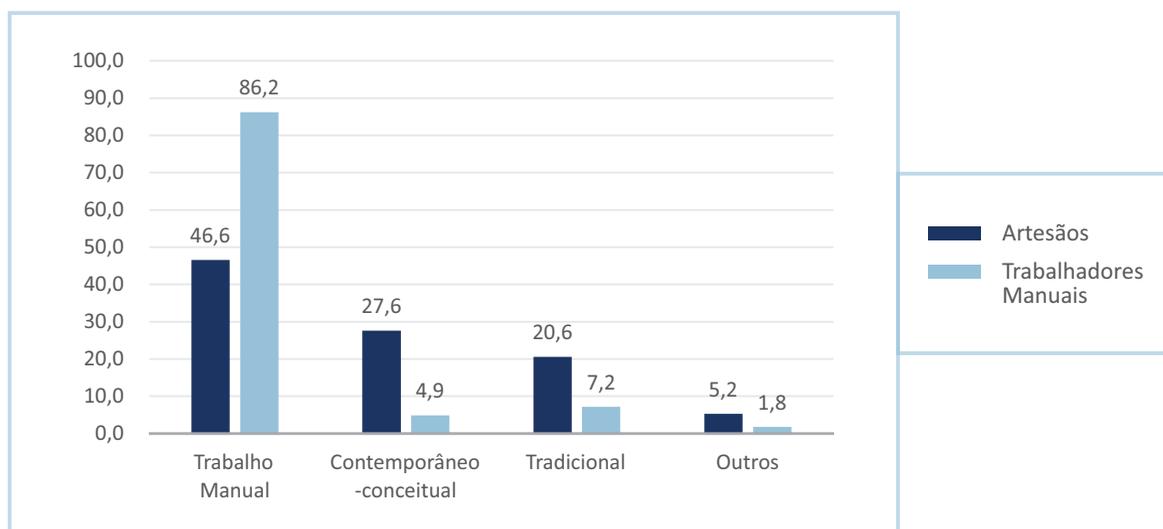
Gráfico 15 | Tipos de produtos do setor artesanal no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Quando a produção é analisada separadamente, entre artesãos e trabalhadores manuais (Gráfico 16), o elevado percentual de trabalhos manuais vinculados aos artesãos chama atenção para a alta incidência desta classe de produto, mesmo dentre aqueles sobre os quais se deposita a expectativa de uma produção genuinamente artesanal. No total alcança mais de 46% e supera todas as demais classificações individualmente. Em seguida, destacam-se os artesanatos contemporâneos-conceituais e tradicionais:

Gráfico 16 | Tipos de produtos do setor artesanal no Espírito Santo produzidos por artesãos e trabalhadores manuais, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Diante dos dados demonstrados, afere-se que parte significativa da produção artesanal do estado está vinculada a produtos com baixo valor agregado e expressividade cultural (MDIC, 2012). Em virtude das regulamentações, o que vinha sendo cadastrado como trabalho manual é o “artesanato mais pobre”, aquele com baixa qualidade e relevância cultural, geralmente produto de cópias de revista ou sem técnica especificada (ENTREVISTAS G, 2018).

Nesse sentido, as medidas a serem implementadas com a vigência da nova base conceitual do artesanato brasileiro (MDIC, 2018), que extingue do Programa o trabalho e o trabalhador manual enquanto categorias de cadastro e identificação, não atingem necessariamente apenas a minoria dos trabalhadores do setor. Para a Coordenação Estadual do Programa, a suspensão da carteira dos trabalhadores manuais representa um desafio à gestão do setor, que necessitará valer-se de estratégias para lidar com essa “demanda reprimida” (ENTREVISTAS G, 2018).

Esta percepção é compartilhada, também, pelo setor gestor do Turismo de Vila Velha, que indicou já ter tido conflitos relativos às diferentes vertentes e políticas que incidem sobre o setor artesanal – como as perspectivas da economia solidária, da economia criativa e do artesanato sob as diretrizes do PAB. Aponta, então, a necessidade tanto da Setades, enquanto coordenação estadual, em situar e articular em nível de governo as diferentes possibilidades, quanto da ampliação do diálogo entre as instâncias estaduais e municipais na condução das ações do setor, no intuito de evitar situações conflituosas e sentimentos de exclusão por parte dos trabalhadores envolvidos (ENTREVISTAS G, 2018).

Esses assuntos têm demandado reflexões no estado. Possíveis direcionamentos vem sendo discutidos de modo a dirimir os impactos da nova legislação, bem como estabelecer novas perspectivas para os trabalhadores que não se enquadram no que o PAB estabelece enquanto artesanato. Segundo a Coordenação, a Comissão Nacional do Artesanato, criada pela mesma Portaria que instituiu o Programa e a nova base conceitual, será essencial para a troca de informações e experiências entre as gerências e coordenações do país na resolução destas demandas locais (ENTREVISTAS G, 2018).

As distinções e embates – entre artesanato, trabalho manual e também o industrianato²⁵ – são inerentes à atividade que

²⁵ São entendidos como industrianatos os produtos produzidos industrialmente, em larga escala e que se valem da estética do artesanal, constituída a partir de moldes, matrizes e máquinas, constituindo objetos destituídos de aspectos manuais e originais. Em geral, são mercadologicamente direcionados ao consumo oriundo do turismo massivo, destituídos de valores e relações com as comunidades locais.

nasceu da necessidade de produção e utilização de aparatos que facilitassem a vida cotidiana, que tem se reconfigurado a partir das lógicas de produção e consumo estabelecidas pós revoluções industriais (SILVA, 2014a). Desta forma, na contemporaneidade, o artesanato é uma atividade que escapa às acepções da divisão social do trabalho e enquanto mercadoria que necessariamente tem uma funcionalidade, ou seja, possui um caráter utilitário que reforça a ideia da distinção entre artesanato e obras de arte (CHITTI, 2003; MDIC, 2012). Se estabelece economicamente numa relação em que o valor de uso é intensamente atravessado por dimensões culturais, sociais e estéticas que engendram aspectos de diferenciação.

Assim sendo, é crucial destacar que o consumo em torno do artesanal é abalizado não somente por aspectos relativos ao suprimento de necessidades e ao poder de compra. Sobre tudo, considerando-os em maioria enquanto bens supérfluos, pelos aspectos subjetivos, pelos valores que incorpora e pelas experiências distintivas que pode promover aos usuários (APPADURAI, 2008).

Nesse sentido, não se pretende enviar embates entre os tipos de produtos, mas atentar aos diferenciais dos objetos autorais e feitos a mão. Estes diferenciais se encontram nas práticas de produção, que vão na contramão dos modos industriais tradicionais – que têm sido cada vez mais contestadas enquanto modelo de desenvolvimento mundial –, nos aspectos de exclusividade, autenticidade e originalidade frente às ofertas de objetos de massificação, pelos aspectos históricos e culturais das comunidades e/ou indivíduos produtores que juntos, potencialmente, agregam valor ao produto e dignificam os produtores.

Na opinião de alguns artesãos, por exemplo, a distinção entre artesanato e trabalho manual é complexa e opera em nível correlato às existentes entre arte e artesanato:

"é uma dificuldade tão grande [...] assim como no artesanato tem o trabalho manual e o artesanato, dentro da universidade tem artes plásticas e artesanato. Você é artesão ou você é artista? Eu cheguei a conclusão que sou artista-artesã com muito orgulho!" (ENTREVISTAS A, 2018).

Todavia, há contraponto aferido, por exemplo, em relação à existência de demanda de mercado por produto que não é artesanal conforme as regulamentações do PAB (MDIC, 2012; 2018), por conta dos acabamentos, materiais, técnicas e/ou

“ [...] assim como no artesanato tem o trabalho manual e o artesanato, dentro da Universidade tem as artes plásticas e o artesanato. Você é artesão ou você é artista? Eu cheguei à conclusão que sou artista-artesã, com muito orgulho! ”

ferramentas empregadas em parte da produção. Por exemplo, há artesãos que quando da participação em feiras nacionais apoiadas pelos PAB, nas quais só se pode comercializar produtos que atendem às especificações, recebem encomendas de clientes e parceiros antigos, em geral lojistas, de produtos que não atendem em totalidade às exigências e que, portanto, não estarão expostos no *stand*. Nestes casos, conforme relatos, providenciam a confecção dos produtos e atendem ao pedido, mas, a concretização das vendas acontece fora do domínio da Feira.

Desse modo, o que se verifica, não é um conflito latente entre trabalhadores manuais e artesãos, mas a compreensão de que há mercado para todos e que é preciso, portanto, estabelecer meios e construir espaços direcionados a esta variedade (ENTREVISTAS A; G, 2018), tal como expuseram alguns dos entrevistados: "porque o artesão, por exemplo, que faz os paninhos pintadinhos não vai poder mais... mas, por isso ele vai ficar sem trabalhar? Não. A gente vai dar uma saída pra ele" (ENTREVISTAS G, 2018).

Em todo caso, importante a ressalva, de que o que a classe pontua enquanto trabalho manual difere do produto pirateado, dos produtos adquiridos em grandes centros comerciais e revendidos com discurso de que são artesanais. Estes, muitas das vezes, não se sabe nem a procedência das matérias-primas, nem as condições de trabalho utilizadas em sua produção. Assim, quer seja manual ou artesanal, o atributo central é que o produto seja de uma produção própria e responsável, dotado autenticidade e de qualidade:

"[...] Existem trabalhos manuais que não tem muita qualidade, mas também existe muita coisa bacana, bonita... então, por que não né? Uma coisa que tem que se procurar é nunca copiar!" (ENTREVISTAS A, 2018).

"[...] O acabamento é fundamental na joia. Em geral, o artesanato quanto mais perfeito e sem falhas é fundamental." (ENTREVISTAS A, 2018).

"[...] Se tem um camelozinho, tem gente que vai e compra uma bolsa lá. Mas tem aquela que está lá no shopping, é original, mas é cara, e se te agradou, vai ser aquilo mesmo, independente do preço. Tem a qualidade!" (ENTREVISTAS A, 2018).

"Se ele pega uma sandália, acrescenta umas continhas, não é artesanato. Mas também, se ele pega um tronco lá no mato, a natureza trabalhou, e ele trazer pra cá como artesanato, não! Aquilo ali é uma peça decorativa que a natureza trabalhou. Se ele tivesse pego o cerrote, o facão e feito tudo trabalhado era uma peça de arte. Era artesanato!" (ENTREVISTAS A, 2018).

Outras percepções acolhidas com as entrevistas, ainda que se tenha a predominância no estado de trabalhos com baixa valorização, revelam expectativas e considerações otimistas sobre a produção artesanal no Espírito Santo: “eles têm muito potencial” (ENTREVISTAS G, 2018). Para alguns gestores, é necessário um trabalho de aperfeiçoamento, já que os trabalhadores do setor demonstram habilidade e destreza para execução das técnicas, mas, por vezes, não se atentam às estratégias de diferenciação e à qualidade final dos produtos.

Estas visões se aproximam de alguns fatores internos identificados pelos próprios artesãos como empecilhos ao desenvolvimento do artesanato no estado. Notou-se, nas oficinas realizadas, sinalizações quanto ao perfil do artesão capixaba como sendo pouco proativo para inovação e promoção dos produtos. Se, por um lado, a disposição e a dedicação para produção é sobressaltada, por outro, as etapas de comercialização e ações de adaptação para o mercado configuram-se como desafios a serem enfrentados por grande parte dos artesãos.

Em seguida aos trabalhos manuais, destacam-se no Espírito Santo o artesanato contemporâneo-conceitual e o tradicional, compondo, respectivamente, de modo aproximado, 22% e 17% dos produtos. O artesanato contemporâneo-conceitual abriga uma série de produtos com influências diversas, que traduzem os diferentes repertórios técnicos, intelectuais e artísticos dos artesãos, em peças que podem se apresentar de modo mais simples e comercial às mais elaboradas e conceituais.

Já os artesanatos de referência cultural compõem parcela minoritária – 4,4% – nas classificações de produtos do estado, juntamente como os produtos indígenas e quilombolas. Apesar da baixa constatação, verificam-se investidas, por parte de instituições como Sebrae/ES e Senar/ES, na inserção de elementos iconográficos regionais nos produtos por meio das consultorias e capacitações ofertadas.

No que se refere especificamente aos artesanatos indígenas e quilombolas, nota-se no Espírito Santo baixa inserção destes nos circuitos comerciais de maior destaque, bem como, poucos registros dos processos, insumos e atores envolvidos, assinalando a ausência de informações publicadas e sistematizadas sobre estes grupos no que tange ao artesanato. Para além dos percentuais registrados no Sicab (2018), não se tem estimativas, por exemplo, do número de envolvidos atual-

mente, dos locais de maior incidência, das características dos produtores e produtos, suas fragilidades e potenciais. O que sugere a necessidade de investigações mais precisas sobre estes grupos, sobretudo, de aproximação com órgãos e outras entidades responsáveis pela formulação de políticas e iniciativas em favor da valorização e da equidade étnica e racial, que podem auxiliar no desenvolvimento de ações específicas para os povos indígenas e quilombolas.

Apesar das lacunas, comparativamente, o artesanato indígena goza de maior visibilidade enquanto produto étnico e tradicional, tendo, por exemplo, participação na feira Artesanto com um *stand* específico, espaço não identificado para o caso dos quilombolas. Nota-se, ainda, que o fazer artesanal indígena foi alvo, também, entre 2011 e 2013 de ações de consultoria do Sebrae/ES. Atualmente o artesanato indígena tem desenvolvimento pontual, com predominância de organização individualizada ou em torno do núcleo familiar, sendo pouco recorrente a produção em âmbito comunitário.

Vale ressaltar, principalmente no que se refere ao artesanato tradicional, que a expressividade numérica não se adéqua enquanto parâmetro para a composição identitária do artesanato capixaba. Desta forma, a avaliação qualitativa, ancorada na importância histórica e cultural das práticas tradicionais populares, deve assumir centralidade na análise. Estas representações, todavia, não são permanentes. Sob influências das dinâmicas sociais, econômicas e culturais vê-se, ao longo dos anos, movimentos de vigor e declínio de determinadas práticas artesanais.

No Espírito Santo, atualmente, identificam-se como artesanatos tradicionais, reconhecidos como “ícones do artesanato do estado” tanto pelo poder público, quanto pelos artesãos e consumidores, as Pannelas de Barro de Goiabeiras, as Casacas e o artesanato em conchas e escamas de peixe, que, numa introdução mais recente, paulatinamente vem se firmando enquanto produto tradicional do estado. A seguir, então, traz-se uma breve caracterização desses produtos.

4.5.1. Principais produtos artesanais do Espírito Santo

Esta sessão busca apresentar a história e as peculiaridades dos processos produtivos, as dinâmicas atuais de organização da atividade e comercialização dos produtos artesanais considerados tradicionais do Espírito Santo. Além destes, todavia, tem popularidade, também, o artesanato em fios e tecidos, em fibras vegetais e em madeira que serão apresentados em sessão posterior, juntamente com as demais tipologias identificadas.

Figura 3 | As panelas de barro de Goiabeiras



As panelas de barro (Figura 3) são símbolos do artesanato capixaba e sublinham, sobretudo, as relações do artesanato com história e cultura e, ainda, as articulações que estabelece com mercado, gastronomia e turismo. Abordadas em diversas publicações pelo país, entre matérias jornalísticas (TRIBUNA, 2013, 2015; GAZETA, 2015, 2018), produções acadêmicas (RODRIGUES, 2012; (MARQUES; CALOTI, 2013; MUNIZ, 2014), livros (FUNARTE, 1996; PEROTA; BELLING NETO; DOXSEY, 1997; IPHAN, 2006; DIAS, 2006; SILVA, 2014b), documentários audiovisuais (SENAC, 2013; IPHAN, 2015), entre outras, as panelas de barro, especialmente as Panelas de Barro de Goiabeiras, são notabilizadas como elemento identitário local e tem espaço garantido como utensílio doméstico e de diversos bares e restaurantes capixabas, assim como é requerido por estabelecimentos e pessoas de outras regiões (ABREU, 2001).

A produção das panelas de barro de Goiabeiras é uma herança indígena, principalmente das etnias Tupi-Guarani e Una, que foi, também, incorporada por colonos e descendentes de africanos em diáspora, que ocuparam as margens do manguezal da região hoje denominada Goiabeiras e se configura como o tradicional local de fabricação (IPHAN, 2006). A técnica, empregada com as mesmas características principais desde o início da atividade, consiste na modelagem manual do barro, na aplicação da tintura de tanino (que dá a coloração escura das panelas e é produzida com cascas de árvores nativas do mangue) e na queima a céu aberto da argila. No processo, que envolve da extração à finalização, as práticas tradicionais de trabalho com argila, legado do período pré-colonial, são preservadas, valendo-se apenas de ferramentas rudimentares e dispensando, por exemplo, o uso de torno e fornos comumente empregados na produção de objetos cerâmicos contemporâneos.

Outro destaque é a produção e organização da atividade protagonizada por mulheres, que desde o início estiveram à frente e foram as principais responsáveis pela transmissão dos saberes relacionados ao ofício, bem como da criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), em 1987. Um trabalho rico e árduo, mas que, como comenta o atual presidente da associação, por muito tempo foi relegado enquanto atividade profissional e rentável, mas que ao longo dos anos vem sustentando inúmeras famílias da região e galgando respeito por parte da população e do poder público, ainda que não tenham cessadas as dificuldades enfrentadas pela comunidade envolvida.

Expondo o avanço, o ofício da produção das panelas de barro consta no Livro de Registro dos Saberes como herança histórica, artística e técnica da memória das artesãs da Associação das Panelas de Goiabeiras. Em 2002, tornou-se Bem Cultural Imaterial do Brasil por iniciativa do MinC e do Iphan, sendo o primeiro registro desta natureza efetuado no país. Assim, as panelas de barro são reconhecidas nacionalmente, não apenas como um produto funcional de qualidade. O reconhecimento é de que são resultado de saberes e práticas de uma comunidade, perpetuados de geração em geração e que compõem a riqueza histórica e cultural do país expressa para além da sua materialidade, sobretudo nas memórias dos atores e nos processos de sua produção.

O ofício das Panelas, portanto, inaugura o reconhecimento e a oficialização do patrimônio imaterial brasileiro, titulação que articula conhecimento, história, cultura e tradição, conforme o trecho a seguir elucidado:

O que torna um patrimônio imaterial é o fato de ser um conhecimento que não pode ser separado de sua experiência concreta e efetiva, isto é, inseparável dos agentes concretos que ao longo de sua história o praticam. Ele não é apenas um saber, mas um “saber fazer”, conhecimento palpável que se preserva na medida em que é realizado, construção e reconstrução permanente. Impossível de ser quantificado ou armazenado, ele está na mão do artesão, na linha da bordadeira, no fio do tecelão – na trama com que cada sujeito refaz e confirma sua própria história (MOURA, 2014).

Além do registro no Iphan, as Panelas de Goiabeiras receberam, também, o selo de Indicação de Procedência, que atesta autenticidade da produção das panelas produzidas especificamente na região de Goiabeiras e impede, por exemplo, que outros locais de produção utilizem a mesma nomenclatura para divulgação dos produtos. Através das IGs, que considera as prerrogativas da natureza patrimonial e cultural, mas se estabelece considerando, também, o território e seus insumos, acentua-se a perspectiva de mercado da atividade das Panelas e introduz, assim, a visão de propriedade intelectual sobre o produto artesanal tradicional do Espírito Santo (OMPI, 2016).

Ambos títulos são marcos nos processos de valorização do artesanato tradicional e apontam perspectivas favoráveis ao desenvolvimento da atividade no estado. Entretanto, reconhece-se, também, a existência de questões que afetam direta e indiretamente a dinâmica da produção das panelas no contexto atual. Segundo o dossiê efetuado pelo Iphan

(2006), alguns elementos são fundamentais à continuidade do ofício e correspondem a três conjuntos centrais, a saber: 1) o acesso e a preservação das fontes de matérias-primas, privilegiando o manguezal e o barreiro, no Vale do Mulembá, fontes respectivamente do tanino e da argila utilizada na produção; 2) as condições de infraestrutura e de organização das atividades de produção e comercialização na própria sede das Paneleiras; e o 3) que se relaciona ao reconhecimento da participação dos artesãos e seus auxiliares na economia regional, na garantia de seus direitos previdenciários, assim como o papel construtor da identidade cultural brasileira. O estudo levanta, ainda, outras questões complementares e que, sem dúvida, ensejam atenção, conforme exposto no trecho a seguir:

[...] as alterações nas condições tradicionais da prática do ofício, seja pela pressão da crescente urbanização da área e da valorização cultural e turística do produto, seja pelas exigências relacionadas à lavra e coleta das matérias-primas [...]; as condições de acesso à jazida e de permissão para a extração do barro, com as implicações derivadas do cumprimento da legislação ambiental e mineral; o impacto da instalação e do projeto de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário no meio ambiente e sua associação à imagem do produto panela de barro; a previsão do impacto da possível mudança do local de extração do barro, dada a perspectiva do esgotamento da jazida, uma vez que o Vale do Mulembá é a única fonte historicamente conhecida da matéria-prima; o processo de urbanização de Goiabeiras Velha e a permanência das famílias de paneleiras no bairro; a ampliação do galpão e a manutenção da área de queima; o acesso às políticas públicas de saúde e aposentadoria, uma vez que as paneleiras precisam se manter em atividade até idade muito avançada; a capacitação e o fortalecimento da organização da categoria e as questões relativas às relações interpessoais, à liderança e à representatividade política, no âmbito da comunidade e da Associação das Paneleiras – considera-se que a convivência entre as paneleiras, antes estabelecida nos territórios da família e da vizinhança, passou a ser também mediada pela hierarquia formalizada no estatuto da Associação; o valor cultural agregado pelo Registro e a afirmação da identidade do produto; o valor cultural agregado pelo Registro e a formação de preços dos produtos; problemas relativos à embalagem e transporte das panelas de barro. Cada um desses aspectos apresenta relevantes desdobramentos, requerendo ações específicas para o seu encaminhamento e equacionamento (IPHAN, 2006).

Nota-se, assim, que ainda que visibilizada e reconhecida dentro e fora do estado nos últimos anos, a produção das

panelas de barro e sua comercialização não estão isentas de problemáticas. Consta-se, todavia, diante do próprio dossiê destacado, a já percepção de dezenas de questões e a necessidade de avanço no âmbito do diálogo com a comunidade e efetivação de projetos e ações.

Figura 4 | Casacas



Fonte: Fotografado por Nathália Procópio (2018).

A casaca (Figura 4) é um instrumento musical de percussão utilizado no congo capixaba, juntamente com tambores, apitos, entre outros. Como iniciado, o congo é uma manifestação cultural, de influências indígenas e africanas, que se dá de modo peculiar no Espírito Santo, compondo um gênero musical (LINS, 2009). Este se entrelaça às celebrações religiosas sincréticas em homenagem aos santos negros, nas quais se edifica o protagonismo das chamadas “bandas de congo” (SILVA; FANTINEL, 2018).

A casaca se assemelha a instrumentos como o reco-reco e o ganzá, tendo esculpida em seu topo uma cabeça humana com traços masculinos. Em um dos lados do instrumento há tiras de madeira transversais, em relevo superior, sobre os quais se corre uma vareta, extraíndo-se a partir do atrito gerado um som único e intermitente (ENTREVISTAS, 2018).

A produção das casacas é um ofício que ultrapassa o âmbito do artesanato *per si*, e se dá, antes, no reconhecimento comunitário dos artesãos enquanto mestres de congo nas localidades em que atuam. Assim, tal como as Paneleiras, na confecção das casacas e de outros instrumentos do congo, para além do domínio do técnico na produção dos instrumentos, reitera-se um saber-fazer que está associado ao congo enquanto expressão cultural de grupos indígenas e afro-brasileiros. Compõe uma prática atrelada aos antepassados, geralmente aprendida e transmitida informalmente em núcleo familiar.

Estes conhecimentos envolvem desde o histórico, passando pelas formas de extração da matéria-prima, a confecção do instrumento e seu manuseio durante as apresentações e festejos do congo. Para confecção da casaca, a madeira é trabalhada artesanalmente com uso de ferramentas rudimentares como facões. O tipo da madeira varia conforme a região de sua produção, tendo influência sobre o peso do instrumento. Na microrregião Metropolitana é mais comum o uso tagibubuia, a exemplo das casacas produzidas pelo Mestre Domingos, do município de Serra. Na microrregião Norte do estado, normalmente se utiliza a madeira cupuba; Indo para o sul do Espírito Santo, é comum a utilização da madeira da taquara, utilizadas juntamente com pinus pelo Mestre Vitalino, da região da Barra do Jucu.

Cada artesão imprime características próprias à sua produção, culminando em casacas com diferentes feições, cores, acabamentos, que variam das mais rústicas às mais detalha-

das. Os tamanhos, de modo geral, variam de 20cm a 100cm, enquanto os preços a partir de R\$ 30,00. Apesar de pouca incidência, nota-se uma produção de mini casacas, com cerca de 10cm, comercializadas apenas como *souvenir*, já que não apresenta qualidade sonora.

O processo de extração da madeira, segundo Mestre Domingos, que além de mestre congueiro e artesão, é também mateiro florestal²⁶, tem passado por embates junto a órgãos fiscalizadores. Segundo relatado, o conhecimento popular vem sendo desconsiderado no estabelecimento das normas de extração, nas relações entre artesão e entidades ambientais. Este conhecimento, legado das ascendências indígenas e africanas, mantém-se presente também na produção artesanal indígena e das panelas de barro, que partilham de práticas e preocupações comuns no que diz respeito à disponibilidade e extração das matérias primas e reclamam a necessidade de diálogo entre tradição e ciência.

²⁶ Mateiro florestal é um termo utilizado para designar moradores de regiões não-urbanas, reconhecidos pelos conhecimentos tradicional, prático e popular, que são requisitados por pesquisadores e outros profissionais ligados às áreas ambientais, como auxiliares, guias e outras funções para provimento de informações sobre os ecossistemas e recursos naturais na região.

Figura 5 | Artesanato com conchas e escamas de peixe



Fonte: Fotografado por Nathália Procópio (2018).

Diferentemente das panelas de barro e dos instrumentos do congo, o artesanato em concha e escamas de peixe, nem sempre ocupou espaço entre aqueles considerados de tradição no Espírito Santo. No Atlas Folclórico do Brasil – Espírito Santo (1982), o trabalho com essas tipologias artesanais, apesar de ser identificado, não figurava entre os de maior destaque. Nos anos posteriores, todavia, o artesanato com conchas ganhou visibilidade, notabilizado, sobretudo, no município de Piúma (SEBRAE; SENAC, 2001) e pouco a pouco explorado, também, em demais regiões litorâneas do estado.

Apesar de assinalarem a escassez e a imprecisão das fontes históricas a respeito do início da transmissão da atividade artesanal com conchas em Piúma, Lopes (2016), assim como Machado (2018), identifica a presença nativa de indígenas tupis-guaranis no século XVI como uma das possíveis influências. Outro fator levantado, pauta a estagnação econômica acarretada no município na década de 1960, quando os moradores encontraram na pesca, no turismo e no artesanato fontes de renda alternativas (MACHADO, 2018). As conchas abundantes na região, então, ganharam centralidade como matéria-prima, em processos que contaram com transmissão familiar e comunitária dos saberes.

Neste íterim, segundo descreve Machado (2018), alguns artesãos são apontados como pioneiros no desenvolvimento do artesanato com conchas no município, como Dona Carmem, ao tempo que, muitos outros desconhecidos também se dedicavam à atividade. Ao longo dos anos esta atividade se consolidou como uma identidade cultural do município, que, segundo descreve Lopes (2016), é marcada por memórias coletivas e processos afirmativos relacionados à atividade pesqueira e suas derivadas que culminaram na sua auto intitulação como “Cidade das Conchas”.

Segundo o decurso histórico levantado por Machado (2018), as décadas de 1980 e 1990 foram o auge do artesanato piumense. Um impacto disto foi a repercussão midiática, sendo que passou a ser reconhecido em diversos estados do país (SEBRAE; SENAC, 2001). Neste período, deu-se, também, a criação da Associação de Artesãos de Piúma, em 1988, que ainda se mantém em atividade e é responsável pela organização da feira de artesanato municipal, permanente durante o verão. Atualmente, todavia, assinala um processo considerado de decadência do artesanato tradicional de conchas em Piúma, onde a presença de trabalhos manuais e produtos do *industrianato* têm ocupado cada vez mais espaço no comércio do artesanato no município.

Apesar da proximidade das matérias-primas, o artesanato em escama de peixe, caracterizado, principalmente, por sua utilização na confecção de flores ornamentais, de acordo com os relatos dos artesãos, tem origem distinta do artesanato em conchas, sendo uma incorporação mais recente à cultura capixaba, que pode ter tido influências açorianas (ENTREVISTAS A, 2018). No estado, a confecção de flores de escamas de peixe é reconhecida como uma tradição encabeçada pela Família Paixão, tendo sido iniciada por Dona Leonília Barbosa Paixão, avó de Hérica Paixão, artesã que atualmente representa e mantém a tradição familiar nos circuitos artesanais.

Como a própria artesã comenta, no início poucas pessoas trabalhavam com essa tipologia, o que fazia com que a matéria-prima fosse adquirida gratuitamente junto às peixarias locais. Atualmente, com uma crescente destes trabalhos, as escamas passaram a ser vendidas por quilo pelos estabelecimentos. As flores de escamas de peixe têm tido boa aceitação nos mercados tanto de decoração de festas, quanto de residências e o trabalho de alguns artesãos já foi premiado nacional e internacionalmente. É o caso da artesã Cristina Maria Ribeiro Lauteman, do município de Anchieta, que já recebeu duas vezes o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios e foi reconhecida também em premiação da UNESCO.

Com potencial empreendedor destacado, a abundância do insumo natural e a beleza ornamental dos produtos, pouco a pouco, os “produtos do mar” vem despertando a criatividade em diversos municípios litorâneos do Espírito Santo. Estes produtos são transformados em diversos objetos além das tradicionais flores decorativas, como luminárias, joias e acessórios, quadros, entre outros.

A popularidade das flores de escama, todavia, transpôs a fronteira da tipologia e, atualmente, estão sempre presentes nos *stands* e vitrines do artesanato capixaba, confeccionadas com os mais diversos materiais. Flores de cerâmica, de filtro de café, de papel, de tecido e até de madeiras, trabalhadas com diferentes técnicas são observadas com recorrência no artesanato do Espírito Santo.

4.5.2. Principais insumos e seus fornecedores

Apresentou-se até o momento as classificações predominantes do artesanato no Espírito Santo e observações relativas ao perfil e modos de organização dos artesãos. Nesta seção, serão trazidas informações referentes às tipolo-

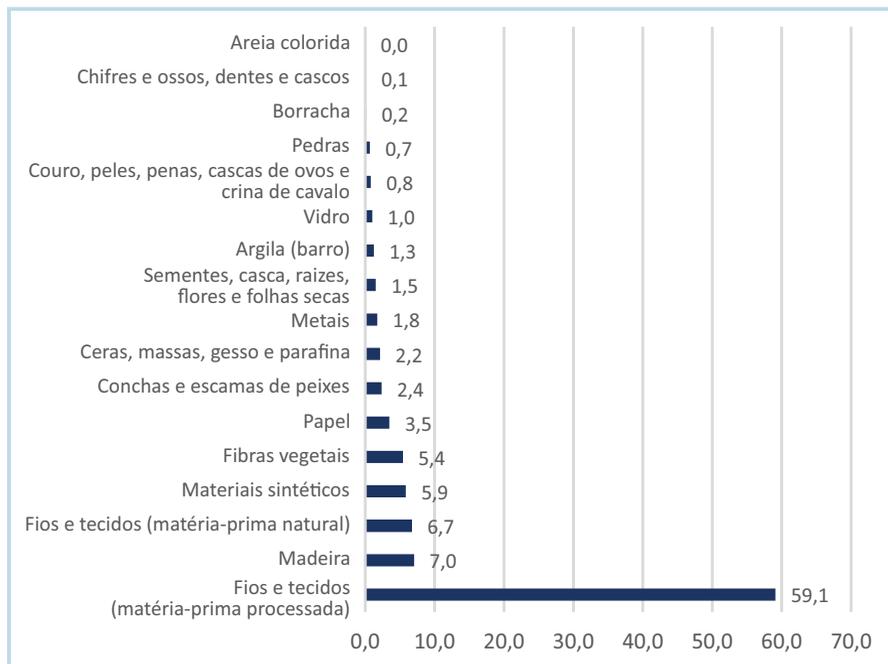
gias e aos processos de obtenção e manejo das matérias-primas mais utilizadas no estado. Em que pesem as demais possibilidades classificatórias, a tipologia é verificada no estado como o aspecto de caracterização e apresentação do artesanato capixaba.

Nas feiras, por exemplo, a disposição dos artesãos e seus trabalhos tem como critério central o agrupamento das tipologias similares. Nota-se, neste sentido, um papel central ocupado pela matéria-prima na produção artesanal. Por outro lado, não se verifica reiteração nas relações entre as matérias-primas disponíveis e as localidades de sua obtenção e transformação.

- Principais matérias-primas utilizadas

O estado apresenta diversidade de tipologias, ao passo que apresenta, também, uma ampla concentração na categoria fios e tecidos, que correspondem a aproximadamente 66% das tipologias, somadas as de origem natural e processada. Uma série de outras matérias-primas distribuem-se em pequenos percentuais, conforme visualiza-se no Gráfico 17:

Gráfico 17 | Principais Tipologias de Artesanato no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

A organização tipológica adotada pelo governo do Estado para o artesanato no Espírito Santo apresenta pequenas distinções em relação à nomenclatura utilizada pelo PAB e são entendidas, também, em articulação com a classificação e os usos do produto, de modo que a percepção e a apresentação do artesanato capixaba possam ser mais coesas. Desta forma, nos eventos oficiais e, conseqüentemente, nos relatórios de participação e vendas oriundos destes, encontram-se as principais tipologias e agrupamentos: Fios e tecidos; Produtos do Mar; Cerâmica; Madeira; Reciclados, papel e plásticos; Borracha, couro e osso; Fibras Naturais; Metais, pedras e vidros e, compondo uma categoria à parte, as Joias e Bijuterias.

A produção de joias e bijuterias artesanais no Espírito Santo se vale de uma infinidade de matérias-primas, como metais, madeiras, resinas, etc. Como o produto final tem uma funcionalidade que determina uma demanda específica, a categoria ocupa um espaço comum da feira, sendo considerada e analisada como uma classificação específica ao lado das demais tipologias.

▪ **Outros insumos importantes**

Além da matéria prima principal outros insumos permeiam a produção artesanal, como por exemplo, as ferramentas utilizadas, recursos empregados, entre outros. Com todo processo produtivo sob o domínio de seus produtores, estes se adaptam às adversidades e insumos específicos não são determinantes à produção, mas podem proporcionar redução de custos, melhores condições de trabalho, acabamento, armazenamento e distribuição.

Ademais, pelo aferido junto aos artesãos, de modo geral, um dos insumos mais importantes e em déficit na produção do artesanato capixaba é intangível: o conhecimento da cultura e história local. Estes aspectos são apontados como pouco explorados no artesanato de cada município, resultando em produtos que, em sua maioria, não expressam as identidades e riquezas regionais (OFICINAS, 2018). Assim, conhecimento e criatividade têm papéis centrais na transformação de matérias-primas em objetos dotados de valor cultural para o mercado artesanal.

Em continuidade, outro insumo caro ao artesanato no Espírito Santo está relacionado ao tempo. As horas dedicadas

ao trabalho também constituem um dos fatores mais importantes à produção, onde o compromisso com outras atividades diminui a capacidade produtiva e dificulta a participação em ações de aperfeiçoamento, como oficinas e cursos.

Do ponto de vista material, a depender das tipologias e técnicas, outros insumos são apontados como importantes, como, por exemplo, na cerâmica, que pode envolver altos custos em relação às ferramentas, como torno e forno para queima. Neste sentido, muitos artesãos dependem do forno de uma única associação ou recorrem a *ateliers* de parceiros, sendo o deslocamento dos produtos outro fator complicador.

Por fim, locais adequados para armazenamento das matérias-primas e para produção são relatados como necessários ao fluxo saudável da produção. Mesmo nas residências, é comum espaços domésticos reservados exclusivamente para a produção, mesmo que representem a perda de um cômodo útil na convivência familiar. Já no caso de associações que possuem sedes, a aquisição de equipamentos para produção, bem como itens de segurança como extintores, são insumos que condicionam o trabalho em grupo.

▪ **Os principais fornecedores na cadeia produtiva e suas características**

No que se refere à aquisição das matérias-primas, cada tipologia tem suas peculiaridades ou até mesmo uma diversidade nas formas de aquisição considerando a mesma tipologia, sob influências, ainda, do tipo de artesanato produzido.

As matérias-primas de origem natural como a madeira, barro e sisal, no contexto de produção do artesanato tradicional, segundo os artesãos envolvidos, encontram dificuldades de aquisição. Na produção de panelas de barro e casacas, por exemplo, assim como em determinados produtos do artesanato indígena, os artesãos sinalizam embates relativos aos processos de extração e manejo das matérias-primas: no encontro entre a tradição e o conhecimento popular dos artesãos e as orientações com base científica, nas quais se ancoram as ações regulatórias dos órgãos ambientais responsáveis.

No caso das paneleiras, a extração do barro é feita no Vale do Mulembá que é uma unidade de conservação protegida por

lei. Segundo o presidente da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, as delimitações de horários e de pontos de extração instituídos pela legislação dificultam ainda mais o processo de retirada do barro que, por si só, já é árduo para os artesãos. Segundo conta, a escavação é feita com auxílio de uma enxada e trabalhada com as mãos para junção das “bolas de barro” que serão posteriormente tratadas e modeladas no galpão.

No que concerne à produção de casacas e artefatos indígenas, tanto as madeiras, quanto cipós e sementes são obtidos nas matas das regiões. Há percepções em torno da escassez da matéria-prima e, também, da necessidade de adoção de posturas que preservem tais insumos:

A parte do cipó não está muito fácil, mas com muita luta a gente acha ainda. Não vou dizer pra você que dá pra tirar um caminhão de cipó... Mas assim, aos poucos, a gente vai esperando madurar, mapeamos os pezinhos, sempre estamos achando. E a parte da madeira, a gente planta também, faz reflorestamento e muito a gente pega aquelas madeiras que já estão mortas, a gente usa muito dessas madeiras. Que dentro da mata custa ter caída, aí gente usa.. a semente também. Fora isso está tranquilo de material (ENTREVISTAS A, 2018).

Já as madeiras utilizadas, principalmente na produção do artesanato contemporâneo-conceitual, segundo aferido junto aos artesãos, grande parte é oriunda de reaproveitamento. Identificam-se práticas de reaproveitamento de poda urbana no município de Serra; de demolição, móveis e objetos descartados em municípios da Grande Vitória; de embarcações nos municípios de Vila Velha e Guarapari. Apesar do caráter sustentável da atividade, alguns artesãos relatam dificuldade em atestar tal característica, já que, em geral, a aquisição se dá de forma individual, espontânea e informal, restringindo possibilidades de comprovação de origem e obtenção de selos de certificação. Além destas, existem ainda, o trabalho com lâminas de madeira e marcenarias artesanais que adquirem material diretamente com madeireiras locais.

Na maior parte da produção de cerâmicas no Espírito Santo, o tipo de barro é distinto do barro utilizado na confecção das tradicionais painéis. Segundo a ceramista Gina Abreu, até seria possível a utilização, mas o produto final teria outras características, podendo não ter um *status* muito comercial, ainda que possa ser interessante a experimentação do ponto de vista conceitual. Em alguns casos, como na Associação de

“ Nós
trabalhamos
com a
natureza!
Vamos supor:
hoje é dia de
colher cipó, aí
se está
chovendo...
mas, eu tenho
5 dias da lua,
nós cortamos
sempre na lua
nova pra não
dar os
caronchinho ”

Ceramistas do Espírito Santo, as matérias-primas utilizadas na produção são compradas principalmente em São Paulo e adquiridas em grandes quantidades a serem partilhadas entre os membros para diminuição dos custos de frete.

As conchas e escamas de peixes e outros produtos do mar, como cascas de sururu, apesar da origem natural, atualmente já podem ser adquiridas com facilidade com fornecedores, não necessitando a coleta da matéria-prima *in loco* pelos artesãos. As escamas, por exemplo, são obtidas junto às peixarias locais. Segundo relatos, há alguns anos era fornecida gratuitamente, todavia, com o crescimento da procura, os estabelecimentos passaram a vendê-las por quilo. Neste processo, entretanto, encontram-se empecilhos com o transporte da matéria-prima, devido ao odor característico e a incidência da sazonalidade, em que, no inverno, a pesca tem seu volume diminuído.

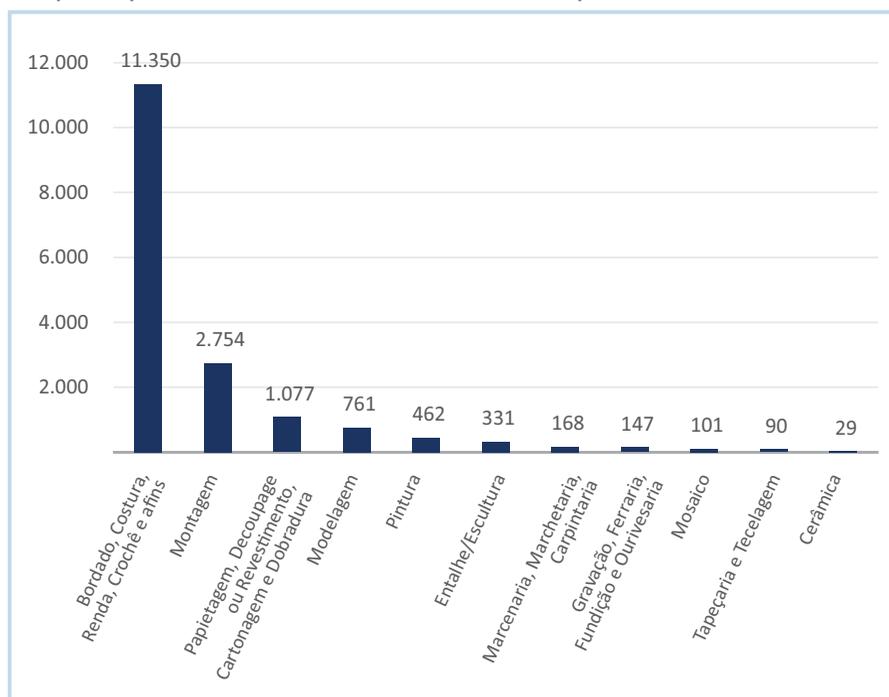
As conchas também podem ser adquiridas por quilo junto a grupos de coleta locais ou até mesmo em pequenas lojas de insumos para artesanato. Entretanto, alguns artesãos optam por coletar, dada a facilidade do processo e a redução de custos no produto final. Tanto as escamas, quanto as conchas, são abundantes no território capixaba e, após a limpeza necessária, por serem não perecíveis e de fácil armazenamento, possibilitam, inclusive, a formação de estoque.

Já em relação às matérias-primas manufaturadas e sintéticas, para o segmento das joias e bijuterias, materiais relacionados ao acabamento das peças como fechos, ganchos, cordões, assim como outros insumos demandados por tipologias diversas, como pigmentos, colas e linhas específicas, são apontados como importantes e com poucas ofertas no Espírito Santo. Em geral, muitos itens e ferramentas complementares são adquiridos em outras capitais, como Belo Horizonte e São Paulo.

4.5.3. Técnicas predominantes no artesanato capixaba

A identificação do conhecimento empregado na produção artesanal é representada no Sicab por 117 opções de técnicas, sendo 97 delas utilizadas pelos artesãos capixabas. As principais foram agrupadas no gráfico 18 e podem ser consideradas as técnicas artesanais predominantes no artesanato do Espírito Santo.

Gráfico 18 | Quantidade de produtos artesanais de acordo com as principais técnicas do artesanato no Espírito Santo, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Em acordo com os insumos e tipologias, as principais técnicas empregadas na produção artesanal estão relacionadas a fios e tecidos, correspondendo a 66% do total das técnicas empregadas. Destacam-se o crochê, representando aproximadamente 17% dos produtos, e os vários tipos de bordados (ponto cruz, vagonite, ponto caseado, ponto festonê, ponto russo, etc.) que, somados, representam 27% entre os 13.937 produtos informados. Além destas, tem-se, ainda, o tricô, a renda e as técnicas relacionadas à costura, como fuxico e patchwork.

Em seguida ao crochê, a técnica de maior incidência é a “montagem”, que corresponde a 16% das técnicas empregadas. A montagem, segundo a base conceitual do PAB (2018), é uma técnica que serve de base para artesãos de distintas tipologias e, também, na associação entre técnicas. Um exemplo é a confecção de acessórios, como joias e bijuterias que, pode unir insumos naturais, como sementes e conchas a fios e metais, com emprego de técnicas específicas ou através apenas da montagem entre estas.

“ O biscoito não é reconhecido enquanto artesanato [...] em algumas feiras você não pode levar ”

“ [...] cada vez que a gente olha nosso artesanato antigo, a gente vê que foi uma mudança radical! ENTREVISTAS G, 2018) ”

Entretanto, há que se observar a distinção entre montagem enquanto técnica base para artesanato e a simples montagem, enquanto trabalho manual. Neste último, a simples montagem é entendida como um trabalho sem status de artesanato, valendo-se unicamente de insumos e peças semi e/ou industrializadas, como miçangas e cordões, pedrarias sem que haja tratamento e/ou transformação da matéria-prima. Assim, considerando os dados mencionados na caracterização da produção do artesanato no Espírito Santo, que apontaram tanto a alta incidência dos trabalhos manuais, quanto do uso de materiais sintéticos entre as principais matérias-primas, atenta-se para a colocação da montagem como segunda técnica predominante no estado, não apenas por sua função de base, mas também como reflexo de uma produção que dista do considerado eminentemente artesanato pela legislação.

Além destas, o quantitativo de produtos artesanais do Espírito Santo por técnica utilizada, disposto na íntegra no Anexo – Tabela A4, aponta, também, para a presença de técnicas associadas à diversas tipologias como modelagem (que também pode estar associada à matérias-primas como argila, barro, borra de café, ceras, massas e parafinas e técnicas como cerâmica e trabalhos com massas frias); trançado (que pode estar associada tanto aos fios e tecidos, como as fibras vegetais); colagem e papietagem (com papel processado, folhas e papel artesanal); mosaico (associada à diversas tipologias como vidro, gesso e materiais sintéticos); entalhe ou escultura, marcenaria, marchetaria e carpintaria (relacionados a madeira); ourivesaria e fundição (relacionadas às tipologias de metais) e as variações da cerâmica, como olaria, grês e porcelana relacionados às tipologias de barro e argila.

▪ **Melhores Práticas**

No que tange a aspectos de inovação e diferenciação nas técnicas produtivas do artesanato capixaba, cabe destacar alguns trabalhos e projetos desenvolvidos no estado: O projeto “Espírito das Águas”, que abrange três núcleos produtivos em Aracruz, Barra do Riacho e Santa Cruz. O projeto surgiu a partir de um diagnóstico realizado pela empresa Fibria visando à compensação social dos impactos causados por sua atuação na região, no qual, o desenvolvimento do artesanato foi apontado como uma demanda, principalmente junto às mulheres integrantes das comunidades pesqueiras do município.

Por meio de convênios firmados e em parceria com o Sebrae/ES, o projeto desenvolve com as associações Criarte, Garoupas e Bordadeiras de Santa Cruz, produtos artesanais que abarcam diferentes técnicas como biscuit, estamparia artesanal em molde vazado e carimbo, papel machê, bordado, crochê, costura e montagem em conchas. As produções passam por um trabalho prévio de pesquisa e levantamento de ideias, insumos e temáticas, para o desenvolvimento de coleções que dialogam com as características e riquezas locais, como o mar e os rios da região, resultando em objetos decorativos e utilitários como cestos, luminárias, almofadas, panos de prato, entre outros.

Cerca de 40 artesãs compõem os núcleos e participam das ações. As associações são independentes umas das outras, mas se interligam através do projeto que é comum, mas onde "cada núcleo é dono do seu artesanato" (ENTREVISTAS A, 2018). A coordenadora e também artesã junto à Criarte enfatiza a importância da regularização da associação para ampliação das possibilidades de parcerias e negócios, ressaltando as melhorias nos produtos a partir das consultorias e os avanços em termos de inserção no mercado possibilitados pelo "Espírito das Águas". Iniciado em 2012, o projeto não prevê recursos diretos, mas viabilizou a aquisição de matérias-primas e ferramentas, a participação em feiras, a realização de consultorias, a criação de identidade visual, etiquetas de identificação e panfletos informativos.

Em termos técnicos, vale destacar o aprimoramento e a resignificação de técnicas do domínio popular como o biscuit e o bordado. Hildete Caliman conta que desenvolveu uma massa e modo de pigmentação própria para confecção dos objetos em biscuit. Esteticamente os produtos diferem dos comumente dispostos no setor, além do que, a coordenadora resalta que para serem incorporados como artesanais nos circuitos comerciais apoiados pelo PAB e pela Setades, há a necessidade de adequação das técnicas e processos aos preceitos estabelecidos para o artesanato nacional (Figura 6).

Figura 6 | Peça em biscuit e outros itens produzidos pela associação Criarte no projeto Espírito das Águas



Fonte: Fotografado por Nathália Procópio (2018).

A presidente da associação Bordadeiras de Santa Cruz acrescenta que, além da adequação às normas, a busca por técnicas artesanais e insumos naturais pretende também agregar valor simbólico e monetário aos produtos (Figura 7). Neste sentido, a associação vem buscando parcerias para capacitação do núcleo sobre técnicas de tingimento com corantes naturais, já que, atualmente, a pintura é feita com corantes artificiais. Os produtos do Espírito das Águas já foram expostos em feiras dentro e fora do estado, como a ArteSanto, Salão do Artesanato de São Paulo, Craft Design, Mão de Minas, Casa Cor, entre outras, além da veiculação em revistas, como Casa & Decoração e Casa & Jardim.

Figura 7 | Toalhas produzidas pela associação Bordadeiras de Santa Cruz no projeto Espírito das Águas



Fonte: Fotografado por Nathália Procópio (2018).

Na opinião de uma das coordenadoras, o Estado, através da Setades, o Sebrae e outras entidades, “abrem portas”, mas é importante a consolidação de dinâmicas e estruturas próprias na associação, para que possam ter contrapartidas e trilhar caminhos independentes. Neste sentido, as associações realizam atividades como bazares e outros eventos, no intuito de angariarem recursos para custeios básicos como contas de luz e água e itens de limpeza e alimentação.

Vale pontuar que, apesar da melhoria da qualidade dos produtos e a gradativa participação em eventos comerciais, as associações participantes do projeto ainda relatam grande dificuldade de sustentabilidade financeira. A busca pelo

fortalecimento dos grupos artesanais no município, vem gerando, também, a abertura de diálogo com a Prefeitura, relatada por eles como tendo sido, durante muitos anos, inerte ao desenvolvimento do artesanato na região.

Em relação às tecnologias disponíveis, cabe refletir sobre a baixa inserção do artesanato capixaba no meio virtual. Tanto os artesãos individuais, quanto as associações e projetos especiais carecem de visibilidade on-line, mesmo que apenas para exposição de produtos e históricos de suas ações. Deste modo, o selo de Indicação Geográfica recebido pela Associação de Panelleiras de Goiabeiras instigou uma interessante inovação. À época, foi implantado um projeto de identificação por *QR Code* nas panelas, com o qual, através de um site da própria Associação, era possível obter informações de quem produziu, entre outras informações.

Entretanto, o presidente da APG chama atenção para a descontinuidade da ação, indicando, principalmente, a falta de sincronia entre a realidade tecnológica da associação e a proposta. Desta forma, a pouca afinidade das artesãs com informática e infraestruturas precárias da sede que, por exemplo, não conta com um computador, inviabilizou o uso e o desenvolvimento autônomo da proposta.

Outros projetos do Espírito Santo podem ser destacados por sua atuação no mercado artesanal no que se refere, principalmente, à inovação e capacidade produtiva. Alguns destes, entretanto, entendidos como unidades produtivas (Quadro 2), adotam práticas e ferramentas de pequenas e médias manufaturas, com configurações também, de divisão de trabalho. Assim, não necessariamente se vinculam ao PAB, mas atuam em outras frentes do setor, tendo sido reconhecidas pelo Prêmio Sebrae TOP 100 de artesanato.

Quadro 2 | Unidades produtivas artesanais premiadas no prêmio Sebrae TOP, 2010, 2012, 2014, 2016

Edição	Artesão ou Entidade	Município	Produto
1ª Edição 2009/2010	Gi Barbosa Presentes Artesanais Ltda	Vila Velha	Decorativo - Bailarinas em alumínio e conchas
	Associação dos Artesãos de São Mateus	São Mateus	Utilitário - Porta lápis ou papel de Cerâmica
	Oficina Escola de Artesanato em Mármore e Granito	Venda Nova Imigrante	Decorativo - Peixe de Granito
	D'Barro	Vitória	Utilitário - Kit Casquinha de Siri
	Artecana	Conceição da Barra	Utilitário - Cumbuca de bagaço de cana
	ArteSanto	Vitória	Utilitário - Kit Casquinha de Siri
	Paneleiras de Goiabeiras	Vitória	Panela de Barro
2ª Edição 2011/2012	NaBoa	Anchieta	Utilitários em fibra de taboa
3ª Edição 2013/2014	Papel Recriado/ATUAR	Vila Velha	Utilitários e Decorativos em papel reciclado
	Oficina Equilibrium	Vitória	Utilitários e Decorativos em lonas e banners reutilizados
	Ateliê Gi Barbosa	Vila Velha	Decorativos em conchas
	NaBoa	Anchieta	Utilitários em fibra de taboa
4ª Edição 2015/2016	Ateliê Gi Barbosa	Vila Velha	Decorativos em conchas
	Pios Maurílio Coelho	Cachoeiro de Itapemirim	Pios de madeira

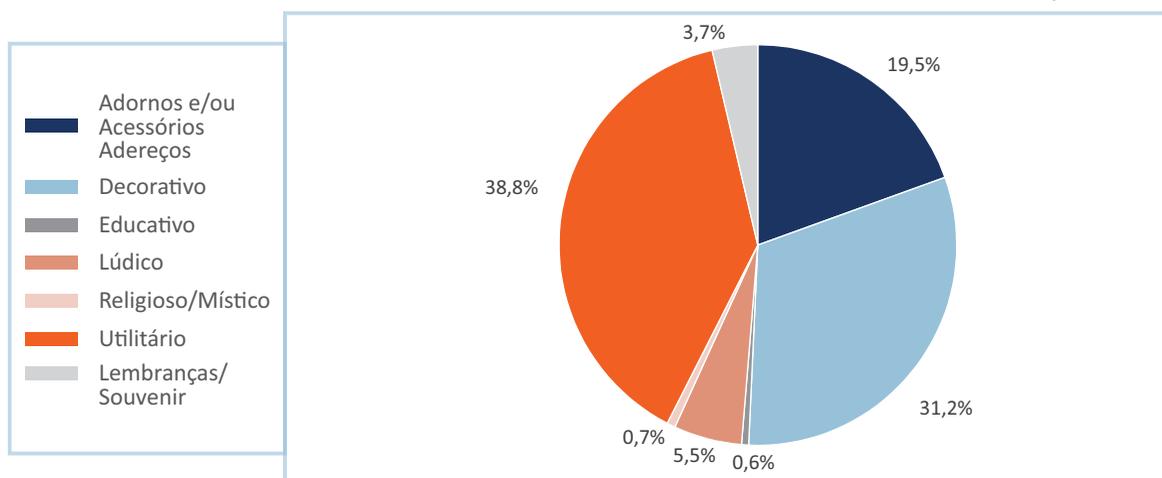
Fonte: Elaboração própria: de MDIC (2018)

4.5.4. Características do produto

O Tabela A4 (Anexo) mostra os tipos de produtos informados por 7.147 artesãos no Espírito Santo. Dos 195 tipos, 167 são produzidos no estado. Mais uma vez predominam produtos que empregam insumos e técnicas relacionadas a fios e tecidos. Toalhas de mesa, toalhas de banho, forros e caminhos de mesa e panos de prato totalizam 3.956 produtos e representam 24% dos 16.370 produtos registrados.

A extensa relação de produtos pode ser melhor explorada considerando a classificação por funcionalidade definida pelo PAB (MDIC, 2012, 2018). Desta forma, no Gráfico 19 consegue-se visualizar as destinações e usos predominantes aos quais se direcionam o artesanato capixaba.

Gráfico 19 | Proporção do artesanato capixaba por funcionalidade, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

As funcionalidades predominantes são utilitário, com 39%, decorativo, com 31%, e adornos e acessórios, que somam 19%. A baixa incidência de artesanatos do tipo “lembranças/Souvenir” pode indicar afastamentos da produção com o mercado turístico. Por outro lado, considerando que estes representam, de modo geral, um artesanato de menor valor agregado, a baixa incidência não necessariamente deve ser entendida como um ponto de insatisfação. Já o artesanato religioso/místico que corresponde a apenas 1% do total produzido, pode não estar sendo explorado em potencial, dado o crescimento do reconhecimento e procura pelo Espírito Santo por sua oferta de Turismo Religioso.

Ainda em torno da caracterização do produto final, ilustrando as informações até então apresentadas sobre o artesanato no Espírito Santo, a seguir, organizados a partir dos grupos tipológicos adotados pelo Estado, apresentam-se os diferentes produtos ofertados no Espírito Santo, representativos das variadas combinações entre matéria-prima, técnica e funcionalidade.

Tipologia 1

Produtos da tipologia Fios e Tecidos

À primeira vista, a tipologia dos fios e tecidos (Figura 8) pode despertar certo incômodo quando ressaltada enquanto uma categoria artesanal de tradição no estado. Para alguns, a alta incidência dos produtos desta tipologia é entendida como consequente da própria distorção do que se considera como artesanato genuíno, dado que a expansão da indústria têxtil introduziu no mercado, novas ferramentas automatizadas, como as máquinas de costura e os tecidos industriais, que foram substituindo os teares e as técnicas manuais de costura. Hoje, também, já se encontra disponível no mercado, por exemplo, acabamentos como rendas e bordados que exigem apenas aplicação sobre o tecido, qualificando o produto final, como manual ou semi industrial.

No Espírito Santo, as rendeiras de Meaípe, no município de Guarapari e na localidade de Ubu, em Anchieta, são lembradas pela resistência e manutenção da tradição local das rendas de bilro. Entretanto, os trabalhos atualmente não têm representatividade na composição do orçamento de suas famílias e, também, já não são vistos nos circuitos artesanais promovidos pelo estado (A GAZETA, 2010). Serrano (1958), narrando percepções da tradição das rendas em ambos municípios, expõe a característica da transmissão dada no seio familiar, entre mulheres e, ressalta ainda, as rendas como tendo sido, talvez, uma das primeiras atividades com que as mulheres geraram proventos próprios no Brasil. Através do seu relato, é possível perceber que ainda na década de 1950, todavia, a produção com bilros em Guarapari já perdia espaço dentre as novas artesãs. Já em Meaípe, segundo conta, a tradição à época mantinha-se firme, todavia, os produtos eram feitos a partir de padronagens disponíveis.

Vale ressaltar que a maioria das pessoas do estado que trabalham com fios e tecidos de forma artesanal são mulheres. Não há como desconsiderar, neste sentido, que muitas trabalhadoras, no encontro entre a disponibilidade de insumos, o baixo custo e as

habilidades e vivências adquiridas ao longo da vida, depositam sob o trabalho expectativas de geração de renda extra, bem como de ocupação e satisfação pessoal.

A despeito da industrialização, muitas técnicas continuam sendo executadas, e os produtos reinventados, a partir de influências que vão das revistas do ramo, à internet e a própria imaginação. Reflete-se, então, que muitos trabalhos envolvendo bordado, crochê, tricô, etc. podem não configurar uma tradição bem delimitada quanto às comunidades envolvidas, espaço e tempo de sua perpetuação na atualidade. Ademais, já não necessariamente preservam os modos de fazer tradicionais, porém, resguardam, sem dúvida, processos de transmissão de técnicas, de compartilhamento de memórias e histórias principalmente no domínio familiar, figurando nas casas brasileiras e capixabas como parte do início de uma cultura popular urbana que se desenvolveu juntamente com o crescimento da indústria têxtil no Brasil. Desta forma, o artesanato em fios e tecidos configura-se como uma produção popular, por vezes abordado como uma indústria doméstica (SERRANO, 1958).

Assim, no encontro entre diferentes gerações com fios e tecidos vê-se centenas de trabalhos que mesclam técnicas distintas e alcançam variados públicos. Existem os trabalhos mais simplórios, para uso doméstico, como panos de prato bordados, que são comercializados a preços baixos. Em técnicas como *patchwork* observa-se a produção de objetos como almofadas, bolsas, roupas de cama e tapetes. Com drapeados é comum a produção de tapetes. Em bordado e crochê, nota-se a produção de vestuários e acessórios como biquínis, saídas de praia, maiôs e bolsas e, também, produtos utilitários como almofadas, jogo americano, toalhas, etc.

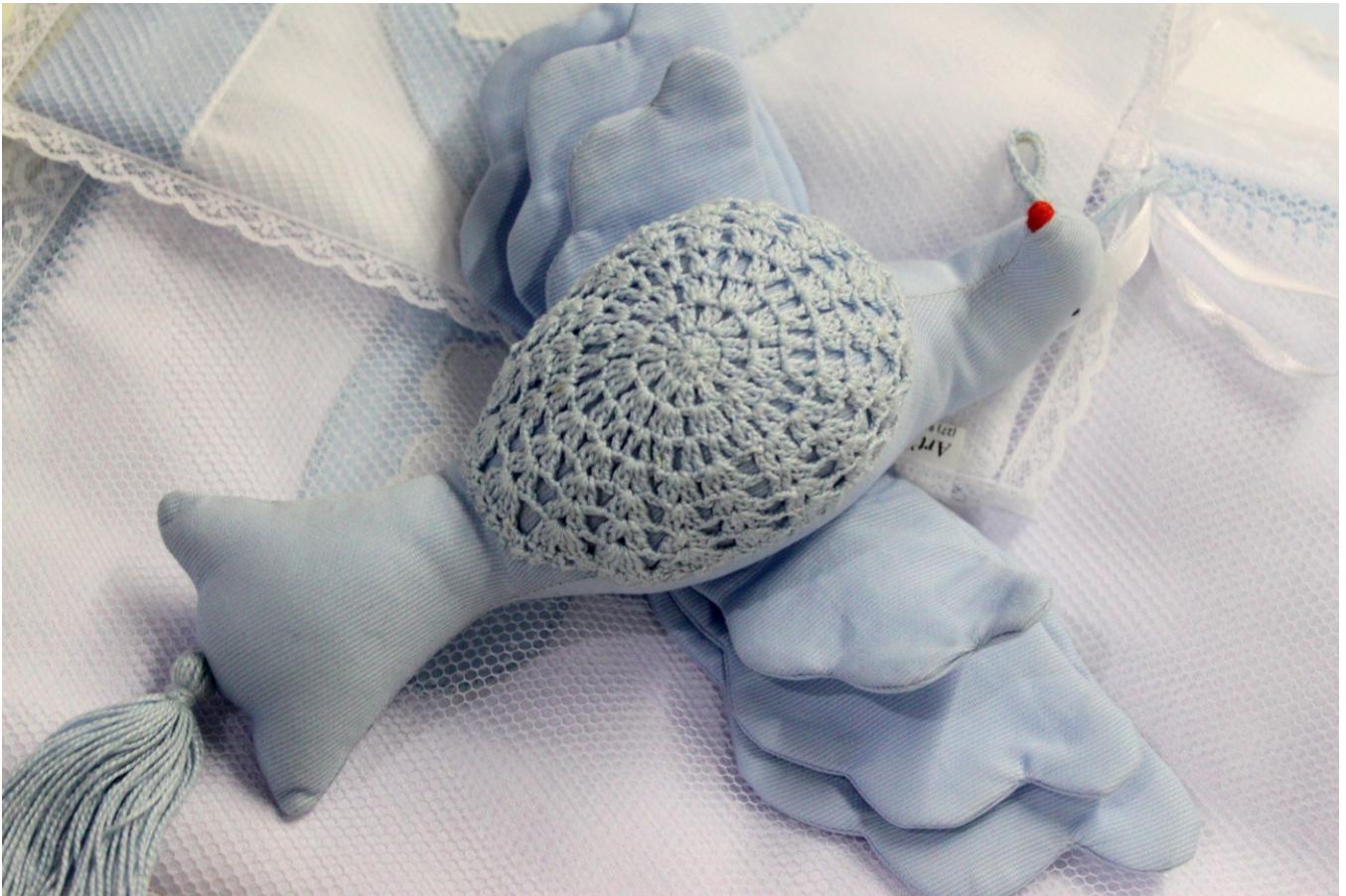
No âmbito do resgate das tradições, desde 2016, o projeto Rendeiras da Barra do Jucu vem atuando em prol do resgate e valorização da Renda de Bilro. O projeto reúne cerca de 25 mulheres da comunidade, entre veteranas e novatas, com objetivo de repasse das técnicas e reestabelecimento da produção. Este foi um dos participantes do projeto Brasil Original e atualmente vem sendo estruturado para que tenha continuidade enquanto unidade produtiva.

Observa-se, também, dentre a variedade dos artesanatos com fios e tecidos no estado, produtos que intentam agregar elementos culturais e identitários locais, como orquídeas e outras flores, pássaros regionais, figuras do Divino Espírito Santo, entre outros, influenciados por pesquisas e consultorias que ressaltam a iconografia do estado. Nesta perspectiva, a tipologia de fios e tecidos busca ampliar sua atuação e notabilidade, principalmente em âmbito coletivo, com associações e grupos produtivos como a Art Barra, do município de Conceição da Barra, os grupos Bordadeiras de Povoação, Bordadeiras de Santa Cruz, Bordadeiras do Rei, Bordadeiras Dona Fitinha, Escola de Bordados da Tuttte Mani, Mãos de Fada do Caparaó, entre outros.

Ainda dentre os produtos têxteis, vale ressaltar a produção de tapetes de malha drapeados. A técnica, disseminada na região serrana do estado e praticada, principalmente, por pomeranos e descendentes de alemães, remete ao encontro entre tradições de imigrantes e a necessidade de geração de renda. Em 2008, cerca de 170 famílias estavam envolvidas com a produção e comercialização dos tapetes. Atualmente, todavia, a maior parte da produção é semi-industrializada, mas continua representando ocupação e renda para diversos trabalhadores da região. Existe, também, em menor escala, a produção dos tapetes de malha drapeados manualmente que recebeu o nome de Frufrus, de produção da associação de tapeceiras Frufrus de Ponto Alto.

Em seguida aos fios e tecidos, as tipologias madeira, materiais sintéticos, fibras vegetais, papéis, conchas e escamas de peixes, cera, massas, gesso e parafina aparecem como principais, com variação de aproximadamente de 7,0% a 2,0%, conforme apresentado anteriormente no Gráfico 17.

Figura 8 | Artesanato com Fios e Tecidos



Produtos da tipologia Madeira

Os artesanatos com madeira no Espírito Santo (Figura 9) variam principalmente entre decorativos e utilitários, além das casacas e dos demais instrumentos do congo. Os tipos mais recorrentes são a caixeta, braúna, roxinho, jaqueira, parajú, imbuia, dentre outras. Nos itens decorativos, destacam-se os que se utilizam de madeiras reaproveitadas de demolição, de podas e de embarcações que dão origem a objetos de parede e de mesa, quadros, placas etc. As temáticas mais recorrentes fazem referência às representações cotidianas de diferentes locais do estado, como pequenos barcos, peixes, casas da cidade e do campo, além de produções abstratas.

Dentre os utilitários, observa-se a produção de objetos para uso doméstico como tábuas, farinheiras, socadores e gamelas, alguns com aplicação da técnica da marchetaria. Há, também, suportes para xícaras, bandejas e passadores de café. Em menor quantidade, notam-se brinquedos, peças de mobiliário e acessórios.

Figura 9 | Peça decorativa produzida com madeira reaproveitada pela artesã Marlúcia da Conceição



Tipologia 3

Produtos da tipologia Cerâmica

A produção de cerâmica no Espírito Santo (Figura 10) vem ganhando cada vez mais notoriedade e desenvolvendo-se tanto nos circuitos artesanais, quanto nos artísticos. Na região Metropolitana de Vitória, por exemplo, encontram-se cerca de 10 ateliers voltados ao ensino e prática da cerâmica. Durante o Circuito ArteES, projeto voltado à ampliação da visibilidade da produção artística e de design capixaba, muitos espaços ficam disponíveis e abertos para visitação do público. A tipologia conta, também, com uma Associa o Estadual, a Associa o de Ceramistas do Espírito Santo (Cerames) que, desde 2001, atua em diversas frentes no setor, tanto na capacita o, quanto na divulga o e promo o dos trabalhos dos associados.

Na tipologia, encontram-se trabalhos de cerâmica tradicional, modelada   mão ou em tornos, com predomínio de decorativos e utilitários. Na produ o de cerâmica do Espírito Santo se destaca a destreza, a plástica e as identidades artísticas de cada artesão. Nos trabalhos decorativos, notam-se produ oes que remetem às diferentes culturas, personagens cotidianos e figuras folclóricas, representa oes de monumentos e construçoes, máscaras, esculturas, flores, etc. Na cerâmica utilitária observa-se a produ o de pequenos vasos, tigelas e xícaras, sendo comum a aplica o de vidrado e esmalte cerâmico.

Figura 10 | Peça decorativa produzida em cerâmica pela artesã Marise Bessa



Produtos da tipologia Reciclados, papel e plástico

Os itens de reciclagem, papéis e plásticos dão origem principalmente ao artesanato decorativo (Figura 11). A reciclagem, todavia, é abordada pelo PAB como componente do rol das técnicas, podendo valer-se das mais variadas matérias-primas. Neste sentido, pode-se dizer que no Espírito Santo, predomina a reciclagem de papéis e de resíduos degradáveis como bagaços e cascas de frutas enquadradas, principalmente, entre as fibras naturais.

Dentre os papéis e similares, como revistas, jornais e papelão, reciclados ou não, são empregadas técnicas como dobradura e origami, cartonagem e papel marchê que resultam em vasos, bonecas, quadros e outros adornos de parede. Na utilização dos materiais plásticos, predomina a produção de luminárias em tubos de PVC, através da técnica de calagem, reproduzindo, em geral, imagens sacras e figuras do universo pop infantil, como personagens de filmes e desenhos animados.

Figura 11 | Peças decorativas produzidas em papel marchê pela artesã Fátima Petrocchi



Foto: Nathália Procópio

Tipologia 5

Produtos da tipologia Borracha, couro e osso

A produção de artesanatos em couro (Figura 12) não detém expressividade numérica no Espírito Santo, identificando-se poucos artesãos na tipologia que, em geral, produzem bolsas, cartucheiras e pulseiras. Apesar de já ter registrado um maior número de produções em outras épocas (ADERES, 2001), na atualidade, a escassez da matéria prima pode ser identificada como um fator de diminuição. Segundo relatos de artesãos, o couro utilizado na produção é adquirido em outras regiões, principalmente em Minas Gerais, o que acaba por elevar o preço final dos produtos. Entretanto, vale mencionar, pela projeção nacional alcançada, os produtos com resíduos de couro de cabra, comprados da indústria de vestuário brasileira, que são transformados em itens de decoração como almofadas e cestos e acessórios.

Utilizando-se de pneus, observa-se a produção de objetos decorativos e lúdicos, bem como, de poltronas. Não são identificados trabalhos com osso.

Figura 12 | Bolsa em couro produzida pela artesã Damaris Pereira (Art Zion.ES)



Produtos da tipologia Fibras Naturais

Já as fibras de origem natural (Figura 13) possuem ampla representatividade no artesanato capixaba e as matérias-primas são abundantes em seu território. A atividade se desenvolve principalmente no interior do estado e compartilha, em muitos casos, de processos rústicos e/ou tradicionais de extração e tratamento dos materiais. Deve-se destacar, também, a participação de artesãos indígenas como Fabio Rocha e Josy Pereira da Aldeia 7 no município de Aracruz e, também, descendentes e ativistas quilombolas como a mestre griô Mônica Forde. Todavia, nota-se, ainda, pouca visibilidade destes grupos em âmbito coletivo.

As matérias primas mais recorrentes são as fibras de taboa, as fibras e palhas de bananeira, de milho, de coco e bagaço de cana-de-açúcar. A taboa, assim como o cipó, é muito empregada em cestas-rias. Com a fibra de bananeira e o bagaço da cana tem destaque a confecção de gamelas, tigelas e cumbucas de diversos tamanhos, formatos e cores, em maioria com tingimento natural. As palhas dão origem, também, a esculturas de bailarinas, santos e orixás. Outros trabalhos proeminentes são as caixas e incensários produzidos com casca de laranja e as bandejas, vasos entre outros utensílios e itens decorativos produzidos com palha de café.

Figura 13 | Peças decorativas produzidas em fibras de cana de açúcar e palha de coqueiro pela artesã Cleunisce Viegas



Tipologia 7

Produtos da tipologia Metais, pedras e vidros

O artesanato em metais, pedras e vidros (Figura 14) conta com produções contemporâneas e pouco relacionáveis entre si, com exceção da produção de joias e bijuterias que será abordada no tópico a seguir. No metal, as antigas produções de serralharia têm se estruturado atualmente de modo semi e industrial. Desta forma, com foco nos produtos que ainda mantêm processos artesanais, destaca-se o trabalho de torção de fios na composição de itens de decoração e há, também, objetos de cutelaria. Em ambos casos, a matéria-prima é adquirida fora do estado, com custo elevado. É comum aos dois, também, relatos de desconexão entre os ambientes de venda do artesanato e seus respectivos produtos. Para um, esferas de arte e design condicionam melhores possibilidades de preço, já no caso da cutelaria, menciona-se como potenciais de venda e valorização, eventos específicos do ramo cuteleiro e ligados à gastronomia, nos quais, todavia, tem pouca inserção.

No que se refere às pedras, apesar do Espírito Santo possuir, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES), uma das maiores reservas de granito e mármore do país, com uma diversidade de cores e texturas, além de abrigar um parque industrial com cerca de 3.500 empresas, a atividade artesanal envolvendo este tipo de matéria-prima é escassa, exceto em locais onde há extração de rochas ornamentais. Cabe lembrar que a atividade industrial com rochas ornamentais, gera, para além das receitas, uma quantidade expressiva de resíduos nocivos ao meio ambiente. A dificuldade de acesso e transporte, e a demanda de maquinários e ferramentas específicas, estão entre as justificativas dos poucos artesãos e iniciativas nesta tipologia.

Figura 14 | Peças decorativas produzidas com fios de arame pelo artesão Edvan Rodrigues



Produtos da tipologia Joias e Bijuterias

Como já mencionado, as joias e bijuterias compõem uma categoria que abriga variadas tipologias e técnicas e vem ganhando espaço dentre os produtos artesanais do estado. Neste segmento, em geral, as peças são contemporâneas, produzidas por artesãos individuais, que podem contar, todavia, com auxílio de familiares e ajudantes em épocas de maior demanda.

Aliando duas ou mais técnicas no emprego de diferentes materiais, as joias e bijuterias podem ser observadas no estado a partir de três grupos principais: as de metal, as de fio sintético e as diversas. O primeiro, com uma produção mais tradicional no ramo, tem dentre os metais utilizados: a prata em maior volume, seguido de cobre, alumínio, aço inox e alpaca, nas quais predomina as técnicas de ourivesaria, torção de fios, montagem e fundição.

Associada aos metais, gemas e cristais são empregados nestas produções. São adquiridos já prontos para uso, não se identificando, assim, artesãos dedicados à lapidação. Em geral, as peças são vendidas em lojas e feiras, atingindo públicos de maior poder aquisitivo. Dentre os trabalhos autorais neste meio, pode-se citar o do artesão Dirceu Borreio (Figura 15), do distrito de Iriri em Anchieta, que desenvolve joias com riqueza de detalhes, que mesclam prata, gemas e casca de sururu, matéria-prima natural e sustentável disponível em sua região:

Figura 15 | Anel de prata e casca de sururu produzido pelo artesão Dirceu Borreio



Os trabalhos com fios sintéticos, popularmente conhecidos como cordões encerados, são elaborados utilizando-se, principalmente, a técnica macramê. A matéria-prima principal é vendida em rolos e é facilmente encontrada em armarinhos e outras lojas do ramo. Em geral, também fazem uso de pedrarias e cristais. Eminentemente manual, a técnica permite a produção nos mais variados ambientes, sem necessitar de estruturas ou ferramentas específicas, o que a torna atrativa para muitos artesãos que adotam um estilo de vida de trânsito entre cidades. Deste modo, peças do tipo estão difundidas nos espaços urbanos e regiões turísticas dentro e fora do Brasil, sendo comum, também, a presença de estrangeiros dentre os artesãos.

As regras de comercialização ambulante no estado constituem um fator que afeta diretamente as práticas de venda dos artesãos (OFICINAS, 2018). A ausência de uma legislação explícita sobre a comercialização de produtos artesanais e autorias em espaços públicos, bem como, de normatizações municipais que tratem da questão, tem acarretado, eventualmente, proibições e apreensões dos produtos quando das tentativas de venda por parte dos produtores, mesmo àqueles devidamente registrados no Sicab.

Os produtos são, em maioria, colares, pulseiras e tornozeleiras. Com preços relativamente inferiores às joias e bijuterias de metal, as de fios sintéticos costumam atingir públicos jovens, sendo comum a venda em bancas nas ruas e em feiras locais. As peças têm características finais similares, mas, identifica-se no estado iniciativas com estéticas próprias na busca por diferenciação e valorização do produto. É o caso, por exemplo, das peças produzidas pelo casal Dayne Bruno e Guilherme Iriê, de Vila Velha, que exploram detalhes em peças de grandes tamanhos e juntos criaram a marca “Arte e Nós” (Figura 16).

Figura 16 | Colar produzido em macramê pelos artesãos Dayne Bruno e Guilherme Iriê



Já o terceiro grupo tem como característica principal a experimentação com diversos tipos de matérias-primas, dando origem a joias e bijuterias com personalidade e originalidade. Observa-se a utilização de madeira, vidro, tecidos, resina e, eventualmente, artesãos de conchas e fibras naturais também apresentam produção de acessórios. Dentre aquelas de maior destaque pode-se citar as joias desenhadas e produzidas pelo artesão Lucas Pessôa (Figura 17), de Vitória que, através da marchetaria, transforma resíduos de madeira em anéis, brincos e colares, que recebem acabamento de prata e couro. Com sua companheira, o artesão também criou marca própria: a “Utrópica joias em madeira”.

Figura 17 | Conjunto de colar e brinco de madeira produzido pelo artesão Lucas Pessôa



Nota-se, principalmente na categoria das joias e bijuterias, a busca de alguns artesãos pela criação de marcas, com atuação nas redes sociais, criação de logomarcas e embalagens próprias. Entretanto, as marcas não costumam ser mencionadas pelos órgãos e entidades responsáveis pelo desenvolvimento do artesanato no estado, que primam por nomear os respectivos artesãos. Fator que pode estar associado às normativas do PAB, mas que, desfavorece o fortalecimento da produção enquanto marcas criativas.

Mostrou-se, até aqui, que o artesanato é composto pela articulação entre processos e materiais e que não se define unicamente por seu estágio final, ainda que este, por sua materialidade, seja o suporte de difusão. Assim, os aspectos de identidade podem estar atrelados às matérias-primas utilizadas como o barro, os produtos do mar e as fibras vegetais, aos diferentes grupos étnicos produtores, às técnicas herdadas e seus contextos de transmissão, à inovação e experimentação em ramos tradicionais, ao design, entre outros que contribuem para a valorização do produto artesanal.

Tendo em vista que o artesanato capixaba tem sido pautado pela diversidade, pela melhoria da qualidade e da representatividade nos últimos anos, deve-se buscar, também, conhecer como tem se comportado seu público consumidor. Neste sentido, sinaliza-se a implantação de mecanismos de pesquisas de público nos espaços comerciais do artesanato capixaba, como meio de ampliação do conhecimento acerca das características, preferências e opiniões do público consumidor do artesanato local. Por ora, entretanto, para avanços das informações nestas perspectivas, a sessão em sequência discute a respeito dos principais canais de escoamento e públicos do artesanato no Espírito Santo, considerando as experiências relatadas pelos artesãos e demais trabalhadores do setor.

▪ Custos de produção e formação de preços

Quanto aos custos envolvidos na produção, de acordo com as informações levantadas nas entrevistas e nos encontros das Oficinas, em geral, a produção artesanal não envolve valores elevados. Em relação às matérias-primas, por exemplo, as de origem natural tem como característica a disposição sem custo ou a preços acessíveis, sendo constatado também os processos de reaproveitamento de materiais. Em contrapartida, quer seja nos processos de extração e/ou tratamento para utilização, algumas apontam à escassez e/ou demandam elevado tempo de trabalho, que podem implicar no aumento do preço final do produto. Alguns exemplos podem ser observados nos relatos abaixo:

"Esse peixe eles servem como filé, então eles têm que arrancar o couro inteiro. Eles jogavam fora. Antigamente quando éramos só nós que fazíamos eles até doavam, a gente não comprava.

Mas depois devido à concorrência eles colocaram um preço nela e nós continuamos. São 2 reais o kg do couro congelado. Eu acho caro, porque não vem limpa, vem com muita água, então eu considero caro porque ainda tem muito trabalho" (ENTREVISTASA, 2018).

"As conchas nós catamos na praia de Camburi e às vezes a gente vai em Anchieta, que tem muitas conchas! Em Sançreré também a gente pega o sururu. Porque as pessoas comercializam o sururu e as cascas que eles jogariam fora nós pegamos pra fazer as flores" (ENTREVISTASA, 2018).

"O preço eu acho justo, porque eu faço tudo para usar reciclagem. O pé da casaca... quando tem uma obra que vai descartar, eu uso pra fazer as partes da casaca! Então, o preço é um preço estável. Eu trabalho mais em cima do reciclável, então eu não tenho custo muito alto. Eu já tenho preço fixo" (ENTREVISTASA, 2018).

"Eu por exemplo, trabalho com a Tagibubua, meu avô fazia tamanco [...] e fazia os reco-reco de reis [...] então a matéria-prima é o que mais bato na tecla. [...] Trabalhar sustentável. Porque o artesanato não dá conta de meio por cento do que é jogado na natureza e desperdiçado" (ENTREVISTASA, 2018).

"Tipo assim, quando a pessoa tá usando barbante, o certo é a fibra! Você vai lá buscar na mata, da árvore, tece e faz... natural, o custo é zero.. essas coisas!" (ENTREVISTASA, 2018).

"A parte do cipó não está muito fácil, mas a gente com muita luta a gente acha ainda. Não vou dizer pra você que dá pra tirar um caminhão de cipó... Mas assim, aos poucos, a gente vai esperando madurar, mapeamos os pezinhos, sempre estamos achando" (ENTREVISTASA, 2018).

²⁷ No que se refere aos aspectos de comercialização, o Sicab apresenta duas questões, à saber: "Tipo de venda mais utilizada" que apresenta como possibilidades de resposta a venda direta ao consumidor, por encomenda, por consignação e outros; e "Para quem vende maior parte da produção", que tem como respostas possíveis consumidor final, lojistas, organização de apoio e outros. Nos dados extraídos referentes ao Espírito Santo, 92% das vendas são direcionadas ao consumidor final, as demais, que consideramos como vendas indiretas, apenas 2,2% para lojistas, 0,8% para "outros", 0,6% para organizações de apoios. 4,4% não declararam sobre a destinação das vendas.

Além das matérias-primas, dentre os custos existentes estão o transporte, tanto das matérias-primas, como dos produtos finais para os locais de comercialização. Custos com embalagens e itens de acabamento também são mencionados. Entretanto, os custos de maior impacto orçamentário, segundo os artesãos, são relativos às participações nas Feiras: passagens aéreas, hospedagem, alimentação, deslocamentos, contrapartidas em determinados *stands*, etc. Estes custos demandam uma reserva prévia de recursos, nem sempre disponível diante da realidade econômica destes trabalhadores.

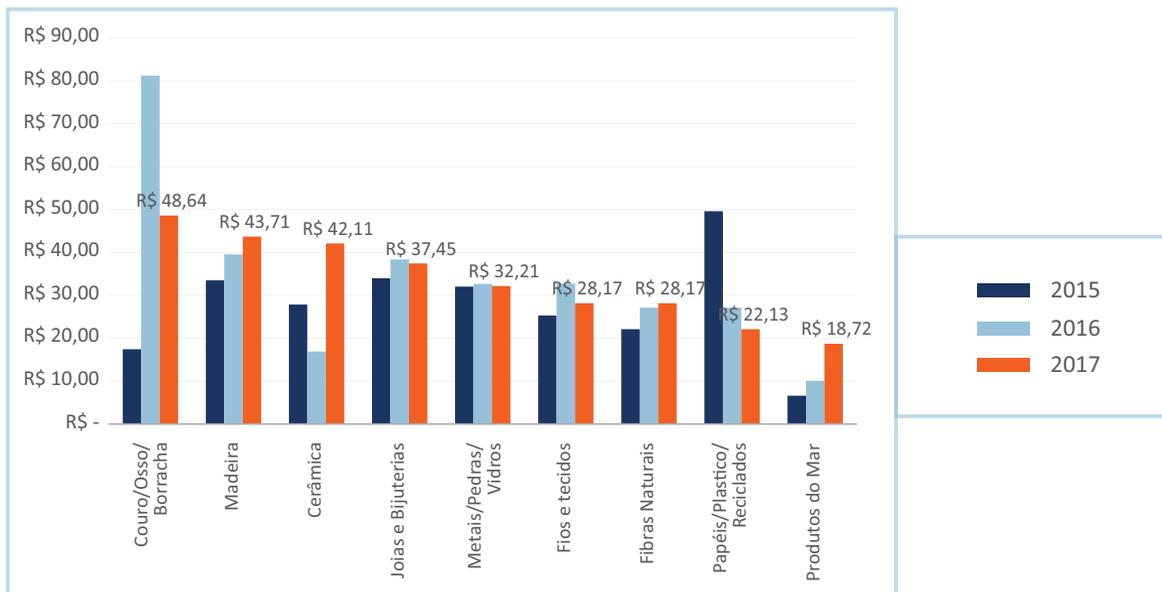
Encaminhando para os aspectos relativos às vendas, de acordo com dados levantados (SICAB, 2018), o principal tipo de venda²⁷ do artesanato capixaba é a venda direta, compreendendo, aproximadamente, a 90% dos tipos de vendas. A venda direta se consolida predominantemente à pronta-entrega, junto ao consumidor final, com a participação dos

artêsãos em feiras e outros eventos que viabilizam a comercializaçãõ (SICAB, 2018; ENTREVISTAS A; G, 2018). Assim sendo, modalidades como encomenda e consignaçãõ que representam, respectivamente, 5,2% e 0,5% dos tipos de venda sãõ pouco incidentes para o escoamento da produçãõ do estado.

Quanto ao pùblico-alvo, segundo os artesãõs do estado, suas prãticas visam a atingir os diferentes pùblicos, do ponto de vista do poder aquisitivo destes. No que se refere às polìticas de preços, é comum que levem em consideraçãõ os locais de venda e suas condições, como, por exemplo, na existênciade taxas e percentuais a serem pagos, estes sãõ incluìdos nos custos finais produto. Os artesãõs relatam, também, a assimilaçãõ de instruções de cálculo de preços instruìdas em capacitações, assim como a adoçãõ de prãticas de preços considerados justos.

Verifica-se que, em geral, um mesmo artesãõ oferta diferentes produtos com diferentes faixas de preço (Grãfico 20). A média de preço do artesanato capixaba no ano de 2017 girou em torno de R\$ 33,00 a unidade, considerando a venda direta ao consumidor no Espìrito Santo (SETADES, 2017). Já no comparativo entre tipologias mais recorrentes, a média do produto artesanal capixaba variou de R\$ 18 a R\$ 48,00, aproximadamente (SETADES, 2017).

Grãfico 20 | Preço médio dos produtos comercializados por tipologia na ArteSanto, 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboraçãõ pròpria (2018)

Pelo Gráfico 20 é possível notar que as tipologias couro/osso/borracha e madeira compõem as que atingem maior preço médio por produto, alcançando a casa dos R\$ 40,00; joias e bijuterias, juntamente com metais/pedras/vidros tem a média por produto na casa dos R\$ 30,00; com valor médio abaixo, estão as tipologias de fios e tecidos, fibras naturais, papéis/plásticos/reciclados e, por fim, única que não atinge os R\$ 20,00 a tipologia produtos do mar.

4.5.5. Características da demanda e compradores

Pelo constatado nas entrevistas e nos encontros presenciais na ocasião da Oficina de Planejamento do Setor Artesanal no Espírito Santo, na percepção dos artesãos e de outros trabalhadores do setor, as características do consumo em torno do artesanato estão em processo de transformação. Visão que não se atém necessariamente ao âmbito estadual, mas que revelam experiências gerais de gradativa ampliação do reconhecimento do ofício artesanal e valorização do artesanato enquanto produto comercial e bem cultural. Como se pode notar em relatos dos artesãos:

"Hoje o artesanato é tudo. Na época eles chamavam a gente de hippie, de doido fazendo cultura! [...] Hoje está aí sendo reconhecido, quem tá fazendo mestrado na Ufes, a maioria vem procurar o Mestre [...]" (ENTREVISTASA, 2018).

"Hoje em dia o artesanato está sendo mais procurado pelas pessoas, as pessoas estão valorizando mais, aumentou o valor que as pessoas estão dispostas a pagar. Aumentou a concorrência também, mas quando você trabalha com qualidade, quando tem qualidade no seu produto, sempre tem mercado!" (ENTREVISTASA, 2018).

"A indicação geográfica... Isso foi um marco, entendeu? [...] Acho que deu uma levantada isso! E o fato também das Paineiras terem sido reconhecidas como Patrimônio Imaterial... Acho que isso deu uma visibilidade maior!" (ENTREVISTAS A, 2018).

"[...] Minha mãe sempre me ensinou a não trabalhar com isso. A minha mãe sempre falou pra eu não me envolver, porque era uma coisa muito difícil. [...] Mas eu comecei a ver por outro lado. Comecei a ver que dá sim, entendeu? Tanto que daqui eu consegui pagar minha faculdade, pagar uma pós-graduação. Hoje tenho uma vida independente. Hoje representa meu trabalho. Toda a minha renda eu tiro desse fazer" (ENTREVISTAS A, 2018).

Neste processo de estreitamento do artesanato com o mercado, os artesãos apontam à apresentação das peculiaridades dos seus produtos, assim como o contato direto com os clientes como fatores essenciais ao processo de venda. Conforme comentam, há um público que está buscando o diferente, a relevância cultural e a experiência na compra:

"Todo turista que vem aqui comprar uma panela de barro ele não vem aqui meramente porque é uma panela não! Ele está vindo porque sabe que tem um conceito histórico por trás disso. Porque panela ele pode comprar em qualquer lugar. Ali ele vai ver a paneleira fazendo... Como que foi feito..." (ENTREVISTASA, 2018).

"Muitos compram casaca porque querem levar uma coisa do Espírito Santo, querem uma coisa tradicional." (ENTREVISTASA, 2018).

"Pode estar dentro do mato que os outros acham! O pessoal aí, já vi lugares que o pessoal faz negócio de turismo, o pessoal acha o povo lá, porque não vai achar eu? Já me acharam!" (ENTREVISTASA, 2018).

Este público, que demonstra interesse pelo artesanato tradicional e busca um ambiente de imersão, tem poucas opções a serem exploradas no Espírito Santo. O galpão das Panelas é um dos únicos espaços que contempla esta demanda e, mesmo este, construído em 2011 e reformado em 2018, em parceria de iniciativa de uma Faculdade particular com sede no mesmo bairro, não tem seu potencial turístico fortalecido em Vitória, na opinião dos artesãos que integram a Associação. Para eles, a ação das entidades estaduais e municipais de Cultura e Turismo ainda é deficitária:

"[...] Hoje em dia nós recebemos aqui por dia por volta de 60 turistas de fora, em um dia bom, fora os locais... Aí você não tem um panfleto do seu estado pra você divulgar... e nem precisa ser só falando de panela de barro [...] de onde for, qualquer coisa!" (ENTREVISTASA, 2018).

O contato direto com o público no local da produção do artesanato, para alguns, representa uma perspectiva de venda maior, já que é possível vender o produto a um custo menor: "O cliente que vem aqui ele vem pra comprar uma peça, mas acaba comprando 2, 3, por conta do valor! Ele sabe que se for comprar em outros lugares ele só consegue comprar uma panela" (ENTREVISTASA, 2018).

E, para outros, além da perspectiva do ganho financeiro, a recepção da clientela em espaço próprio gera, também, sentimentos de satisfação e valorização:

"Teve uma pessoa que viu lá na loja e quis vir aqui na Aldeia buscar. Teve outra uma moça que viu uma cesta, viu uma casaca, mas queria mais modelos... Eu vim indicando eles e trouxe eles pra cá. De vez em quando eu tento trazer um. Eu gosto que venha aqui!" (ENTREVISTASA, 2018.)

Confluindo com estas opiniões, é constante dentre os artesãos do estado a menção do anseio por um Centro de Referência do Artesanato Capixaba, com a função de reunir e contemplar a diversidade de produção do Espírito Santo, beneficiando um maior número de artesãos, assim como, indo além de um ponto comercial, configurando-se como um atrativo turístico.

"[...] o que todo mundo sempre pede é um centro de referência do artesanato, que é um ponto grande, que realmente possa comportar o artesanato de todo o estado, ser uma coisa interessante para o turista conhecer! Essa é a coisa que eu mais escuto..." (ENTREVISTASA, 2018).

"[...] Somos muitos artesãos, são muitas famílias que dependem disso, que precisam disso, então um Centro de Referência é o sonho do artesão hoje" (ENTREVISTASA, 2018).

"[...] eu acho que a gente tinha que ter um ponto, a exemplo de outros estados, como um Centro de Referência do Artesanato. Eu conheço artesãos que viajam, vão para outros estados, mas eu não tenho essa disponibilidade. Então fico limitada a essas oportunidades que acontecem aqui" (ENTREVISTASA, 2018).

Desta relação de proximidade com o público, há também percepções dos consumidores. Apesar de demonstrarem interesse pelo produto, não têm maiores afinidades com o "meio artesanal" e, por vezes, desconhecem os valores subjetivos, a natureza das matérias-primas, os processos produtivos empregados ou até mesmo as formas de uso que determinada peça dispõe. Isso pode implicar negativamente no juízo que fazem sobre os preços dos produtos.

No caso de feiras, por exemplo, circulam diferentes públicos, que fazem as mais variadas perguntas sobre os produtos: "É pintado?"; "Como você corta?"; "Pode molhar?"; "Você faz sozinho?"; "Nunca ouvi falar dessa técnica. É de onde?" (Observações de campo). Desta forma, para os artesãos, expor estes aspectos é uma estratégia importante para informar aos compradores dos diferenciais do seu produto artesanal frente aos demais e instigar a curiosidade e a sensibilidade do consumidor.

Uma pesquisa do Sebrae (2013b), realizada com comerciantes do setor artesanal brasileiro, reforça essa percepção,

apontando que os principais critérios de compra relatados pela clientela dizem respeito ao material utilizado, correspondendo a 24%, seguido da identidade cultural, com 17% e da beleza/estética do produto, com 15%. Os demais critérios de compra citados como local de origem, qualidade, histórico, funcionalidade, dentre outros decrescem de um máximo de 7%.

Por estas razões, dada a experiência, alguns artesãos buscam táticas para captar clientes. É o caso, por exemplo, de uma artesã que conta que em determinados eventos identifica seus produtos, explicitando, por escrito, que são feitos de “escama de peixe”. Segundo a mesma, sem a informação, as pessoas de modo geral não saberiam identificar, o que acaba por diminuir o interesse pelo produto.

O relato de uma outra artesã expõe a peculiaridade da relação entre artesão, enquanto fornecedor, e lojistas, quando do recebimento de encomendas que dependem de insumos naturais para produção:

"Tem que esperar a outra lua; Mas, a gente busca essa remessa de cipó e depois vai lá de novo, sempre naquela lua! Porque se passar... [...] Agora eu já sei! É tantos dias de fazer cesto, mais tantos dias assim... tenho que dizer o prazo certinho, contar com os imprevistos! Se o cliente falar que topa: Beleza! Se ele falar que não dá... Tudobem, também!" (ENTREVISTASA, 2018).

De certo modo, há a expectativa, que os públicos consumidores do artesanato, tenham consciência das especificidades relativas aos insumos e aos processos de produção do produto artesanal. Diferentemente do meio industrial, estes produtos têm os fatores naturais e humanos como centrais à confecção do produto e determinação dos preços finais. É neste âmbito, enxergando distanciamento entre este perfil e os consumidores finais capixabas, que a Gerência de Artesanato ressalta a importância de promoção do artesanato local para os próprios consumidores do estado e de estratégias que desenvolvam uma cultura de consumo do artesanal.

Por outro lado, segundo os gestores locais (ENTREVISTAS G, 2018), há também que se fazer conhecer a qualidade do artesanato capixaba para além do estado. Segundo observam os gestores, muitos empresários do ramo desconhecem as produções e oportunidades de negócios deste setor no Espírito Santo, quer seja por sua localização geográfica ao lado de dois grandes estados polos como Minas Gerais e Bahia, quanto pela recente trajetória de aperfeiçoamento dos trabalhos.

No que se refere às práticas de comercialização, há o predomínio das vendas presenciais em eventos do ramo. Ainda que com menor impacto, se constatam também iniciativas de inserção comercial do artesanato em espaços físicos permanentes. Neste âmbito, acordos estaduais foram firmados para abertura das lojas do Artesanato Capixaba que contam com políticas de consignação, com valores e percentuais acessíveis. Já a comercialização por meio de ambientes virtuais aparece como uma perspectiva reconhecida como potencial, porém não empreendida por razões como a falta de habilidade com o meio digital e a indisponibilidade de tempo, conforme pode-se constatar em declarações acolhidas:

"Eu só tenho o Instagram. Mas perdi a senha. Eu peço a todo mundo "gente me ajuda no Instagram" eu acho que é muito importante, fiz um face mas não tenho tempo de alimentar" (ENTREVISTAS A, 2018).

"Eu sou péssima nesse negócio de internet. Sou uma negação mesmo! Mas eu tenho WhatsApp, meu número é o mesmo, não mudou há anos [...] Eu tenho Facebook, foi criado uma página, mas eu não sei mexer muito, não entendo muito. Com certeza ajudaria, mas eu não tenho aquele tempo para parar e tentar. A demanda é grande, quando vamos pra feira fora tem que levar muito material pra compensar (ENTREVISTAS A, 2018).

Estou até fazendo um curso de e-commerce pelo Sebrae. Mas estou esperando meu filho me ajudar nessa área. Não é o meu forte e toma muito meu tempo!" (ENTREVISTAS A, 2018).

▪ Principais locais de vendas

Como indicado, os principais locais de venda do artesanato capixaba são os eventos de comercialização. Estes englobam tanto os específicos do segmento, isto é, feiras de artesanato propriamente, como feiras de outros segmentos transversais, mas que também comportam vendas de produtos artesanais.

Dentre as feiras já consolidadas no calendário de eventos do segmento no Espírito Santo, são identificadas três feiras de artesanato de grande porte e uma feira transversal. Além destas realizadas em solo capixaba, o Estado viabiliza a participação dos artesãos em outras feiras pelo país tendo o aporte do MDIC, através do PAB, para aquisição dos stands e também através de investimento próprio. A seguir, apresenta-se um descritivo destas, a fim de expor suas características, dinâmicas de realização e informações comerciais.

Caso 1

Feira Nacional de
Artesanato do Espírito Santo

A Feira Nacional de Artesanato do Espírito Santo (ArteSanto) é considerada a principal feira do segmento no estado, completando em 2018 a sua 6ª edição. Até o momento realizada na Praça do Papa, na Enseada do Suá, bairro nobre da capital Vitória, tem duração de 9 (nove) dias e entrada gratuita para o público. Com periodicidade anual, geralmente entre os meses de novembro e dezembro, na opinião tanto dos artesãos quanto dos coordenadores, a ArteSanto vem conquistando espaço entre os capixabas como ponto de compras principalmente dos presentes natalinos (ENTREVISTAS G, 2018). Desta forma, o público visitante é composto, principalmente, de moradores locais e turistas do próprio estado.

A Feira é realizada pela Fundação Espírito Santo Turismo & Eventos – ES Convention & Visitors Bureau e organizada pela Iamonde, em parceria com o Governo Estadual, por meio da Setades, contando, também, com o patrocínio do Sebrae/ES. Isto significa que a ArteSanto, apesar de executada com recursos públicos, não é uma Feira estatal. Sobre este aspecto, a Feartes, ainda que reconhecendo a importância da mesma na geração de renda para os artesãos do Espírito Santo, questiona o fato da feira ter sido uma conquista da classe artesã do estado, pleiteada e articulada junto à Setades, mas que, todavia, ainda na segunda edição, pôde constatar-se um afastamento da entidade do processo de sua organização e execução.

A “ArteSanto Feira Nacional do Artesanato do Espírito Santo” foi protocolada em 2015 e registrada em 2017 pela empresa Iamonde Design de Eventos Ltda – ME, segundo processo de registro de marca nº 908993072 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em vigor até 2027. Desta forma, a titularidade da Feira é uma propriedade da referida empresa, estando qualquer pessoa ou instituição vetada da realização, sem autorização prévia, de evento com mesmo nome. Deste modo, compete à empresa realizadora a execução da feira, a qual se responsabiliza pelo fornecimento de estrutura, logística, criação de identidade visual e a divulgação do evento em âmbito estadual.

A Setades recorre às contratações por inexigibilidade para aquisição de *stands*, sendo de sua competência a coordenação, orientação e seleção dos artesãos²⁸, o fornecimento de embalagens e coletes institucionais padronizados, bem como, a fiscalização e acompanhamento das atividades. A Feartes é responsável pela gestão dos espaços destinados às associações, resguardados os processos de curadoria.

²⁸ A seleção dos inscritos é precedida de avaliação realizada por curadoria composta pelo Coordenador Estadual do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB); por 1 representante da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); 1 representante do Sebrae/ES; 1 representante Feartes; 1 representante do Espírito Santo Convention & Visitors Bureau e 1 representante dos artesãos independentes.

A divulgação da ArteSanto conta com mídia massiva, com inserções na televisão aberta e *outdoors* na cidade de Vitória. Na *internet*, o *site*²⁹ reúne informações das inscrições, uma frase descritiva da feira, um vídeo, uma sequência de fotografias no menu das “edições anteriores” e um campo para contato com os organizadores. Cabe a ressalva de que ao longo da realização deste diagnóstico, entre os meses de maio a setembro de 2018 o *site* esteve fora do ar, sendo reativado quando da abertura das inscrições para a edição do ano corrente. Nas redes sociais a comunicação restringe-se à página no *Facebook*³⁰, concentrando as postagens durante a realização do evento. Apesar de contar com grande número de seguidores – 13.818 mil pessoas, de modo geral, a página apresenta baixa taxa de engajamento nas postagens. No *Instagram*³¹, o perfil da ArteSanto é novo e até o momento não possui publicações.

Para os artesãos existem diferentes modalidades de participação. Quanto ao investimento, tem-se a participação gratuita, através dos *stands* partilhados da Setades ou a participação nos espaços comerciais, mediante compra de *stand* individual. Na primeira opção, que abriga a maioria dos artesãos, os espaços são coletivos e organizados por tipologia, direcionados aos artesãos individuais. Há, também, os espaços destinados às Associações e aos Projetos Especiais que não necessariamente abrigam produtos de mesma tipologia.

Para participação na área compartilhada e das associações, há um processo seletivo que obedece às normas estabelecidas pelo PAB, sendo necessário, portanto, que o artesão possua a Carteira Nacional do Artesão válida e que os produtos expostos se enquadrem nas classificações e critérios das regulamentações vigentes. As inscrições para estas modalidades são divulgadas e podem ser realizadas pelos interessados tanto no *site* da feira, quanto diretamente junto à Setades. Para os *stands* comerciais, também há um processo seletivo, todavia, com maior abrangência, o qual permite a inscrição para além dos artesãos registrados no Sicab, de empreendimentos de Economia Solidária, Micro Empreendedores Individuais e artistas plásticos. Dentre as classificações de produtos permitidas, na modalidade comercial abre-se permissão para às artes plásticas, os produtos alimentícios típicos, trabalhos manuais, incluindo, também, o industriário (ARTESANTO, 2017).

Buscando analisar em termos de investimentos, participação e vendas, tem-se, a seguir, dados dos últimos três anos³², fornecidos pela Gerência de Artesanato/Setades. De 2015 a 2017, o investimento do Estado foi da ordem de R\$ 250.000,00 por edição, direcionados à aquisição dos *stands*, através de contratações por inexigibilidade junto à empresa realizadora. Soma-se a este valor, o recurso anual também cedido em patrocínio do Sebrae/ES, que eleva o investimento total para R\$ 500.000,00. Além destes recursos, há geração de receita através das vendas dos *stands* comerciais, conforme mencionado acima.

²⁹ <http://www.artesanto.com.br>

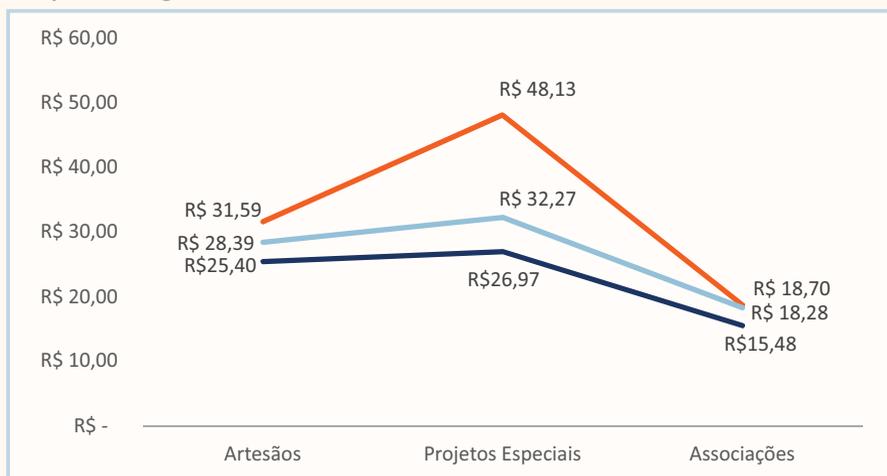
³⁰ <http://www.facebook.com/artesanto>

³¹ <http://www.instagram.com/artesantoes>

³² Nos anos de 2013 e 2014 a Gerência de Artesanato esteve alocada na Aderes e as informações referentes ao período não foram disponibilizadas à pesquisa.

De acordo com os dados dos relatórios dos anos de 2015 a 2017, participaram da ArteSanto, nos espaços da SETADES, aproximadamente 150 artesãos individuais por edição. Registrou-se, também, uma média de 20 Associações e 7 Projetos Especiais participantes. Em 2017, a distribuição percentual de receita total gerada por essas categorias foi de 57% dos artesãos individuais, 40% das associações e 3% dos Projetos Especiais. Para todas as categorias de participação verificou-se ao longo destes três anos aumento tanto do preço médio de cada produto vendido, quanto dos valores totais comercializados, conforme visualiza-se no Gráfico 21.

Gráfico 21 | Preço médio dos produtos comercializados por categoria na ArteSanto, 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria (2018)

A categoria de Projetos Especiais é a que possui produtos com maior preço médio, sendo também a que comportou o maior aumento no valor dos produtos no período verificado. Em seguida, os artesãos individuais, com produtos com preço médio em 2017 de aproximadamente R\$ 32,00, e as associações, que registraram o menor crescimento, com produtos em 2017 a um preço médio de, aproximadamente, R\$ 19,00. Estes dados demonstram que, apesar do aumento da média geral e detendo expressividade na arrecadação geral, tem comercializado produtos artesanais com baixo valor agregado.

Em termos de valores totais comercializados, os quadros a seguir (Quadro 3, 4 e 5) exibem informações das arrecadações de cada categoria de participação, considerando as vendas efetivadas durante a ArteSanto e aquelas que representam uma perspectiva de ganho futuro decorrente de negociações e/ou encomendas firmadas.

Quadro 3 | Valores totais comercializados na ArteSanto em 2015

2015	Durante a feira	Negócios Futuros	Total
Artesãos	R\$ 219.408,50	R\$ 55.650,00	R\$ 278.627,50
Proj. Especiais	R\$ 12.407,00	R\$ 5.650,00	R\$ 18.057,00
Associações	R\$ 52.878,96	R\$ 1.740,00	R\$ 54.618,96
TOTAL	R\$ 284.694,46	R\$ 66.609,00	R\$ 351.303,46

Fonte: Elaboração própria. SETADES. Relatório de Vendas, 2015

Quadro 4 | Valores totais comercializados na ArteSanto em 2016

2016	Durante a feira	Negócios Futuros	Total
Artesãos	R\$ 243.566,50	R\$ 44.735,00	R\$ 288.301,50
Proj. Especiais	R\$ 11.971,00	R\$ 10.820,00	R\$ 22.791,00
Associações	R\$ 121.134,00	R\$ 4.214,00	R\$ 125.348,00
TOTAL	R\$ 376.671,50	R\$ 59.769,00	R\$ 436.440,50

Fonte: Elaboração própria: de MDIC (2018)

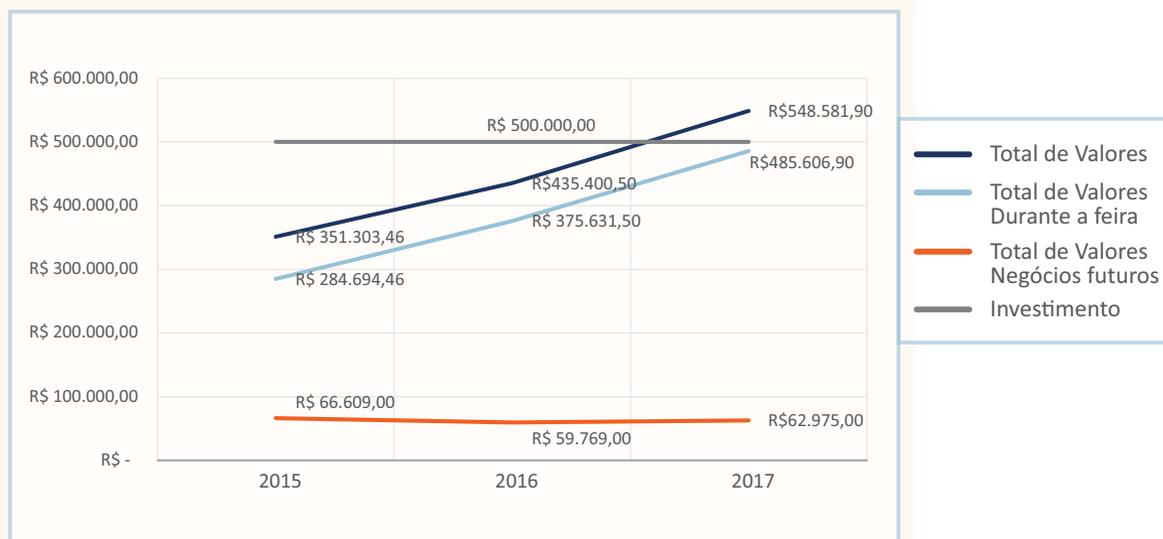
Quadro 5 | Valores totais comercializados na ArteSanto em 2017

2017	Durante a feira	Negócios Futuros	Total
Artesãos	R\$ 348.588,90	R\$ 55.196,00	R\$ 403.784,90
Proj. Especiais	R\$ 15.884,00	R\$ 3.565,00	R\$ 19.449,00
Associações	R\$ 120.094,00	R\$ 4.214,00	R\$ 124.308,00
TOTAL	R\$ 485.606,90	R\$ 62.975,00	R\$ 548.581,90

Fonte: Elaboração própria: de MDIC (2018)

Nos três anos, a soma dos valores arrecadados pelos artesãos é superior aos dos demais. Nota-se, em análise temporal, que houve crescimento nos valores totais comercializados, registrando aumento percentual de 56% de 2015 para 2017. Todavia, mesmo em 2017 os valores investidos pelo Estado e pelo Sebrae/ES não foram superados pelos valores das vendas efetivadas durante a feira. Considerando-se os negócios futuros, a diferença foi inferior a 10% do investido. Estas relações estão explicitadas no Gráfico 22.

Gráfico 22 | Relação entre valores investidos e arrecadados durante a ArteSanto 2015, 2016 e 2017



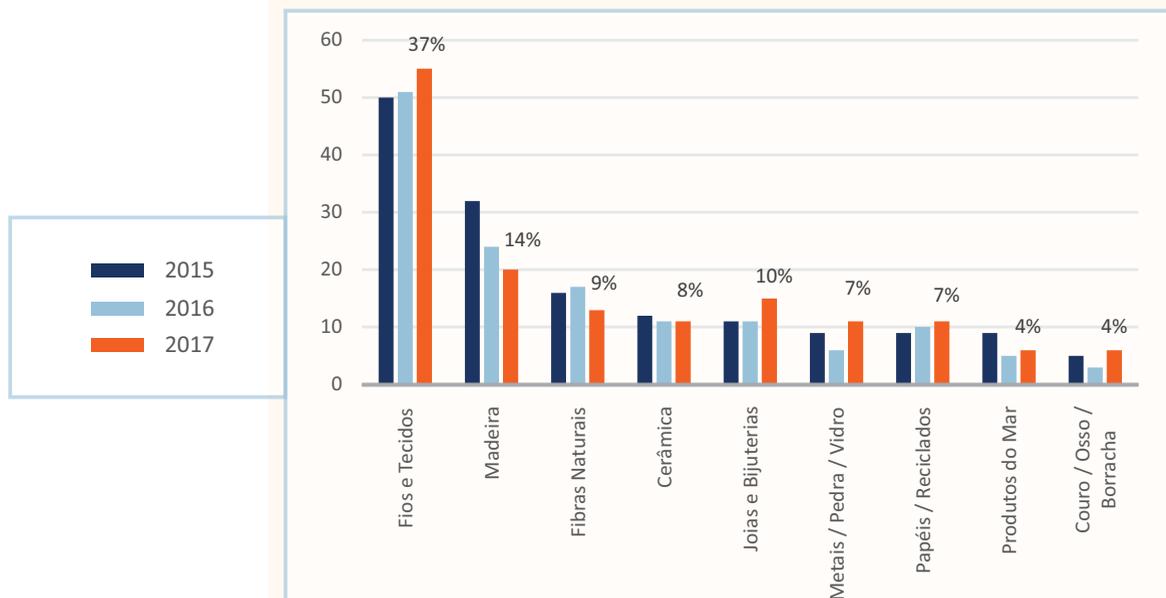
Fonte: Elaboração própria (2018)

Entretanto, atenta-se ao fato de que a ArteSanto é uma feira recente se comparada a outras grandes feiras de destaque no segmento, como as realizadas em Minas Gerais, Brasília e Pernambuco, por exemplo, que possuem pelo menos mais de 10 edições. Deste modo, estando ainda em processo de consolidação junto ao mercado e ao público capixaba, a ArteSanto, para além dos valores comercializados, tem um papel de difusão e ampliação do conhecimento sobre o artesanato local e, principalmente, de estímulo ao desenvolvimento de uma cultura de consumo e valorização do produto artesanal no Espírito Santo. Há, ainda, o processo de inserção do artesão capixaba em dinâmicas comerciais, contribuindo para a capacitação para o mercado e educação profissional destes trabalhadores.

A seguir, é possível verificar o número e os percentuais de participação dos artesãos por tipologia, considerando a média dos três anos analisados (Gráfico 23). Optou-se pela média anual, já que na comparação ano a ano as tipologias predominantes não sofreram

alterações significativas. Os dados a serem apresentados a seguir referem-se aos artesãos individuais, não incluindo as associações, projetos especiais e espaços comerciais que se organizam sob outros critérios.

Gráfico 23 | Número e percentual de artesãos individuais participantes por tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017

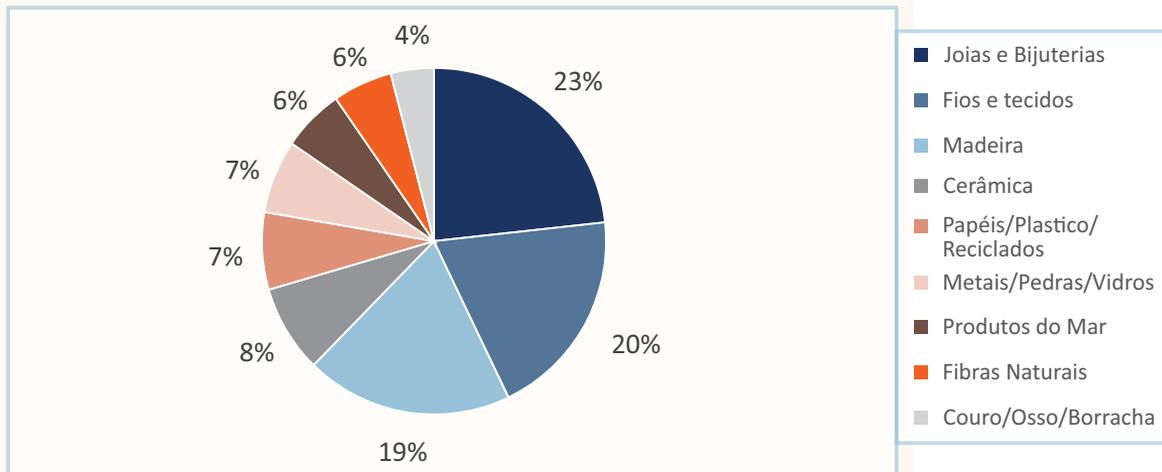


Fonte: Elaboração própria (2018)

É interessante notar que, comparativamente às tipologias mais recorrentes no estado, as tipologias que predominam na feira mantêm posições equivalentes. O que leva à reflexão de que a ArteSanto oferece ao público um recorte representativo das características da produção artesanal do Espírito Santo, onde predominam os fios e tecidos e madeiras, seguidos das fibras naturais, além de uma diversidade de outras matérias-primas distribuídas equilibradamente entre si.

Como já explanado em sessão anterior, consta no gráfico a categoria "Jóias e Bijuterias", que configura uma exceção adicionada à classificação tipológica, dado que o *layout* expositivo adotado na feira tem como princípio organizador a classificação por tipologia. Outro fator está na relevância do segmento no que se refere tanto ao volume percentual, quanto aos valores totais arrecadados. No Gráfico 24 estão os percentuais sobre o total de valores vendidos por tipologia, com destaque, além das jóias e bijuterias, para as categorias fios e tecidos e madeira.

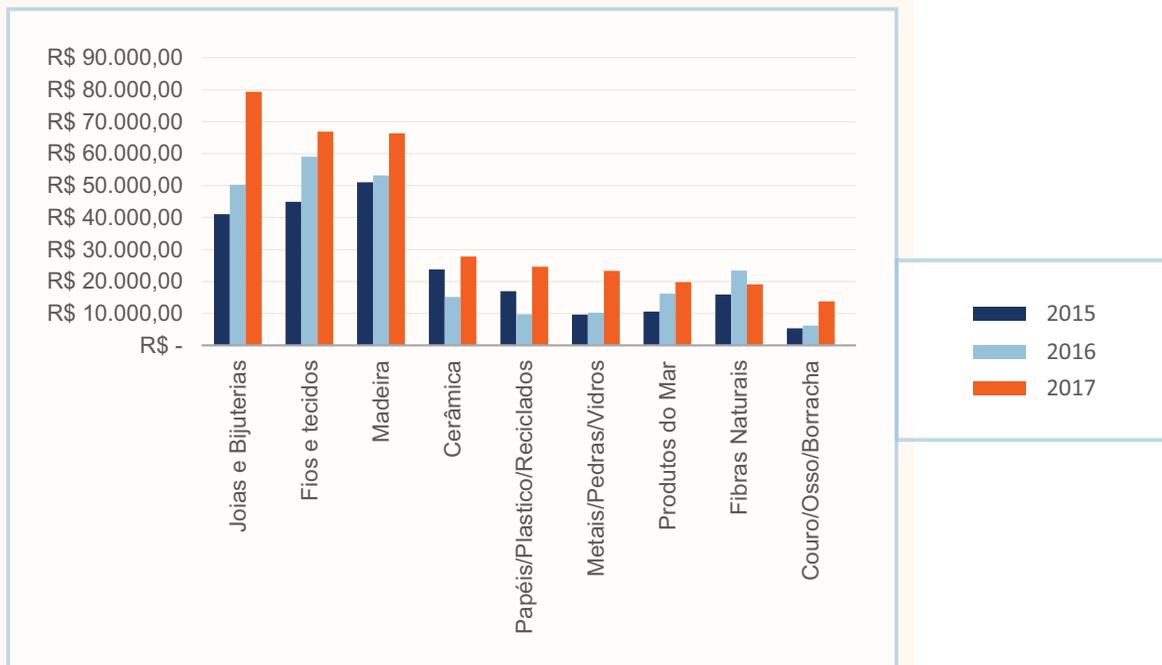
Gráfico 24 | Percentual de arrecadação total por tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria (2018)

Indo além do percentual, a seguir, apresentam-se os valores totais arrecadados pelos artesãos de acordo com a tipologia, nos anos de 2015 a 2017 (Gráfico 25):

Gráfico 25 | Valores totais arrecadados por tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria (2018)

Os dados consolidam "Joias e Bijuterias", "Fios e Tecidos" e "Madeira" como as tipologias mais expressivas em termos de valores totais comercializados durante a ArteSanto. Todavia, elas não necessariamente representam as tipologias mais rentáveis para os artesãos. Por exemplo, relacionando-se no âmbito das tipologias, o número de artesãos, o número de peças comercializadas, o valor total de vendas e preço médio das peças, verifica-se uma movimentação no posicionamento da tipologia Fios e Tecidos. De segunda principal tipologia, decaiu para a última posição no que se refere à geração de renda para cada artesão, conforme expresso no Gráfico 26:

Gráfico 26 | Valor médio de vendas por artesão em cada tipologia, ArteSanto 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria (2018)

Por outro lado, Joias e Bijuterias mantêm-se à frente, registrando a maior diferença entre tipologias subsequentes. Na observação temporal, de 2015 a 2017 todas as tipologias permaneceram com o mesmo posicionamento relativo. Vale lembrar, também, que mesmo diante das crises políticas e econômicas registradas no país, o valor médio arrecadado por artesão registrou aumento.

A ArteSanto, portanto, tem contribuído para a geração de renda dos artesãos capixabas onde a média de retorno mais baixa supera a renda média mensal do artesão apenas com a atividade artesanal. A Feira já está consolidada como uma das estratégias no enfrentamento do que os artesãos relatam como maior desafio do setor artesanal: "a comercialização!" (ENTREVISTAS A, 2018). E, como mencionado anteriormente, tem exercido no Espírito Santo um duplo papel: socioeconômico e cultural.

Caso 2

Feira Interestadual de Negócios do Artesanato de Guarapari

Além da ArteSanto, outro evento importante no estado é a Feira Interestadual de Negócios do Artesanato de Guarapari (FEINARTG) que, em 2018, teve sua 17ª edição. A FEINARTG é organizada pela Associação dos Produtores Manuais e Artesanais de Guarapari – Apromag e é coordenada pela Feartes. Em 2018, de modo similar à ArteSanto, a Feira recebeu apoio e recursos da Setades, no valor de R\$ 160 mil³³, destinados à aquisição de *stands* para artesãos e associações a serem selecionados nos processos seletivos divulgados e executados pelo órgão. Com investimentos mais escassos e instáveis, a feira ao longo dos anos contou com recursos que variaram de convênios diretos junto ao MDIC, dos órgãos do estado e de emendas parlamentares.

A feira acontece no período tradicional das férias escolares, entre os meses de dezembro e janeiro, no centro de Guarapari, um dos municípios mais procurados neste período no Espírito Santo. É considerada praticamente uma feira permanente de verão, já que se estende por cerca de 30 dias consecutivos, abrangendo o período da tarde e da noite. Desta forma, a maior parte dos artesãos participantes é residente no município e seu entorno. Quando não, dada a necessidade de deslocamento diário, alguns optam por aluguéis temporários durante o período na região. A FEINARTG tem como público principal os turistas em veraneio que, segundo dados do Observatório do Turismo do estado do Espírito Santo (SETUR/ES, 2017). No período é composto pelo turista brasileiro, principalmente dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Sobre este aspecto, todavia, é importante pontuar a relação entre os setores do artesanato e do turismo no Espírito Santo. Ainda de acordo com o levantamento do perfil e comportamento turístico no estado (SETUR/ES, 2017), apenas 31% dos turistas entrevistados declararam ter comprado algum souvenir e/ou artesanato do Espírito Santo durante a estadia. Além desta constatação, as descrições das características gerais de hospedagem e consumo dos turistas no estado imputam desafios para o aumento dos faturamentos relacionados ao equipamentos e serviços do setor.

³³ Diário Oficial do Espírito Santo: normal, ano 2018, p. 114.

Feira Internacional de Artesanato e Decoração - Feincartes

Dentre as feiras de médio a grande porte, pode-se citar, também, a Feincartes, que acontece em Vitória, geralmente no mês de agosto. Promovida pela empresa Mathias Promoções e Eventos, a feira não tem vínculos com o Estado e promove a comercialização de produtos artesanais nacionais e internacionais, tendo edições em diversas cidades do Brasil. Com cunho efetivamente comercial, a participação como expositor na feira também se dá mediante aquisição de *stands*, todavia, não havendo subsídios do governo. Os critérios para a participação não necessariamente se dão de acordo com a normatização estabelecida pelas políticas públicas do setor.

Feiras municipais e eventos transversais

Outras feiras de menor porte tendem a movimentar o comércio artesanal local. Na Grande Vitória volta-se ao cotidiano dos moradores, já no interior são realizadas principalmente aproveitando o fluxo turístico. Em geral estas feiras são articuladas por lideranças e associações da região junto aos órgãos municipais. Entretanto, segundo relatos de artesãos entrevistados, há um cenário de invisibilidade dos artesãos dentro dos municípios, que incorre na dificuldade de diálogo e inserção de feiras de artesanato em eventos e circuitos turísticos locais. Outro ponto relatado consiste no próprio desconhecimento das diretrizes do setor artesanal por parte dos servidores municipais, que tem como consequência a ocupação dos espaços voltados ao artesanato por produtos de outras naturezas, por vezes desprovidos de aspectos de qualidade e identidade cultural.

Em Iriri, balneário do município de Anchieta, por exemplo, acontece uma feira durante o verão, direcionada principalmente aos artesãos residentes no município. Segundo o presidente da Associação de Artesãos de Iriri (Assarti), há uma demanda por mais espaços expositivos, mas a falta de apoio e recursos municipais dificulta sua ampliação. Além da movimentação turística de verão, eventos como as festas regionais e festivais gastronômicos também são citados como potenciais meios de comercialização. Exemplificando, ainda em Iriri, tem-se o Festival Capixaba de Frutos do Mar que acontece nos meses de setembro ou outubro e integra, além da gastronomia, outros atrativos culturais como shows musicais e o artesanato.

Outro exemplo é a Festa da Penha, que acontece em abril no município de Vila Velha. Considerada a maior e mais importante festa religiosa do estado, estando também entre os maiores eventos religiosos do país, o evento está inserido na perspectiva do Turismo Religioso no município, onde atrativos complementares são ofertados, contando, portanto, com espaço para comercialização de produtos artesanais de cunho religioso durante o evento.

Da articulação entre gastronomia e artesanato, destaca-se no estado a feira “Sabores da Terra” que acontece em Vitória. Reunindo produtos e serviços do agronegócio e agricultura familiar do Espírito Santo, tem-se introduzido, também, a participação de artesãos com aquisição de *stands* através da Setades. Outra articulação tem sido promovida entre os setores de arquitetura e decoração, nos eventos como Casa Cor e Mostra Morar Mais, ambos em Vitória, onde através de parcerias, Setades e Sebrae/ES disponibilizam espaço expositivo e de comércio dos produtos artesanais. Outros eventos também foram citados ainda que com menor recorrência, como potenciais para o setor, como a Stone Fair em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Nota-se, entretanto, que estas articulações são pontuais, não havendo garantia de continuidade destas ações em edições futuras.

Em Vila Velha, além da feira durante a Festa da Penha, o município estruturou junto aos artesãos, outros dois eventos voltados às artes e artesanato, organizados por comitês gestores formados pela sociedade civil: o projeto “Rua das Artes”, que acontece mensalmente na localidade da Prainha e o “Arte na Barra” na região da Barra do Jucu. Segundo a subsecretaria de administração de Vila Velha é importante que os projetos, as feiras estabelecidas, sejam geridas pelas lideranças do setor, justamente para que se tenha continuidade independentemente das mudanças que possam ocorrer no âmbito da administração pública (ENTREVISTAS G, 2018).

Nesse sentido, em Vitória, verifica-se a existência de diversas feiras semanais permanentes, como as estabelecidas pelo programa Artes na Praça, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda e as chamadas “feiras comunitárias” autorizadas no município pela Lei nº 8.297/2012³⁴. A mais conhecida, a Feira de Artesanato da Praça dos Namorados, acontece aos sábados e domingos há mais de 30 anos no local e, assim como as demais, reúne artesanato, trabalhos manuais e barracas de comida. Estas feiras, todavia, recebem críticas de muitos artesãos, tanto pela inobservância e falta de fiscalização por parte do município em relação aos produtos comercializados, quanto em relação aos públicos frequentadores que dão preferência a produtos mais baratos, independentemente da procedência.

Em contrapartida, verifica-se, também, na região metropolitana, o surgimento de algumas iniciativas independentes de menor porte, com edições periódicas, que tem contribuído para a difusão e comercialização dos produtos artesanais, atingindo diferentes perfis de públicos locais, como: Arte na Quitanda, Casa da Stael, Feira TOC, TOC, Ipê Portas Abertas, Jardim 27, Jardim Coletivo, entre outros.

³⁴ Lei nº 8.297 de 22 de maio de 2012.

Feiras apoiadas pelo PAB

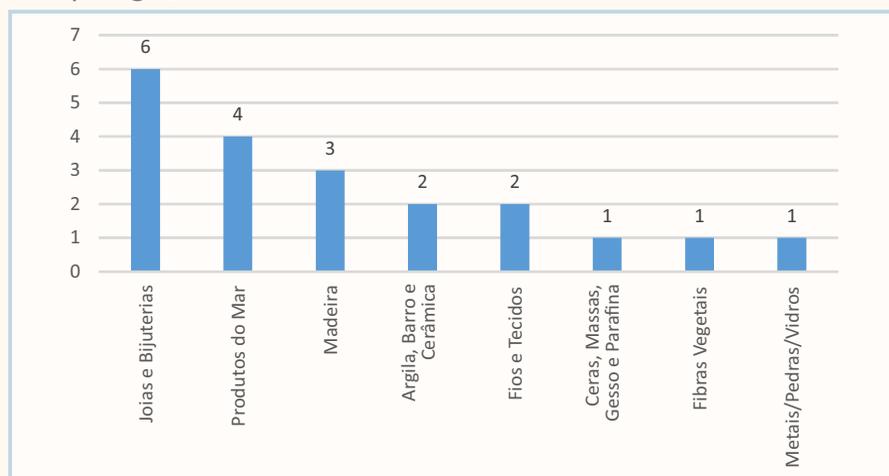
Os eventos que recebem o apoio do PAB, em geral, são feiras de grande porte de abrangência nacional e/ou internacional. No Espírito Santo, a ArteSanto não recebe apoio direto do PAB, o que faz com que a feira tenha predominantemente artesanato do estado. Para alguns artesãos é interessante que se mantenha assim, já que, caso viesse a receber apoio federal, a oferta de artesanato de demais estados poderia significar a perda da preferência da clientela capixaba (ENTREVISTAS A, 2018).

As grandes feiras de fora do estado que comumente abrigam *stands* dos artesãos do Espírito Santo são: o Salão do Artesanato de Brasília, no mês de abril; a Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte), que acontece em julho em Pernambuco, considerada a maior feira de artesanato da América Latina; o Salão do Artesanato de São Paulo, que tem periodicidade bianual e acontece em novembro e a Feira Nacional de Artesanato, em Minas Gerais, realizada em dezembro, já tendo computado 28 edições.

A participação dos artesãos nessas feiras também se dá por meio de chamamento público, em que os trabalhos são submetidos a curadoria específica. Todavia, em comparação às feiras que acontecem dentro do estado, o número de vagas é significativamente menor, atingindo uma média 15 artesãos individuais e 2 associações por edição de cada feira. A curadoria, portanto, tem processo mais minucioso, ainda que se valendo dos mesmos critérios (Anexo – Tabela A5), e objetiva, também, manter proporções entre tipologias e funcionalidades entre os produtos selecionados, de modo que se proporcione diversidade de ofertas.

Deste modo, o perfil característico do produto artesanal capixaba nas feiras extra estaduais apresenta algumas distinções em relação à ArteSanto, bem como aos dados do Sicab. Nas funcionalidades, por exemplo, os produtos utilitários deixam de ser predominantes e cedem lugar aos adornos e acessórios, seguidos dos produtos destinados à decoração. Quando se analisa as tipologias do artesanato do Espírito Santo expostas nestes eventos, há obviamente uma redução das categorias tipológicas, dadas as limitações de espaço, mas, também, uma mudança no percentual daquelas mantidas. No Gráfico 27, relativo à Fenearte 2018, pode-se observar, por exemplo, que a tipologia “fios e tecidos” – predominante em número de artesãos participantes nas ArteSanto 2015 a 2017, cede espaço às tipologias como “Joias e Bijuterias”, “Produtos do Mar”, “Madeira” e “Argila, Barro e Cerâmica”:

Gráfico 27 | Número e percentual de artesãos participantes por tipologia, Fenearte 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

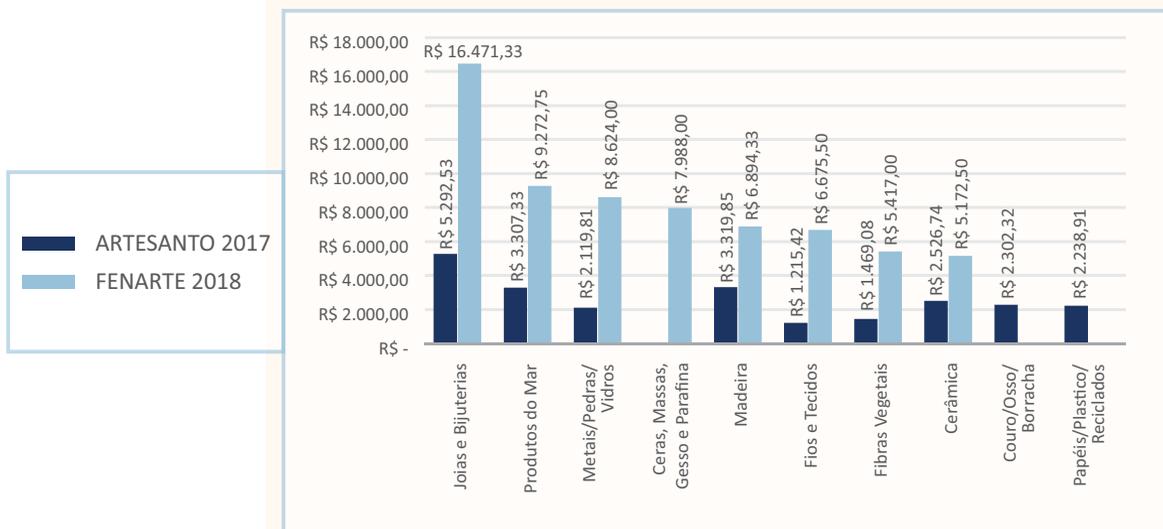
Segundo os gestores do artesanato no estado, estas feiras funcionam como vitrines do artesanato capixaba para o restante do país (ENTREVISTAS G, 2018). Desta forma, sob um olhar externo, as oito tipologias apresentadas acima podem ser entendidas como componentes à imagem do produto artesanal do Espírito Santo, considerando a sua projeção pública para os diversos públicos consumidores que circulam nestes eventos. Além disso, as feiras fora do estado exercem importante papel na geração de renda e oportunidades de negócios futuros para os artesãos participantes. Por exemplo, de imediato, o ganho médio por artesão no *stand* do PAB na Fenearte supera em mais de quatro vezes os ganhos médios dos artesãos na ArteSanto, aumentando de aproximadamente R\$ 2.620,00 para R\$ 11.725,00 (FENEARTE, 2018; ARTESANTO, 2015; 2016; 2017).

Nesse sentido, atendendo às reivindicações dos artesãos para inclusão de maior número de participantes nas grandes feiras fora do estado, a Setades realizou a compra de um *stand* na área comercial da Fenearte 2018 e estabeleceu parceria com o Sebrae/ES para montagem do mesmo. Assim, além do espaço conveniado com o PAB, de 36m², o Espírito Santo contou com um *stand* de 18m² que atendeu a 8 artesãos, gratuitamente. Ocasionalmente, o Sebrae/ES também adota essa prática de aquisição de *stand* comercial coletivo. Todavia, para participar, os artesãos devem arcar com parte do valor investido pela entidade.

O valor investido pela Setades foi de R\$ 8.000,00 e o valor total das vendas efetivadas por estes artesãos foi R\$ 49.910,00, confirmando que a iniciativa tem um custo-benefício bastante satisfatório. Ainda que a média de ganho por artesão neste espaço seja inferior à do espaço do PAB, que galga de melhor posicionamento entre outros aspectos a serem considerados, mantém-se muito acima da média

recebida por artesanato na ArteSanto (FENEARTE, 2018; ARTESANTO, 2015; 2016; 2017). Buscando explorar este comparativo, entre ArteSanto 2017 e Fenearte 2018³⁵, o Gráfico 28 relaciona os valores médios de venda por artesanato em cada tipologia.

Gráfico 28 | Comparativo dos valores médios arrecadados por artesanato em cada tipologia entre ArteSanto 2017 e Fenearte 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Dada a disparidade dos valores gerados, cabe acentuar que o objetivo da comparação não é depreciar a movimentação gerada pela ArteSanto, já que, como pontuado, a mesma tem êxito na geração de renda para os artesãos do estado. Com menos de 1/3 das edições da Fenearte e sem contar com recursos federais, a comparação objetiva, sobretudo, atentar para o potencial comercial do setor e reiterar a importância do fortalecimento e investimento de eventos do setor no Espírito Santo.

A observância destes dados também mostra uma pequena distinção entre as tipologias com maior venda relativa dentro e fora do estado: os produtos do mar e metais, pedras e vidros, por exemplo, ficam à frente da madeira quando considerada a venda em evento fora do estado. Um comparativo longitudinal, entre as diversas feiras, se faz interessante para melhor compreensão e localização das oportunidades das demandas específicas a cada tipo de produto.

Em relação às questões estruturais, o tamanho do *stand*, bem como sua localização são definidos pelo PAB, cabendo à coordenação estadual do Programa gerenciar o espaço disponibilizado e ocupá-lo com número adequado de artesãos, de modo que se assegurem satisfatoriamente questões como *layout* expositivo e circulação interna do público e dos expositores. A estrutura fornecida pelo PAB é básica, contando com itens de prateleira e iluminação. A organi-

³⁵ Para este comparativo considerou-se o valor médio por artesanato nos dois stands.

zação interna do *stand*, como o posicionamento dos artesãos e produtos, bem como as dimensões permitidas das mesas expositivas – que é de responsabilidade de cada artesão, são definidas em reuniões prévias entre a coordenação e os artesãos selecionados, o que não encerra, todavia, possíveis desentendimentos entre os participantes quando da ocupação do *stand*.

Em relação ao transporte das mercadorias, a Gerência de Artesanato dispõe de caminhão baú, doado pelo PAB em 2014, através da Portaria MDIC nº 118/2001³⁶, que auxilia na logística de transporte interestadual dos produtos durante os eventos. Desta forma, os artesãos participantes devem entregar as mercadorias e materiais auxiliares como mesas e outros suportes em local de estacionamento do veículo, a ser informado pela coordenação, sendo geralmente em Vitória. Esta medida é reconhecida pelos artesãos como sendo de suma importância para viabilização da participação e redução de custos. Todavia, artesãos residentes fora da região metropolitana, assinalam que enfrentam dificuldades para o transporte das mercadorias até a capital e que, desprovidos de auxílio municipal neste aspecto, arcam com altos custos no deslocamento ou mesmo, ao recorrerem à meios inadequados para o transporte dos produtos, têm parte da produção danificada no percurso (ENTREVISTAS A, 2018).

Em geral, os artesãos do Espírito Santo reconhecem as feiras como impulsionadoras do ofício, mesmo àqueles que por diversas razões e dificuldades não participem regularmente. A pouca oportunidade de feiras no primeiro semestre, caracteriza o período como sendo ruim do ponto de vista comercial. Por sua vez, as outras modalidades de comercialização assumem papel complementar. Estas constatações podem ser observadas nos relatos abaixo:

"O primeiro semestre é muito ruim. Só tem uma feira, em Brasília. No segundo são feiras seguidas" (ENTREVISTAS A, 2018).

"O pior mês é esse de junho. Desde final de maio. Porque não tem feira. A não ser um atacadinho [...] O segundo semestre é bem melhor" (ENTREVISTAS A, 2018).

"Durante o ano a gente faz umas 3, 4... 5... eu tenho vontade de participar mais das feiras lá fora. Participar aqui dentro, mas ter umas 2, 3 oportunidades lá fora. Às vezes dificulta porque temos que pagar passagem, transporte... Como ainda não tenho a força de falar que estou indo, dificulta um pouco" (ENTREVISTAS A, 2018).

"As vendas são principalmente nas feiras. Dentro e fora do estado. ArteSanto e Guarapari são as principais. Fui numa reunião que vai ter umas outras... A Sabores, a de São Paulo, tem a Fenearte que vou participar agora e que é a maior e o retorno é muito grande!" (ENTREVISTAS A, 2018).

O calendário de feiras está relativamente estável, todavia há ciência de que estas não contemplam uma maioria e envolvem custos antecipados que, por vezes, inviabilizam a participação de artesãos com maior vulnerabilidade e instabilidade financeira. Assim,

³⁶ Portaria nº 118 – MDIC de 21 de dezembro de 2001

atendendo às reivindicações de pontos de venda fixos em Vitória também estão sendo propostos como meios estratégicos a pluralização das oportunidades de venda para os artesãos, atendendo de forma semelhante, a uma carência de produtos a serem disponibilizados para os turistas que visitam a capital.

Caso 6

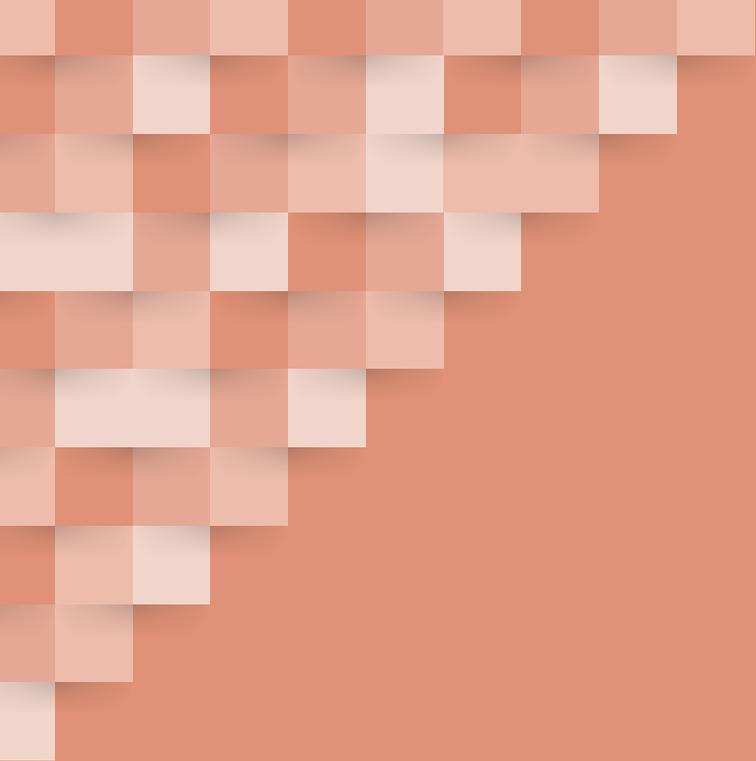
Pontos de venda fixos: Lojas do Artesanato Capixaba

Além das feiras, dois pontos de venda fixos foram implementados nos últimos anos visando atender à demanda turística e também aos próprios capixabas, quando da procura por artesanato local. A Setades é responsável pela articulação das lojas, no que se refere à acordos de locação de espaço e curadoria para seleção dos artesãos participantes, mediante inscrição no processo.

A loja do Artesanato Capixaba localizada no Horto Mercado é gerida pela Feartes. Inaugurada em 2017, está prevista para ser, também, a nova sede da Federação. O espaço foi cedido em uma parceria com o Governo do Estado e não gera, portanto, custos de aluguel. Para participar, os artesãos devem inscrever-se nos processos seletivos lançados durante o ano. Mensalmente, o pagamento de uma taxa, no valor de R\$ 50,00, por artesão individual e de R\$ 150,00 por associação. O recurso é destinado à gestão do espaço, principalmente, para o pagamento de dois funcionários registrados responsáveis pelas vendas.

Funcionando basicamente sob as mesmas diretrizes, a loja do shopping foi reinaugurada em 2018, é gerida pela lamonde e também foi implementada através de parcerias institucionais. Nesta, todavia, além da taxa mensal, há cobrança de um percentual de 35% sobre o valor das peças vendidas. Em ambas, a relação estabelecida com os artesãos é de consignação dos produtos e o repasse realizado mensalmente.

Em sua primeira fase de abertura, todavia, entre 2016 e 2017, a gestão da loja que estava sob responsabilidade de uma Organização Não Governamental, não logrou êxito. As vendas não foram satisfatórias e alguns artesãos relataram o não recebimento dos valores devidos. Tendo sido reinaugurada em abril de 2018 sob a nova gestão, ainda não se tem relatos sobre o desempenho. Em ambas gestões, dados relativos ao número de expositores e valores movimentados não foram disponibilizados.



5

Fatores de competitividade
da cadeia produtiva

5.1. Competitividade do artesanato capixaba

A competitividade pode ser entendida como a capacidade que as empresas possuem em formular e implementar ações estratégicas que condicionem a manutenção, o desenvolvimento e a sustentabilidade das suas posições no mercado (COUTINHO; FERRAZ, 1994). Ao trazer esta abordagem para o meio artesanal, adota-se uma noção de empresa destituída das conceituações usuais e definida, portanto, por sua essência relacionada à participação na atividade econômica a partir da integração entre elementos humanos, técnicos e materiais. Assim, a produção artesanal pode ser entendida como empresa, enquanto uma atividade econômica exercida profissionalmente pelos artesãos que, associados ou individualmente em suas redes de relações, produzem e dispõem seus produtos no mercado.

O delineamento de ações estratégicas, ainda segundo Coutinho e Ferraz (1994), leva em consideração diferentes aspectos, que estão relacionados tanto às questões internas, quanto às questões externas às organizações, sendo postas à análise enquanto fatores empresariais, estruturais e sistêmicos. Os fatores empresariais versam sobre aqueles cuja organização detém autonomia e poder decisório para conduzi-los mediante a adoção de determinadas medidas (CERQUEIRA, 2013). Já no que concerne aos fatores estruturais, entende-se que as organizações têm capacidade de intervenção limitadas por determinados processos, como, por exemplo, o desempenho da concorrência, o crescimento do segmento, demandas, condições de acesso a mercados e insumos, pontos de venda, etc. Por fim, os fatores sistêmicos são aqueles que escapam quase que totalmente ao domínio da empresa, ou seja, são fatores externos nos quais não há muitas alternativas para intervir. Os fatores sistêmicos estão relacionados a diversas esferas como a dinâmica macroeconômica, as políticas, os marcos regulatórios e as questões sociais como poder e práticas de consumo.

Ainda na discussão da competitividade, Machado-da-Silva e Barbosa (2002) salientam, todavia, que esta não deve ser limitada às noções de desempenho ou de eficiência operacionais, balizadas por uma visão tecnicista. Segundo os autores, deve-se considerar, também, as dimensões contextuais, que são estabelecidas não somente por meio de fatores econômicos, mas, sobretudo, por componentes simbólicos. Assim, busca-se a conciliação entre padrões concorrenciais e padrões institucionais, considerando que as organizações

5. Fatores de competitividade da cadeia produtiva

são afetadas por exigências de ordem técnica, mas, também por pressões de outras organizações e, principalmente, da sociedade em geral, para que suas ações sejam condizentes aos padrões de conduta socialmente valorizados no ambiente em que atuam.

Assim, considerando a produção artesanal no Espírito Santo como entidade de análise, tendo em mente a sua cadeia produtiva³⁷ como referência para o estabelecimento das variáveis técnicas e conceituais observadas, a seguir são apresentados os fatores condicionantes da competitividade do artesanato. Estes fatores estão segmentados segundo caráter: empresarial, estrutural e sistêmico.

5.1.1. Fatores Empresariais

Os fatores empresariais, que guardam relação direta com as características e conduções dos empreendimentos artesanais no estado do Espírito Santo, trazem informações sobre o estilo empresarial, as estruturas e recursos disponíveis, o conhecimento empregado, a qualidade dos produtos, dentre outros aspectos, conforme se visualiza no Quadro 6.

Quadro 6 | Resumo dos Fatores Empresariais do Setor Artesanal no Espírito Santo

Fatores	Descrição
Formalização	Observa-se que a maioria dos artesãos e entidades do Espírito Santo encontra-se formalizada de acordo com as possibilidades do setor (MEI, Carteira Nacional do Artesão, Associações), que condicionam comprovação profissional e de renda, emissão de notas fiscais, circulação de mercadorias e participação gratuita em determinados eventos. Todavia, verifica-se que há dúvidas e lacunas nas informações relativas aos direitos previdenciários e implicações das diferentes formalizações. No que concerne às associações, a atualização de estatuto, o pagamento de encargos e outras questões contábeis são pontos críticos.
Estrutura e relações de trabalho	Para os artesãos, a atividade conjuga o trabalho ao prazer. A residência é o principal espaço de produção e a mão de obra auxiliar predominante é familiar. Por um lado, pode representar baixo custo, adaptabilidade, integração e agregação de valor pelo aspecto afetivo, por outro, pode influenciar na acentuação do caráter doméstico da atividade. Ademais pode ter implicações, por exemplo, em dificuldades na determinação dos custos de produção e no planejamento, assim como, interferências na produção em razão de conflitos pessoais e/ou enfermidades.

³⁷ Descrita sob quatro etapas centrais: pré-produção, criação/produção, promoção/divulgação e comercialização/consumo.

Fatores	Descrição
Recursos Financeiros	O artesanato ainda enfrenta dificuldades para consolidar-se como principal fonte de renda. Enquanto atividade secundária e complementar, os artesãos não costumam investir. Há distinções mais evidentes entre trabalhadores individuais e associações no que se refere às oportunidades e práticas para obtenção de recursos. Quando julgam necessário, os artesãos individuais tendem a recorrer a empréstimos com parentes, ainda que linhas de crédito estejam disponíveis para a categoria. No caso das associações, apontam-se as oportunidades junto às empresas privadas de médio e grande porte, através de patrocínio a projetos, assim como as leis de incentivo e fundos culturais nas esferas municipais, estaduais e federais, que são pouco exploradas.
Conhecimento	Os artesãos dominam suas técnicas produtivas e detêm conhecimento das dinâmicas e configurações atuais do setor. Há, todavia, em alguns casos conhecimento superficial das histórias e elementos das culturas locais.
Processo produtivo e inovação	A produção é autônoma, com ritmo e características próprias, e as decisões centralizadas sob o artesão, ainda que a participação de familiares na produção esteja eventualmente presente. A disposição para inovação é percebida apenas nas etapas de pré-produção e criação, como o desenvolvimento de novos produtos e experimentação de matérias-primas. Entretanto, não é visualizada nas etapas de promoção e comercialização.
Imagem/ Aspectos diferenciais	A imagem do artesanato capixaba está em processo de projeção, baseada, principalmente em estudos de iconografia local e redesenho da produção existente. Todavia, identidades coletivas de grupos étnicos e tradicionais ainda são pouco desenvolvidas enquanto aspectos diferenciais comunitários, assim como o fortalecimento de memórias e valorização dos mestres locais. A diversidade natural e cultural do estado são aspectos relevantes de diferenciação.
Imagem/ Aspectos diferenciais	Poucas ações são identificadas, quer sejam individuais ou coletivas. Em âmbito institucional, as publicações lançadas, como o catálogo do Brasil Original, contribuem para visibilidade dos produtos entre lojistas, todavia é pouco atraente para consumidores finais, dada a ausência de informações históricas e processuais dos produtos ofertados. Há uma publicação estadual mais robusta, lançada em 2010, que já não tem circulação, entretanto, seu conteúdo poderia ser veiculado em outros meios. Eventualmente tem-se matérias de mídia espontânea. Quanto às práticas dos artesãos, nota-se que não há atenção para questões de promoção do produto, falta aptidão com as ferramentas digitais e tempo disponível para gestão. De modo similar, as ações de promoção e divulgação efetuadas pelas lojas do Artesanato Capixaba ainda são incipientes e deficitárias do ponto de vista estratégico para aumento das vendas e visibilidade dos produtos.
Relação com o público alvo	Há desconhecimento sobre as características do público alvo. Dentre as percepções existentes, estão a de que o público consumidor local não valoriza o produto artesanal.

Fonte: Elaboração própria: de MDIC (2018)

5.1.2. Fatores Estruturais

Dentre os fatores estruturais, listam-se questões relativas ao mercado, como oferta, demanda e concorrência, assim como perspectiva de perpetuação e sustentabilidade da atividade, que estão especificadas no Quadro 7.

Quadro 7 | Resumo dos Fatores Estruturais do Setor Artesanal no Espírito Santo

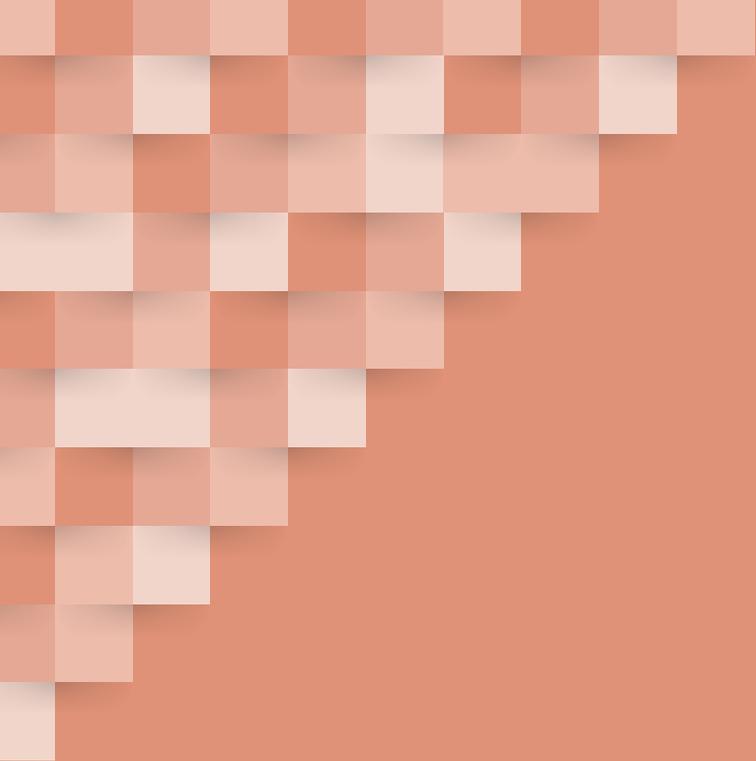
Fatores	Descrição
Mercado	Há poucas iniciativas de conhecimento e exploração de mercados paralelos ao artesanal, como, por exemplo, de moda e decoração.
	Interrupções na disponibilidade de matéria prima natural devido a alterações ambientais relacionadas a diversos fatores como sazonalidade, crimes ambientais, desastres naturais, estabelecimento de áreas de proteção, etc.
	Há pouco conhecimento disponível sobre possibilidades de exportação.
Custo e Precificação	Em geral, adotam fórmulas de precificação aprendidas em consultorias. Há preços diferenciados para lojistas.
Oferta	Apresentam baixa escala produtiva, com baixa capacidade de atendimento da demanda existente.
Demanda	A lógica de consumo local não privilegia os produtos artesanais capixabas.
Concorrência	Existem concorrências em diferentes níveis. Concorrência interna: em que os artesãos capixabas se colocam como competidores entre si e não como parceiros, resultando em pouca cooperação. Concorrência externa: em que se apontam estados vizinhos e produtos artesanais de maior tradição no mercado nacional. Concorrência com substitutos: produtos industrializados, falsificados e fruto de trabalho ilegal.
Transferência de saberes	Há dificuldades nos processos de transmissão das técnicas para as novas gerações, onde se aponta tanto o desinteresse dos mais jovens por tradições, quanto pela falta de oportunidade de contato e experimentação. Em muitos casos não se tem perspectiva de continuidade do artesanato.
Sustentabilidade da atividade	Apesar de muitas práticas sustentáveis serem identificadas, verificam-se tensões em relação às licenças para extração da matéria-prima. Há também dificuldade de comprovação da prática sustentável, demandando uma certificação de origem das matérias-primas reutilizadas.

5.1.3. Fatores Sistêmicos

Nos fatores sistêmicos, as políticas nacionais e locais têm papel central e refletem, também, os desempenhos institucionais e as práticas sociais de consumo. O Quadro 8 apresenta o resumo dos fatores sistêmicos relativos ao setor artesanal no Espírito Santo.

Quadro 8 | Resumo dos Fatores Sistêmico do Setor Artesanal no Espírito Santo

Fatores	Descrição
Políticas Nacionais	O PAB atua nacionalmente e constitui-se como importante mecanismo para desenvolvimento do setor.
	Existem representações políticas em nível nacional em defesa da classe.
	Necessidade de aprimoramento das bases de dados existentes.
	Incerteza com os novos rumos das políticas traçadas em nível nacional em relação ao artesanato.
Políticas Estaduais	Apesar do histórico recente de desenvolvimento do setor no estado, as periódicas alterações no quadro gerencial aumentam o risco de descontinuidade das políticas e ações voltadas ao artesanato. Aprimoramento dos critérios e da transparência nos processos de seleção.
Instituições Estaduais	Desarticulação entre pastas estaduais como turismo, desenvolvimento econômico, cultura e escassez de informações. Ausência de instâncias específicas voltadas ao artesanato em âmbito municipal.
Práticas de Consumo	Em âmbito nacional, segundo pesquisa da Akatu (2018), o consumidor brasileiro tem demonstrado mais interesse por caminhos sustentáveis do que consumistas. Entretanto, há um alarmante desconhecimento sobre o que são produtos sustentáveis. Dentre os que possuem repertório sobre os produtos, tem-se questionamentos relativos ao preço – em geral mais caros. Deste modo, o estudo aponta a necessidade de superação de barreiras relacionadas a preço e percepções em relação a durabilidade, benefícios coletivos, ambientais e sociais dos produtos sustentáveis.



6

Proposições e
diretrizes para
políticas públicas

As discussões empreendidas até este tópico propositivo, seguiram um percurso iniciado pela exposição dos conceitos e classificações que norteiam o setor artesanal nacional e que dão as bases para as definições e diretrizes de atuações governamentais, assinalando, assim, as perspectivas adotadas no Espírito Santo. Em seguida, foram apresentadas as instituições atuantes, considerando os níveis nacionais e locais, com ênfase na esfera pública e nos marcos regulatórios, mas apontando, também, iniciativas da esfera privada e do terceiro setor que integram e desenvolvem práticas que dinamizam o setor.

Posteriormente, delineou-se a cadeia produtiva do artesanato capixaba, na qual a complexidade do setor é explicitada, dada principalmente pela diversidade e interdependência das suas etapas produtivas. Isto posto, o trabalho de diagnóstico, concentrado sobre a base de dados extraída do Sicab e contando, também, com indicadores, questionários, entrevistas e observações como fontes complementares, trouxe um panorama da atividade no Espírito Santo. Apresentou-se o mapeamento e a caracterização dos produtores e dos produtos artesanais no estado, com informações que foram do perfil socioeconômico dos trabalhadores, aos tipos de artesanato produzidos no estado e suas dinâmicas de produção e comercialização.

Vale ressaltar que, enquanto metodologia de pesquisa aplicada, o foco se manteve no levantamento da conjuntura geral do setor de artesanato com vistas à promoção do seu desenvolvimento como um todo. Cabe, portanto, para perspectivas futuras, olhares mais minuciosos, com abordagens principalmente qualitativas, capazes de trazer à tona aspectos de natureza subjetiva dos diferentes tipos de artesanato produzidos no estado e seus atores.

Assim, retomando o objetivo central da Pesquisa Aplicada ao Plano ES Criativo, a realização do diagnóstico visou prover informações que auxiliem na formulação de políticas públicas para o pleno desenvolvimento do setor artesanal no estado. Importante atividade na geração de renda e empregabilidade no Espírito Santo, o artesanato está presente em todas as microrregiões do estado (MDIC, 2018), e se faz relevante como instrumento para valorização de territórios e potenciais criativos regionais.

Em continuidade aos objetivos, em três encontros realizados em diferentes municípios do estado, buscou-se refletir as

especificidades locais e construir coletivamente propostas que impulsionem o desenvolvimento do setor. Assim, os fatores de competitividade da cadeia produtiva do artesanato no Espírito Santo, bem como suas potencialidades e entraves, foram levantados e discutidos de modo que, em cada encontro, traçou-se uma análise do cenário. Isto culminou em: a) a elaboração de visão para o setor nos próximos dez anos; b) a construção de uma matriz FOFA³⁸; c) a proposição de programas e políticas públicas.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a visão construída ressaltou o caráter profissional da atividade, os espaços de comercialização e a necessidade apoios institucionais para valorização do setor:

O setor Artesanal capixaba, em 2028, será reconhecido como campo profissional, com acesso a espaços de comercialização dentro e fora do estado, contando com o apoio contínuo das instituições para que o produto e o produtor sejam valorizados pela sociedade capixaba (OFICINAS, 2018).

No município de Linhares a atenção para o apoio e reconhecimento da produção artesanal local também é apontada, juntamente com a rentabilidade da atividade:

O Setor Artesanal Capixaba, em 2028, será reconhecido pelos seus produtos, com uma geração de renda justa, pela sua criatividade e originalidade, tendo amplo apoio dos municípios (OFICINAS, 2018).

Na capital, Vitória, a noção da sustentabilidade é recobrada, tanto econômica, quanto ambiental:

O Setor Artesanal Capixaba, em 2028, será ambiental e economicamente sustentável, de modo que haja divulgação para valorização e reconhecimento dos produtos e seus produtores com disponibilidade de locais adequados e permanentes de comercialização (OFICINAS, 2018).

Notadamente, as visões são convergentes e apontam perspectivas de superação dos principais entraves incidentes sobre o setor atualmente: a desvalorização do produto artesanal, a insuficiência dos espaços e a sazonalidade das oportunidades de comercialização e, sobretudo, a realidade socioeconômica do artesão que, apesar da dedicação ao trabalho, ocupa as esferas mais baixas de remuneração. Para além, as visões perfilham, também, os papéis institucionais de suporte ao desenvolvimento.

³⁸ Do inglês SWOT: Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. Significado: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

6.1. Análise da matriz FOFA

Assim, diante do exposto, visando oferecer rumos para atuação das políticas públicas que corroborem com os futuros expectados para o setor artesanal no Espírito Santo, apresenta-se a síntese das matrizes FOFA construídas coletivamente e, em seguida, as propostas esboçadas durante as oficinas de planejamento. As matrizes resultantes de cada encontro foram agrupadas e estão representadas no quadro 9:

Quadro 9 | Matriz FOFA do setor artesanal do Espírito Santo

FORÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cenário de instituições de apoio atuantes 2. Diversidade cultural capixaba 3. Processo de formação de novos artesãos 4. Crescimento de Feiras e pontos de venda 5. Projetos voltados para o setor como Brasil Original 6. Ampliação da renda percebida pelos trabalhadores do setor 7. Promoção do artesanato conceitual 8. Aumento do interesse dos jovens pelo setor artesanal 9. Incentivos pontuais à participação nas feiras de artesanato por meio de editais 10. Incentivos pontuais para profissionalização do artesão por meio da carteira do artesão e capacitações 11. Lojas do Artesanato Capixaba (Horto e Shopping)
FRAQUEZAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldades de obtenção de algumas matérias primas 2. Dificuldades com recursos humanos para atendimento local 3. Desarticulação interna do setor 4. Falta de divulgação e promoção 5. Falta de conhecimento tecnológico 6. Falta de informação e dificuldade de acesso aos mecanismos de exportação 7. Desconhecimento de assuntos contábeis pelas associações de artesãos 8. Falta de participação efetiva das prefeituras 9. Falta de interesse das novas gerações das famílias no aprendizado das técnicas 10. Políticas públicas inacessíveis ao artesão 11. Renda muito baixa do artesão 12. Falta de espaços para a produção 13. Falta de originalidade nos produtos 14. Falta de apoio institucional, principalmente municipal, para comercialização em espaços e eventos de grande circulação 15. Falta de informação sobre as formas de acesso aos mercados e eventos 16. Pouca proatividade dos artesãos na promoção e divulgação dos seus produtos 17. Pouca atenção dos artesãos para aspectos de embalagem e apresentação do produto 18. Falta de postura e comprometimento profissional entre alguns artesãos 19. Falta de conhecimento das normas que regulamentam a atividade 20. Desconhecimento da história regional 21. Desconhecimento por parte dos servidores municipais das diretrizes, normativas e oportunidades do setor artesanal. 22. Baixa capacidade de produção para atender a demanda de lojistas

OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none">1. Turismo no Espírito Santo2. Parcerias com arquitetos e designers de renome3. Parcerias com agências de turismo e intercâmbio4. Parceria com restaurantes, pousadas, etc.5. Parcerias com instituições de ensino superior6. Revolução digital7. Exportação (campo a ser conquistado)8. Inserção de projetos no orçamento participativo das prefeituras municipais9. Feira de Negócios como mármore e granito10. Editais de Cultura Municipais11. Capacitações oferecidas pelo Sebrae12. Novas possibilidades de transformação das matérias-primas regionais
AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none">1. Concorrência desleal de produtos falsificados ou esteticamente copiados2. Concorrência dos produtos industrializados3. Crise econômica e alta taxa de desemprego da população4. Escassez e embargos na extração das matérias primas naturais5. Falta de conhecimento por parte dos artesãos das oportunidades do setor artesanal6. Taxas para participação em eventos e espaços de comercialização7. Falta de conhecimento e articulação local8. Rotatividade dos representantes e dificuldade na continuidade das políticas voltadas para o setor9. Público capixaba não consome e não valoriza o produto artesanal local

O cenário de oportunidades traçado, aponta para articulações, parcerias e conquista de novos mercados. As ameaças vem revelando, sobretudo, a necessidade de ressignificação do produto artesanal frente ao consumo de massa globalizado. Ainda que diante de problemáticas latentes no que tange as relações entre artesão, mercado e poder público local, é notória a percepção, pela classe artesã, dos avanços obtidos ao longo dos anos com ações e incentivos que têm fortalecido o setor.

Oriundas das reflexões sobre os quadrantes das matrizes FOFA apresentadas, propostas foram esboçadas e, para melhor esquematização, agrupadas segundo temáticas recorrentes.

Os quadros a seguir apresentam as diretrizes coletadas durante a pesquisa, e ao final apresentam os principais elementos da matriz FOFA as quais as propostas se relacionam. O Quadro 10 apresenta as proposições de políticas públicas mediante apoios institucionais e aspectos regulatórios.

Quadro 10 | Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas aos apoios institucionais e aspectos regulatórios

PROPOSTA	OBJETIVO
Programa Municipal de Artesanato	Aumentar o apoio municipal sobre a atividade artesanal local, envolvendo: a) Incentivo à participação dos jovens para o trabalho artesanal; b) Apoio à criação de feiras municipais periódicas; c) Fomento à participação de artesãos em feiras e eventos da classe fora do município, através de auxílios para passagem, alimentação, hospedagem, etc.; d) Cessão de móveis e imóveis para associações artesanais.
Lei municipal de Artesanato	Construir diretrizes gerais para atuação municipal, pautando o artesanato enquanto valor cultural local.
Emendas Parlamentares	Aumentar os recursos disponíveis para o desenvolvimento de ações no setor por meio da articulação junto à Câmara de Deputados Estaduais para pleitear recursos de emendas parlamentares.
Conselho Deliberativo Estadual do Artesanato	Ampliar a participação dos artesãos junto à Gerência de Artesanato na execução das políticas para o setor. Buscando, por exemplo, a diversificação dos participantes das Feiras e a maior divulgação das ações do setor artesanal.
Política de Transporte de mercadorias	Promover de forma justa, com responsabilidade e critérios pré-definidos, a utilização dos caminhões cedidos pelo PAB para o Artesanato Capixaba. Considerado como instrumento de extrema importância para o desenvolvimento e escoamento dos produtos artesanais, a proposta sugere a elaboração de um fundo para os gastos de uso, o estabelecimento de uma comissão que zele por sua manutenção e controle, bem como a criação de uma rota estadual periódica para o transporte de produtos para a capital, por exemplo, para abastecimentos a lojas locais ou redespachos se forem individuais. Além de outras rotas coletivas para eventos e feiras que não sejam apenas as patrocinadas pela secretaria estadual ou pelo PAB nacional.
PRINCIPAIS ASPECTOS DA MATRIZ FOFA	
Falta de apoio institucional, principalmente municipal, para comercialização em espaços e eventos de grande circulação. (Fraqueza)	
Desconhecimento por parte dos servidores municipais das diretrizes, normativas e oportunidades do setor artesanal. (Fraqueza)	
Rotatividade dos representantes e dificuldade na continuidade das políticas. (Ameaça)	
Falta de participação efetiva das prefeituras. (Fraqueza)	
Renda baixa dos produtores e pouco recurso disponível para investimento. (Fraqueza)	

O Quadro 11 expõe a presença institucional e política enquanto fatores preponderantes para o desenvolvimento do setor. Regulamentação e fomento à atividade, apoio municipal e representatividade setorial foram pautas recorrentes que visam superar os entraves relativos a descontinuidade das políticas para o setor, assim como, a garantia de recursos e instrumentos incentivadores.

Quadro 11 | Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas à aspectos de articulação setorial

PROPOSTA	OBJETIVO
Evento integrativo de associações e cooperativas artesanais	Fortalecer a articulação e a troca de experiências entre associações e cooperativas intermunicipais, através de evento integrativo.
Encontro Municipal e/ou Estadual de Artesãos	Promover, por meio de encontro periódico, a troca de experiências e a discussão de demandas e perspectivas entre os artesãos.
PRINCIPAIS ASPECTOS DA MATRIZ FOFA	
Desarticulação interna do setor. (Fraqueza)	
Falta de informação sobre as formas de acesso aos mercados e eventos. (Fraqueza)	
Falta de espírito colaborativo entre os artesãos. (Fraqueza)	
Falta de conhecimento e articulação local. (Fraqueza)	
Desconhecimento das normas que regulamentam a atividade. (Fraqueza)	
Processo de formação de novos artesãos. (Força)	
Incentivos pontuais para profissionalização do artesão por meio da carteira do artesão e capacitações. (Força)	

O ofício artesanal, como uma atividade contrária a divisão do trabalho e reflete expressões individuais e/ou comunitárias, por vezes, esbarra, também, na dificuldade de articulação entre os produtores. Entretanto, as perspectivas e experiências distintas com relação ao fazer artesanal podem potencializar o setor quando compartilhadas. Deste modo, as propostas do Quadro 11 foram elaboradas visando superar a falta de integração e fortalecer profissionalmente a categoria.

Quadro 12 | Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas à capacitação

PROPOSTA	OBJETIVO
Programa de capacitação na área de marketing e vendas	Desenvolver habilidades de vendas nos artesãos, com ênfase em relacionamento com clientes e estratégias de promoção dos produtos, por meio de oficinas práticas.
Programa de Consultoria contábil para associações artesanais	Auxiliar na formalização e manutenção da regularidade tributária das entidades do setor, bem como orientar sobre gestão e captação de recursos, com vistas à estruturação e fortalecimento das associações artesanais.
Programa de inclusão digital de artesãos e comunidade	Capacitar o artesão, familiares e/ou comunidade interessada para criação e manutenção de canais de venda e/ou divulgação online dos produtos locais, por meio de parcerias com instituições de ensino.
PRINCIPAIS ASPECTOS DA MATRIZ FOFA	
Dificuldades com recursos humanos para o atendimento local. (Fraqueza)	
Desconhecimento de assuntos contábeis. (Fraqueza)	
Falta de conhecimento tecnológico. (Fraqueza)	

No Quadro 12 nota-se que a prioridade de capacitação para o setor artesanal no Espírito Santo, volta-se não para o aperfeiçoamento técnico, mas para a relação com o mercado e com os trâmites organizacionais como finanças e contabilidade.

Quadro 13 | Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no Espírito Santo relativas a aspectos de comercialização e nichos de mercado

PROPOSTA	OBJETIVO
Rota do Artesanato	Promover a articulação entre o artesanato e o setor turístico, enfatizando o turismo de experiência, por meio da criação de um roteiro nos locais de produção e comercialização do artesanato capixaba. Outra possibilidade é a inclusão destes espaços nos roteiros regionais já existentes e o incentivo à rede hoteleira e restaurantes para o uso e identificação do artesanato local entre os itens de utensílio e decoração do estabelecimento.
Feiras Municipais de artesanato	Criar pontos permanentes de comercialização do artesanato voltados ao público local, com baixo custo de participação e curadoria focada em produtos genuinamente artesanais e representativos da cultura local.
Sinalização dos pontos de produção e/ou comercialização dos produtos artesanais.	Aumentar a visibilidade e o fluxo de pessoas nos espaços e locais de produção artesanal, alinhando junto ao órgão municipal competente a inserção de sinalização e placas indicativas quando da existência de pontos de comercialização, ateliers, associações, etc. relacionados ao artesanato local.

6. Proposições e diretrizes para políticas públicas

Incentivo à criação de feiras específicas para alguns segmentos potenciais.	Promover segmentos específicos do meio artesanal, através de apoio na realização de feiras e outros eventos. Ex: Cutelaria, lutheria, joalheria artesanal, etc.
PRINCIPAIS ASPECTOS DA MATRIZ FOFA	
Poucas oportunidades em eventos locais de comercialização. (Ameaça)	
Oportunidade junto ao setor turístico. (Oportunidade)	
Sazonalidade das grandes feiras nacionais e necessidade de atingir o público local. (Fraqueza)	
Parcerias com agências de turismo e intercâmbio, restaurantes, pousadas, etc. (Oportunidade)	
Concorrência desleal de produtos falsificados ou esteticamente copiados (Ameaça)	

A comercialização é o aspecto mais recobrado no âmbito do setor artesanal capixaba. As indicações do Quadro 13, avançam na discussão e propõem a inserção do artesanato com protagonismo nos circuitos turísticos, assim como, a segmentação de eventos e busca por nichos específicos para promoção do produto artesanal.

Quadro 14 | Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no ES relativas a aspectos de visibilidade em meios digitais

PROPOSTA	OBJETIVO
Mapa digital do artesanato Capixaba	Inspirado no mapa digital do Circuito ArtES, promovido pelo IADES, o objetivo é mapear artesãos, ateliers, feiras e outras iniciativas voltadas ao artesanato, disponibilizando on-line a localização, foto, contato, redes sociais e demais informações que facilitem a identificação e promoção estes espaços e eventos.
Vitrine Digital do artesanato capixaba	Consolidar um site institucional permanente do artesanato do estado, com fotos dos produtos e informações dos artesãos e associações de modo que facilite a promoção, identificação e comunicação com os produtores. Ex: Portal do Artesanato Mineiro.
Portal do Artesão	Estabelecer um canal objetivo e dinâmico de comunicação de assuntos de interesse dos artesãos do estado. Com conteúdo relacionado a oportunidades de feiras e outros editais, dúvidas frequentes, reportagens, fotos, etc.
PRINCIPAIS ASPECTOS DA MATRIZ FOFA	
Falta de divulgação e promoção. (Fraqueza)	
Setor Turístico. (Oportunidade)	
Falta de informação sobre as formas de acesso aos mercados e eventos. (Fraqueza)	
Revolução digital. (Oportunidade)	
Pouca proatividade dos artesãos na promoção e divulgação dos seus produtos. (Fraqueza)	

A promoção e ampliação da visibilidade do artesanato capixaba, principalmente em meios digitais, são propostas no Quadro 14. Além disso, as iniciativas listadas intentam canalizar e dinamizar informações relativas ao setor.

Quadro 15 | Proposições de políticas públicas para o Setor Artesanal no ES relativas a aspectos de identidade e tradição do artesanato

PROPOSTA	OBJETIVO
Projeto de Saberes e Fazer	Promover a valorização dos saberes tradicionais e contribuir à formação de público e conscientização para o consumo dos produtos locais e artesanais. A proposta consiste no estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, tanto para realizar visitas das crianças e adolescentes em oficinas e ateliers, como, principalmente, promover oficinas e bate-papos com os mestres nas escolas, com remuneração para os ministrantes. Pretende-se, também, incluir temáticas como cultura popular e artesanato no currículo escolar do estado. Além disso, pretende-se viabilizar condições legais de contratação de mestres e outros artesãos com vistas o aperfeiçoamento de técnicas das unidades produtivas do estado.
Centro de Referência do Artesanato	Instituir um espaço permanente de promoção do artesanato capixaba, voltado não apenas à comercialização, como também à valorização dos produtos, artesãos e das identidades regionais, oferecendo ao público local e turistas, informações históricas, acervo artesanal, livros e publicações, exposições, oficinas, eventos transversais, etc.
PRINCIPAIS ASPECTOS DA MATRIZ FOFA	
Aumento do interesse dos jovens pelo setor artesanal. (Oportunidade)	
Ausência de cultura de consumo e valorização do produto artesanal pela população capixaba. (Fraqueza)	
Concorrência dos produtos industrializados. (Ameaça)	
Desconhecimento da história regional. (Fraqueza)	
Diversidade Cultural Capixaba. (Força)	

Por fim, a última temática, representada no Quadro 15, traz proposições que dialogam com o artesanato enquanto campo identitário e cultural, reiterando a criação de espaços e ações para sua difusão e preservação, bem como, a valorização dos saberes inerentes às práticas tradicionais.

6.2.Considerações Finais

As propostas levantadas visaram, sobretudo, contornar as fraquezas e ameaças identificadas pelos atores do setor. Conforme exposto, os campos prioritários estão relacionados aos apoios institucionais e regulamentação da atividade em âmbito municipal, à articulação e fortalecimento intrassetorial, à capacitação para gestão e vendas, aos espaços de comercialização e acesso a novos mercados, a visibilidade dos produtos e, por fim, a valorização das tradições. Para além, ou mesmo enquanto pontos relacionáveis, outros aspectos também foram recorrentes e assinalados dentre as oportunidades e entraves do setor no estado, contudo, não chegaram a compor propostas específicas. Em todo caso, constituem-se como questões que devem ser pautadas e refletidas quando do planejamento das ações a serem instituídas.

Dentre estas, estão as oportunidades a serem potencializadas como as grandes feiras e eventos nas áreas de mármore e granito, moda, gastronomia, etc. Sobressalta-se o turismo de negócios, o mercado corporativo, as agências de viagens e a agenda de eventos públicos estaduais como campos e parceiros a serem explorados. Ainda em termos de comercialização, o mercado externo também foi pontuado, marcado. Entretanto, o destaque se deu pela deficiência de informações no que se refere aos processos de exportação.

No âmbito dos recursos disponíveis, oportunidades foram identificadas como o mecanismo dos orçamentos participativos, o qual é adotado por alguns municípios do estado, assim como os recursos dos fundos de cultura municipais e estaduais, que podem fortalecer iniciativas independentes no setor através dos editais públicos. Em ambos, entretanto, há que se reiterar a importância cultural e econômica do artesanato, estreitando o diálogo entre as pastas e, sobretudo, incluindo explicitamente o artesanato dentre os segmentos a serem contemplados por estas políticas.

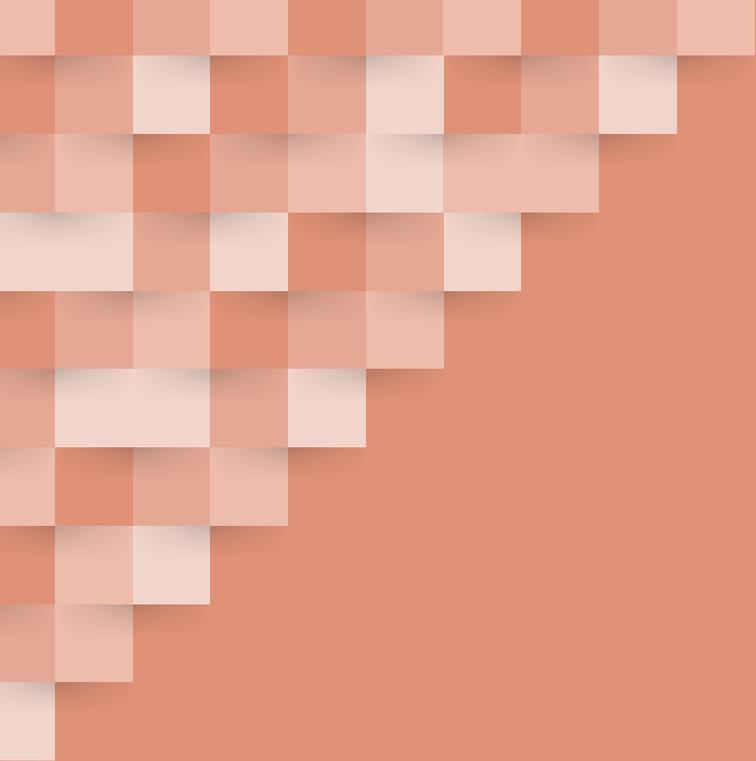
Relacionadas aos insumos, foram pautadas, também, problemáticas na obtenção de algumas matérias-primas naturais, quer seja pela diminuição da disponibilidade no próprio meio ambiente, que pode acarretar em embargos e regulamentações nos processos de extração, quer seja na dificuldade de atestar a origem das matérias-primas oriundas de reaproveitamento. Ainda sobre os insumos, e visando superar, por exemplo, a escassez de alguns itens e/ou a falta

de originalidade de determinados produtos no estado, discutiu-se, também, a necessidade de inovação e exploração de materiais e técnicas, no intuito de reaproximar os processos produtivos às realidades e cultura do local em que se desenvolvem. De modo geral, visualizam-se aspectos da sustentabilidade que carecem de estruturação e bases legais compatíveis com a atividade do setor, capazes de fomentar práticas viáveis ambiental e economicamente.

Por fim, relativo ao perfil do artesão capixaba, pontuam-se dificuldades em equilibrar o caráter espontâneo e, por vezes, a visão economicamente despreziosa da atividade com seu caráter profissional. No cenário local, em que coexistem ambas perspectivas, um dos desafios, segundo aspectos pontuados enquanto fraquezas, é suplantar a falta de credibilidade no setor, o baixo engajamento e pró-atividade dos próprios artesãos, exibindo oportunidades e desenvolvendo capacidades empreendedoras naqueles trabalhadores que depositam sobre o artesanato expectativas de trabalho e renda. Em todo caso, identifica-se que, quer seja pontuado enquanto ofício, quer seja como herança ancestral, *hobby* e/ou terapia, a atividade artesanal carrega sem dualismo, mas, com pesos distintos, as esferas da economia e da cultura.

Perlustrando o desenvolvimento do setor no âmbito da Economia Criativa, cabe abalizar as ações com vista à promoção da equidade destas esferas. Deste modo, viabilizar que as tradições ampliem seus meios de salvaguarda e seus atores encontrem o apoio necessário para a perpetuação da atividade sob condições sociais dignas. E, por outro lado, se pluralizem as estratégias, os agentes e as perspectivas de atuação no setor, em busca da geração de valor econômico, baseada na diversidade cultural e no desenvolvimento regional.

Assim, direcionando-se às considerações finais do diagnóstico realizado, reitera-se que as proposições apresentadas acima constituem-se como diretrizes gerais, extraídas dos encontros com os próprios trabalhadores do setor, cabendo, portanto, em posterior, o trabalho de priorização, de detalhamento, adequação e planejamento para que as ações sugeridas tenham consistência executiva. Acrescenta-se, ainda, que são imperativos o envolvimento e a articulação entre os atores e instituições atuantes, assim como a atenção para as possíveis alterações no ambiente, de modo a considerar que revisões podem ser necessárias em um momento futuro.



REFERÊNCIAS

- A GAZETA. De ponto em ponto a tradição de rendas sobrevive em Meaípe. p. 16, c.1–6, 2010.
- ABREU, C. Panela, caldeirão e frigideira: o o ofício das Panelleiras de Goiabeiras. **Revista TB**, 2001.
- ADERES. **Catálogo do Artesanato Capixaba**. Vitória: [s.n.].
- AKATU. **Panorama do Consumo Consciente no Brasil: desafios, barreiras e motivações**, 2018.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.
- ARTESOL. **ARTESOL: Artesanato Solidário**. Disponível em: <<http://www.artesol.org.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- ASTA. **Rede Asta**. Disponível em: <<http://redeasta.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BARROS, L. A. D. S. **Design e artesanato: as trocas possíveis**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro–PUC-RIO, 2006.
- BEZERRA, J.; BARBALHO, A. As Culturas Populares nas Políticas Culturais: uma disputa de sentidos. **pragMATIZES**, v. 5, n. 8, p. 68–81, 2015.
- BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011-2014**. Brasília/DF: Ministério da Cultura, 2011.
- BRASIL, M. **Plano Setorial do Artesanato 2016-2025**. 1. ed. Brasília: [s.n.].
- CERQUEIRA, L. S. Análise Dos Fatores De Competitividade Na Comercialização De Bens E Serviços Na Indústria Baiana De Software. **XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2013.
- CHITTI, J. F. **Artesania, Folklore y Arte Popular**. Ediciones ed. Buenos Aires: [s.n.].
- CNARTS. **A saga dos artesãos brasileiros, por valorização e respeito**. Disponível em: <<http://cnarts2.blogspot.com/p/fale-com-cnarts.html>>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: [s.n.].
- DIAS, C. **Panela de Barro Preta: A Tradição das Panelleiras de Goiabeiras, Vitória/ES**. Rio de Janeiro: Mauad X: FACITEC, 2006.
- EBC. **Pesquisa Data Popular: Escolaridade do Brasileiro**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-04/data-popular-escolaridade-do-brasileiro-sobe-8-pontos-percentuais-em-dez>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- FARIA, J. B. DE. **Negócios sociais e a criação de valor compartilhado: um estudo de caso**. [s.l.] Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.
- FIGUEIREDO, M. D. et al. Empreendedorismo feminino no artesanato: uma análise crítica do caso das rendeiras dos Morros de Mariana. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 14, n. 2, p. 110–123, 2015.

FJSN. Artesanato Capixaba: Uma arte em extinção. **Revista da Fundação Jones dos Santos Neves**, v. 3, n. 1, p. 9–17, 1978.

FUNARTE. **Atlas folclórico do Brasil - artesanato, danças e folguedos; Espírito Santo**. Rio de Janeiro: [s.n.].

FUNARTE. **Dar de comer: panelas de barro de Goiabeiras**. Rio de Janeiro: [s.n.].

GEOBASES. **Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multitransterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>

ILLUSTRATUS. História do artesanato. Porto Alegre: s/n, 2010. Disponível em: <<http://blogillustratus.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-artesanato.html>>.

INCAPER. **Cores da Terra: Pintando o Brasil**. Vitória/ES, 2014.

INCAPER. **Atuação do INCAPER no artesanato do ES - Resposta por e-mail**, 2018.

INPI. **Portal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/servicos/perguntas-frequentes-paginas-internas/perguntas-frequentes-indicacao-geografica>>.

IPHAN. **Dossiê Iphan: Ofício das Panelas de Goiabeiras**. 3. ed. Brasília/DF: [s.n.].

IPHAN. **Sabres do barro: ofício das panelas em Goiabeiras**. Belo Horizonte - MG Realização de Filmes de Quintal. Ministério da Cultura, 2015.

LINS, J. **O Congo no Espírito Santo: uma panorâmica das bandas de congo**. Vitória: EDUFES, 2009.

LOPES, A. T. **Piúma (ES) - “Cidade das Conchas”: Uma análise do artesanato como ícone de Patrimônio Local**. [s.l.] Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; BARBOSA, S. DE L. Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3, p. 7–32, 2002.

MACHADO, F. C. L. **O ordinário, as culturas e a gestão: um estudo sobre os processos de organizar no artesanato em Piúma (es)**. [s.l.] Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

MARQUES, M. D. S.; CALOTI, V. DE A. As panelas de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro. **Sociologia: Revista da Faculdade de letras da Universidade do Porto**, v. XXVI, p. 163–185, 2013.

MDIC. **Portaria SCS/MDIC nº29, de 5 de Outubro de 2010**, 2010.

MDIC. **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília/DF, 2012.

MDIC. **Portaria no 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018** **Diário Oficial da União**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25211486>

MEI. **Portal do Empreendedor**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MOURA, A. DE C. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://artesanatosustentavel.com.br/2014/01/patrimonio-imaterial/>>.

MTE. **Ministério do Trabalho: Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MUNIZ, G. D. **Panelas de Goiabeiras & Panelas de Guarapari: Limites e influências entre patrimônio cultural, artesanato e mercado**. [s.l.] Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

Normativa SETADES no 2 de 19 de agosto de 2010. Governo do Espírito Santo, , 2010. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-2-2010-es_126565.html>

OMPI. A propriedade intelectual e o artesanato tradicional. **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**, n. 5, p. 4, 2016.

PEROTA, CELSO; BELLING NETO, ROBERTO; DOXSEY, J. R. **Panelas de Goiabeiras**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RAIS. **Relatório Anual de Informações Sociais**, 2018. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>

RAMOS, S. P. Políticas e Processos Produtivos do Artesanato Brasileiro como Atrativo de um Turismo Cultural. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 1, p. 44–59, 2013.

RODRIGUES, L. H. **Transmissão Cultural E Mercantilização: Uma Etnografia Da Produção E Comercialização De**. Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Anais...Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SEBRAE/ES. **Brasil original artesanato: Espírito Santo**. Vitória: [s.n.].

SEBRAE. **Programa Sebrae de Artesanato: Termo de Referência**. [s.l.: s.n.].

SEBRAE. **Termo de Referência: Atuação do Sistema SEBRAE no Artesanato**. Brasília/DF: [s.n.].

SEBRAE. Pesquisa O Artesão Brasileiro. 2013a.

SEBRAE. Pesquisa com Comerciantes de Artesanato. p. 55, 2013b.

- SEBRAE. **Cartilha Sebrae do artesanato competitivo brasileiro**. Brasília/DF, 2016.
- SEBRAE. **Prêmio Sebrae Top 100 de artesanato**. Disponível em: <<https://www.top100.sebrae.com.br/rules.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- SEJUS. **Portal da Secretaria de Estado de Justiça**. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/Notícia/artesanato-produzido-por-internos-sera-exposto-na-feira-artesanto>>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- SENAC; SEBRAE/ES. **Mão e Obra: Artesanato no Espírito Santo**. Vitória/ES: [s.n.].
- SERAINÉ, A. B. M. DOS S. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- SERRANO, I. Rendeiras de Guarapari. **Paratodos**, 1958.
- SICAB. **Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro**. Disponível em: <www.sicab.mdic.gov.br>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- SILVA, N. B. P. **O Instituto Mauá e o Artesanato na Bahia: Análise das estratégias de fomento e promoção do Instituto e os entrelaces com a economia criativa**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2014a.
- SILVA, N. B. P.; FANTINEL, L. D. **Micropolíticas no cotidiano: produção de desigualdades e resistências na organização do congo capixaba**. Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. **Anais...** Curitiba: 2018
- SILVA, P. R. **Panelas de Goiabeiras: a transformação do barro**. Vitória: [s.n.].
- TRIBUNA. **Panelas de barro a partir de 3 reais**. 5 jul. 2013.
- TRIBUNA, A. **Tradição das panelas de barro a partir de R\$ 4**. 25 mar. 2015.
- VASCONCELLOS, J. G. M. A Construção Social-Histórica das Identidades Capixabas: Notas para uma Reflexão no Campo da Gestão. **EnEO**, p. 1–16, 2008.
- VEGA TORRES, D. R. Produção acadêmica sobre artesanato e artesãos no Brasil: interesses e posições no campo artesanal. In: **4o Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER**. Foz do Iguaçu: [s.n.]. p. 105–121.
- YANNOULAS, S. C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: FIG/CIDA, 2002.

ANEXOS

Tabela A1 | Rol de técnicas artesanais

1. AMARRADINHO/PUXADINHO/ESMIRRA
2. BOLEADO
3. BORDADO
3.1 APLICAÇÃO
3.2 ARPILHARIA
3.3 BOA NOITE
3.4 BOUVAIRE
3.5 CAMINHO SEM FIM
3.6 CASA DE ABELHA
3.7 CORRENTE OU CADEIA
3.8 CRIVO OU CONTADO
3.9 FILÉ
3.10 LABIRINTO
3.11 OITINHO
3.12 PONTO ABERTO
3.13 PONTO CHEIO
3.14 PONTO CRUZ
3.15 PONTO MATIZ
3.16 PONTO RETO
3.17 PONTO RUSSO/RÚSTICO
3.18 PONTO SOMBRA
3.19 REDENDÊ, RENDEDEPE, RENDA DE DEDO OU HARDANGER
3.20 RICHELIEU
3.21 ROCOCÓ
3.22 VAGONITE
3.23 XADREZ
4. CALADO/ VAZADO
5. CARPINTARIA
6. CARTONAGEM
7. CERÂMICA
7.1 FAIANÇA
7.2 GRÉS
7.3 PORCELANA
7.4 RAKU
7.5 TERRACOTA
7.6 TRADICIONAL

7.7 VIDRADO OU ESMALTE CERÂMICO
8. CINZELAGEM OU REPUXO
9. COMPOSIÇÃO DE IMAGEM EM AREIA
10. COSTURA
10.1 COSTURA
10.2 COSTURAFUXICO
10.3 COSTURAPATCHWORK
10.4 COSTURA- RETALHO
11. CROCHÊ
12. CURTIMENTO OU CURTUME ARTESANAL
13. CUTELARIA
14. DESIDRATAÇÃO
15. DOBRADURA OU ORIGAMI
16. ENTALHE/ENTALHAMENTO
16.1 ENTALHE EM CHIFRE E OSSO
16.2 ENTALHE EM COURO
16.3 ENTALHE EM MADEIRA
16.4 ENTALHE EM PEDRA
17. ESCULPIR
18. ESMERILHAMENTO
19. ESQUELETIZAÇÃO
20. FELTRAGEM
21. FERRARIA
22. FIAÇÃO
23. FILIGRANA EM METAL
24. FILIGRANA EM PAPEL OU QUILLING
25. FOLHEAÇÃO/DOURAÇÃO
26. FUNDIÇÃO
27. FUNILARIA/LATOARIA
28. FUSÃO (FUSING e VITROFUSÃO)
29. GRAVAÇÃO
29.1 GRAVAÇÃO EM LINÓLEO
29.2 GRAVAÇÃO EM METAL
29.3 GRAVAÇÃO EM VIDRO
29.4 LITOGRAFIA
29.5 PIROGRAFIA
29.6 XILOGRAFIA
30. LAPIDAÇÃO
31. LATONAGEM

32. LUTERIA
33. MAMUCABA
34. MARCENARIA
35. MARCHETARIA
37. MODELAGEM A FOGO
38. MOLDAGEM
39. MONTAGEM
40. MOSAICO
41. OURIVESARIA
42. PAPEL ARTESANAL
43. PAPEL MACHÊ
44. PAPIETAGEM
45. PINTURA
45.1 BATIQUE
45.2 BAUERNMALEREI
45.3 ENGOBE
45.4 ESMALTE
45.5 ESTAMPARIA
45.6 PÊSSANKA
45.7 PINTURA À MÃO LIVRE
45.8 PINTURA EM AZULEJO
45.9 PINTURA DE TERRA
45.10 PINTURA VITRAL
46. RECICLAGEM
47. RENDA
47.1 ABROLHO
47.2 BILRO
47.3 FRIVOLITÊ
47.4 GRAMPADA
47.5 GUIPURE OU GRIPIER
47.6 IRLANDESA
47.7 MACRAMÊ
47.8 RENASCENÇA OU RENDA INGLESA
47.9 TENERIFE OU NHANDUTI OU RENDA DO SOL
47.10 TURCA OU SINGELEZA
48. SAPATARIA
49. SELARIA
50. SERRALHERIA
51. TAPEÇARIA

52. TAXIDERMIA
53. TECELAGEM
54. TEÇUME
55. TORÇÃO EM METAL
56. TORNEAMENTO
57. TRANÇADO
58. TRICÔ
59. VITRAL
TÉCNICAS COMPLEMENTARES
01. REUTILIZAÇÃO
02. TINGIMENTO
03. PRENSAGEM

Fonte: MDIC (2018).

Tabela A2 | Relação de ocupações (CBO 2002) relativas à atividade artesanal

Código CBO	Descrição
752105	Artesão modelador (vidros)
752230	Lapidador de vidros e cristais
752305	Ceramista
752310	Ceramista (torno de pedal e motor)
752315	Ceramista (torno semi-automático)
752320	Ceramista modelador
752325	Ceramista moldador
752330	Ceramista prensador
752405	Decorador de cerâmica
752410	Decorador de vidro
752415	Decorador de vidro à pincel
752430	Pintor de cerâmica, a pincel
761303	Tecelão (redes)
761306	Tecelão (rendas e bordados)
761309	Tecelão (tear automático)
761312	Tecelão (tear jacquard)
761315	Tecelão (tear mecânico de maquina)
761318	Tecelão (tear mecânico de xadrez)
761321	Tecelão (tear mecânico liso)
761324	Tecelão (tear mecânico, exceto jacquard)

Código CBO	Descrição
761327	Tecelão de malhas, a máquina
761330	Tecelão de malhas (máquina circular)
761333	Tecelão de malhas (máquina retilínea)
761336	Tecelão de meias, a máquina
761339	Tecelão de meias (máquina circular)
761342	Tecelão de meias (máquina retilínea)
761345	Tecelão de tapetes, a máquina
765005	Confeccionador de artefatos de couro (exceto sapatos)
765010	Chapeleiro de senhoras
765015	Boneleiro
765215	Confeccionador de brinquedos de pano
765310	Costurador de artefatos de couro, a máquina (exceto ro upas e calçados)
765315	Montador de artefatos de couro (exceto roupas e calçados)
765405	Trabalhador do acabamento de artefatos de tecidos e couros
768105	Tecelão (tear manual)
768110	Tecelão de tapetes, a mão
768115	Tricoteiro, à mão
768120	Redeiro
768125	Chapeleiro (chapéus de palha)
768130	Crocheteiro, a mão
768205	Bordador, a mão
768210	Cerzidor
768305	Artífice do couro
768315	Costurador de artefatos de couro, a mão (exceto roupas e calçados)
768320	Sapateiro (calçados sob medida)
776405	Cesteiro
776410	Confeccionador de escovas, pincéis e produtos similares (a mão)
776420	Confeccionador de móveis de vime, junco e bambu
776425	Esteireiro
791105	Artesão bordador
791110	Artesão ceramista
791115	Artesão com material reciclável
791120	Artesão confeccionador de biojóias e ecojóias
791125	Artesão do couro
791130	Artesão escultor
791135	Artesão moveleiro (exceto reciclado)

Código CBO	Descrição
791140	Artesão tecelão
791145	Artesão trançador
791150	Artesão crocheteiro
791155	Artesão tricoteiro
791160	Artesão rendeiro
833205	Cartonageiro, a mão (caixas de papelão)

Fonte: CBO (2018).

Tabela A3 | Denominação de comunidades artesanais no Espírito Santo

DATA DA PORTARIA NO D.O.U	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	MUNICÍPIO
10/12/2004	ANGELIM, ANGELIM DISA, ANGELIM II, ANGELIM III E CÓRREGO DO MACUCO	CONCEIÇÃO DA BARRA
19/08/2005	LUZIENSES	SANTA LUZIA DO ITANHY
12/09/2005	MONTE ALEGRE	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
30/09/2005	RETIRO	SANTA LEOPOLDINA
30/09/2005	BOA ESPERANÇA E CACIMBINHA	PRESIDENTE KENNEDY
30/09/2005	LINHARINHO	CONCEIÇÃO DA BARRA
30/09/2005	SÃO JORGE	CONCEIÇÃO DA BARRA SÃO MATEUS
12/09/2005	SÃO DOMINGOS	CONCEIÇÃO DA BARRA SÃO MATEUS
12/05/2006	SÃO PEDRO	FUNDÃO IBIRAÇU SANTA TERESA
28/07/2006	SERRARIA E SÃO CRISTÓVÃO	SÃO MATEUS
13/12/2006	RODA D'ÁGUA	CONCEIÇÃO DA BARRA
13/12/2006	NOVA VISTA	SÃO MATEUS
13/12/2006	DILÔ BARBOSA	SÃO MATEUS
13/12/2006	CACIMBA	SÃO MATEUS
13/12/2006	COXI	CONCEIÇÃO DA BARRA
13/12/2006	CHIADO	SÃO MATEUS
13/12/2006	CÓRREGO SECO	SÃO MATEUS
13/12/2006	CÓRREGO DO SERTÃO	CONCEIÇÃO DA BARRA
13/12/2006	MATA SEDE	SÃO MATEUS
13/12/2006	BEIRA-RIO ARURAL	SÃO MATEUS
13/12/2006	SANTANINHA	SÃO MATEUS
13/12/2006	SANTANA	CONCEIÇÃO DA BARRA

DATA DA PORTARIA NO D.O.U	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	MUNICÍPIO
13/12/2006	CÓRREGO SANTA IZABEL	CONCEIÇÃO DA BARRA
13/12/2006	PALMITO	SÃO MATEUS
13/12/2006	DONA GUILHERMINDA	CONCEIÇÃO DA BARRA
13/12/2006	SÃO DOMINGOS DE ITAUNINHAS	SÃO MATEUS
27/12/2010	PEDRA BRANCA	VARGEM ALTA
27/12/2010	GRAÚNA	ITAPEMIRIM
18/05/2012	ALTO DO IGUAPE	GUARAPARI
07/04/2015	PORTO GRANDE	CONCEIÇÃO DA BARRA
07/04/2015	CÓRREGO DO ALEXANDRE	CONCEIÇÃO DA BARRA
20/05/2016	SÍTIO DOS CRIoulos	JERONIMO MONTEIRO
20/05/2016	DEGREDO	LINHARES
14/02/2017	SANTA LÚZIA	MONTANHA
12/06/2017	MORRO DA ONÇA	CONCEIÇÃO DA BARRA
08/02/2018	CÓRREGO DO SOSSEGO	GUAÇUÍ
11/04/2018	DIVINO ESPÍRITO SANTO	SÃO MATEUS

Figura A1 | Associações artesanais cadastradas no PAB



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Entidade

NOME	TIPO	UF	CIDADE
ACOLARTEC-ASSOCIACAO COLATINENSE DE	Associação	E	COLATINA
APROAC-ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE	Associação	S	CARIACICA
APROMAG ASSOCIACAO DOS PRODUTORES	Associação	E	GUARAPARI
ARTBOM- ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE BOM	Associação	S	BOM JESUS DO NORTE
ARTUFES - ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA	Associação	E	VITÓRIA
ASSANART-ASSOCIACAO ANCHIETENSE DE	Associação	S	ANCHIETA
ASSAORA - ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA	Associação	E	ARACRUZ
ASSARTI-ASSOCIACAO DOS ARTESÃOS DE	Associação	S	ANCHIETA
ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE ARTESÃO	Associação	E	VITÓRIA
ASSOCIAÇÃO CERAMISTA DO ESPIRITO SANTO	Associação	S	VITÓRIA
ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS	Associação	E	VITÓRIA
ASSOCIAÇÃO DE AGROINDUSTRIA E ARTES -	Associação	S	RIO NOVO DO SUL
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO CANELA VERDE	Associação	E	VILA VELHA
ASSOCIAÇÃO DE CERAMISTAS JACUI	Associação	S	SERRA
ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE VIANA	Associação	E	VIANA
ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS UNIDOS DO	Associação	S	SERRA
ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS E ARTESÃOS DA	Associação	E	SERRA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE	Associação	S	VITÓRIA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE	Associação	E	ANCHIETA
CAPIXABISSE ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO	Associação	S	VILA VELHA
CONSELHO PINHEIRENSE DO BEM ESTAR DO	Associação	E	PINHEIROS
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ARTESÃOS	Federação	S	GUARAPARI
NABOA- ASSOCIACAO DOS ARTESÃOS DO	Associação	E	ANCHIETA
PROJETOS MÃOS EM OBRA	Associação	S	VITÓRIA
PROJETOS MÃOS EM OBRA	Associação	E	VITÓRIA
RECICLA-REALIZAÇÃO COANSCIENTE	Associação	S	AFONSO CLAÚDIO
RODOARTE-ASSOCIACAO DOS ARTESOES DA	Associação	E	ARACRUZ

Além destas constantes no Sicab, foram identificadas, também, as associações CRIARTE e ARTEARA em Aracruz.

Tabela A4 | Quantitativo de produtos artesanais do ES por técnica utilizada, 2010-2018

Técnica	Nº de produtos	Técnica	Nº de produtos	Técnica	Nº de produtos
Crochê	2423	Carpintaria	34	Torção em metal	4
Montagem	1927	Gravação - Pirogravura	31	Cerâmica - grês	3
Bordado - Ponto cruz	1383	Pintura - Pátina	31	Cerâmica - porcelana	3
Bordado	667	Bordado - Matiz	28	Empalhamento/ Taxidermia	3
Bordado - Vagonite	666	Tecelagem	26	Filigrana	3
Modelagem	655	Ourivesaria	23	Pintura - Aerografia	3
Trançado	645	Renda - Labirinto ou Crivo ou Contado	22	Pintura - Tingidura	3
Colagem ou Papietagem	633	Fundição	20	Produção de papel reciclado	3
Costura - Fuxico	514	Dobradura	17	Renda	3
Costura	419	Pintura - Batiqúe	17	Boleado	2
Tricô	404	Gravação	16	Bordado - Filé	2
Bordado - Aplicação	370	Cartonagem	14	Cinzelagem	2
Reciclagem	341	Culinária típica	12	Cutelaria	2
Pintura	325	Funilaria/ Latoaria	11	Ferro Forjado	2
Costura - Patchwork (Quilting ou acolchoamento)	319	Cestaria	10	Infusão	2
Entalhe/Escultura	281	Renda - Bilro	10	Jateamento	2
Renda – Macramê	276	Bordado - Richilieu	9	Matelassê	2
Decoupage ou Revestimento	198	Cerâmica - terracota	9	Moldagem	2

Técnica	Nº de produtos	Técnica	Nº de produtos	Técnica	Nº de produtos
Bordado - Ponto cheio	157	Lapidação	9	Pintura - Estamparia	2
Bordado - Ponto caseado ou festonê	134	Cerâmica - olaria	8	Renda - Gripier	2
Bordado - Ponto russo	93	Customização	8	Vidrado	2
Mosaico	78	Serralheria	8	Bordado - Ponto boa noite	1
Amarradinho/Puxadinho	69	Renda - Tenerife ou Nhanduti ou Renda do Sol	7	Cerâmica - olaria vidrada	1
Marcenaria	60	Bordado - Rendendê / Renda de dedo / Rendendepe	6	Esculpir	1
Bordado - Ponto hardanger	59	Confecção de bonecos	6	Fusão (Fusing)	1
Bordado - Ponto reto	49	Curtimento ou curtume artesanal	6	Gravação - Xilogravura	1
Bordado - Ponto casa de abelha	47	Esmerilhamento	6	Renda - Renascença	1
Marchetaria	47	Produção de doces	6	Renda - Singeleza, Renda turca ou Jaguapitã	1
Luteria ou Luteraria	44	Bordado - Ponto sombra	5	Secagem	1
Tapeçaria	41	Produção de bebidas destiladas e fermentadas	5	Selaria	1
Bordado - Ponto rococó	40	Renda - Frivolité	5	Vitrificação	1
Bordado - Ponto corrente ou cadeia	39	Tingimento	5		
Bordado - Ponto aberto	38	Bordado - Ponto inglês	4		

Fonte: SICAB (2018).

Tabela A5 | Critérios de avaliação dos produtos artesanais do ES
(pontuação atribuída de 0 ou 5)

	<i>ITEM DE AVALIAÇÃO</i>	<i>PONTUAÇÃO</i>	<i>PESO</i>
1.	Referência à cultura popular (inspiração nos elementos da cultural local, com utilização de técnicas e materiais daquela região).	0-5	3
2.	Criatividade (originalidade, não seguindo normas preestabelecidas e nunca imitando o que já foi feito repetidas vezes por outros artesãos).	0-5	2
3.	Linguagem própria (estilo reconhecido como uma forma de expressão do autor).	0-5	2
4.	Tradição (matéria prima e modo de fazer que seja transmitido de geração em geração e representam o local).	0-5	3
5.	Expressão contemporânea (peças com elementos de afirmação de um estilo de vida moderno).	0-5	1
6.	Inovação (utilização de técnicas de produção e materiais de forma inovadora).	0-5	1
7.	Consciência ambiental (utilização de material reciclado e/ou aproveitamento de resíduos com outras formas de valorização do modo de vida sustentável).	1-5	2
8.	Apresentação (material de suporte: embalagem, etiqueta, rótulo, cartão).	0-5	2
9.	Produto associado à cultura local (possuir atributos / características culturais da região ou com a iconografia do Estado).	0-5	3
10.	Não ter recebido, nos últimos 12 meses, apoio para comercialização de produtos artesanais de entidades ou órgãos públicos.	0-5	2
TOTAL			

(*) É eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 30 pontos.

Fonte:

APÊNDICES

Apêndice I

Quadro 16 | Projetos relacionados ao artesanato contemplados pelos Editais de Cultura do Estado de 2009 a 2017

EDITAL	PROJETO	VALOR
2009		
Nenhum registro encontrado		
2010		
Edital de Locomoção	Cerames - Congresso Nacional de Técnicas para as Artes do Fogo	R\$2.400,00
	PF - 3º Salão e Congresso Nacional de Cerâmica	R\$780,84
2011		
Diversidade Cultura Capixaba	Associação Nacional de Capoeira Quilombo do Queimado - Capoeira, Artesanato e dança na comunidade Barra do Jucu	R\$20.000,00
	Instituto Preservarte - 4º Encontro Internacional de Luteria de Violinos	R\$20.000,00
Regionais de Pequeno Porte	PF - Exposição Esculturas de Pescador	R\$10.000,00
	PF - Beneficiamento do Couro da Tilápia	R\$10.000,00
Mestre Armojo do Foclore Capixaba	Luiz Mauro Pinheiro de Souza – mestre capoeira	R\$10.000,00
2012		
Valorização da Diversidade Cultural Capixaba	PF - Mulheres, Feituras e Memórias	R\$20.000,00

Regionais de Pequeno Porte	PF - Oficina de Bambu Arte	R\$10.000,00
Mestre Armojo do Folclore Capixaba	Olindo Sezenando	R\$10.000,00
2013		
Edital de Locomoção	PF - Exposição "Bamboo" e Lançamento	R\$3.985,00
	internacional do livro "Álvaro Abreu	
	Alvaro Braga de Abreu e Silva* Artesão autodidata sem cadastro SICAB.	
Diversidade Cultural Capixaba	PF - Oficina de Artesanato - Bois Pintadinhos e Folias de Reis em Miniatura	R\$20.000,00
Mestre Armojo do Folclore Capixaba	Vitalino José Rego	R\$10.000,00
	Silvio Martins de Almeida	R\$10.000,00
Prêmio para núcleo de criação no ES	PF - Oficina de artesanato - Bois Pintadinhos e	R\$5.000,00
	Folia de Reis em miniatura - Grupo "Muqui Contemporâneo"	

2014		
Valorização da Diversidade Cultural Capixaba	PF- Barro, Casca e Fumaça – As Faces Por Trás da Atividade das Paneleiras de Goiabeiras	R\$20.000,00
Mestre Armojo do Folclore Capixaba	Leodonio Gomes dos Santos	R\$10.000,00
	Terezinha de Jesus de Oliveira Francisco	R\$10.000,00
2015		
Diversidade Cultural Capixaba	PF - Mulheres Mãos de Fada "Contando Histórias e Bordando"	R\$20.000,00
	PF - Oficinas Diversas Para Salvaguarda dos modos de Fazer Presentes no Reis de Boi	R\$20.000,00
Coletivos artísticos e juvenis do ES	Cerâmica Caparaó	R\$10.000,00
Prêmio para culturas populares e tradicionais do estado do ES	Oficina de congo: fabricação de instrumentos e transmissão de saberes de Antônio Ramos dos Santos - Banda de Congo de São Benedito do Rosário, Vila do Riacho	R\$20.000,00
2016		
Diversidade Cultural Capixaba	PF - Elas tecem	Não informado
Mestre Armojo do Folclore Capixaba	Benedito Conceição Filho	R\$10.000,00
	Jocimar Nunes	R\$10.000,00
	Wander Silva de Oliveira	R\$10.000,00
	Luiz Mauro Pinheiro de Souza	R\$10.000,00
2017		
Mestre Armojo do Folclore Capixaba	Domingos Teixeira Marques - Mestre Domingos	R\$10.000,00

Apêndice II

Quadro 17 | Relação e quantitativo de produtos artesanais no Espírito Santo - 2018

Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.
Toalhas, forros e caminhos de mesa	1770	Sousplat	75	Painel	17	Aparadores de panela	6
Toalhas de banho	1288	Bichos	74	Telha	17	Colheres, garfos, facas, espátulas, e pegadores	6
Objetos de decoração para casa	1077	Bandeja	70	Porta revista	16	Enfeites de mesa	6
Pano de prato	898	Porta guardanapos	66	Prato	16	Gamela	6
Bolsas e pastas	768	Ímãs de geladeira	55	Cabide	15	Comidas típicas	5
Tapetes e passadeiras	635	Cinto	51	Fronhas	15	Copos e taças	5
Caixas	589	Vestuário infantil	50	Jogos de café e chá	15	Flecha	5
Bonecas e bonecos	539	Puxa-sacos	49	Barco e canoa	14	Maquetes	5
Almofadas	513	Anéis	48	Cartões artesanais	14	Mosaico	5
Vestuário feminino	511	Porta canetas	47	Miniaturas de patrimônio histórico e ambiental	14	Pássaros	5
Colares	463	Porta jóias	46	Passadeira	14	Cinzeiro	4

Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.
Kits de tapetes para banheiro	424	Brinquedos e jogos infantis	44	Porta clips	14	Estandarte	4
Quadros e painéis	311	Bancos, cadeiras, tamboretas	43	Vestuário juvenil	14	Peixe	4
Jogo de cama	304	Brinquedos e jogos educativos/ escolares	43	Petisqueiras	13	Pesos de Papel	4
Chaveiro	272	Porta papel	42	Porta condimentos/ mantimentos/ alimentos	13	Árvore	3
Cachecol	209	Acessórios para bonecas/ bonecos	41	Pratos para parede	13	Colete	3
Jogo americano	209	Jarros e jarras	40	Camas e berços	12	Galheteiros	3
Vestuário	205	Bibelô	37	Jogos para jovens e adultos	12	Lápis	3
Vestuário para bebês	204	Broches	36	Máscara	12	Licores	3
Cestas e cestos	203	Vassoura	31	Papel reciclado	11	Pilão	3
Pulseiras e tornozeleiras	199	Mandala	29	Puff	11	Abanador / Leque	2
Brincos	195	Cortina	27	Suporte para toalhas e roupas e cabideiros	11	Alças para bolsas	2
Flores decorativas	194	Miniaturas de casas/ construções	27	Doces artesanais	10	Bebidas típicas	2

Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.
Porta retrato	179	Oratório	27	Lenço	10	Chicote	2
Flores	171	Canga	25	Moldura	10	Cocar	2
Potes decorativos	162	Caderno	24	Objetos decorativos para jardim	10	Filtros de água	2
Pano de bandeja	161	Imagem sacra - escultura, entalhe, moldagem	24	Vestuário masculino	10	Jóia	2
Colcha	154	Abajur	23	Móvil infantil	9	Laço	2
Pesos de porta	153	Bate mão	22	Sabonetes artesanais	9	Lustres	2
Panelas, formas e tigelas	138	Esteira	22	Sacola	9	Porta moedas	2
Lençol	136	Tábuas de cozinha ou carne	22	Vitral	9	Xícara	2
Instrumento musical	133	Porta recado	21	Biscoitos artesanais	8	Alforjes	1
Vaso	126	Calçados	20	Castiçal	8	Berloque	1
Tiaras e prendedores de cabelo	124	Garrafa	20	Miniaturas de utensílios domésticos e ferramentas	8	Biombos	1
Escultura	94	Porta copos	19	Porta incenso	8	Botão	1
Echarpes, xales, bandanas e lenços	93	Relógio	19	Potes e saboneteiras para banheiros	8	Cabresto	1
Mesas e aparadores	93	Arranjos Florais	18	Rede	8	Fantasia	1

Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.	Produto	Quant.
Chapéus, bonés e toucas	91	Escapulários e terços	18	Arandela	7	Incensos	1
Arcos (madeira e fios)	90	Miniaturas de móveis	18	Guardanapos	7	Organizadores de gaveta	1
Utensílio doméstico	89	Porta garrafas	18	Mantas para sofá	7	Velas	1
Luminária	76	Armários, cômodas e criados-mudos	17	Sela	7	Vinhos	1
Móbile	76	Fruteira	17	Aparadores de panela	6	Outros	1

Fonte: SICAB (2018).

